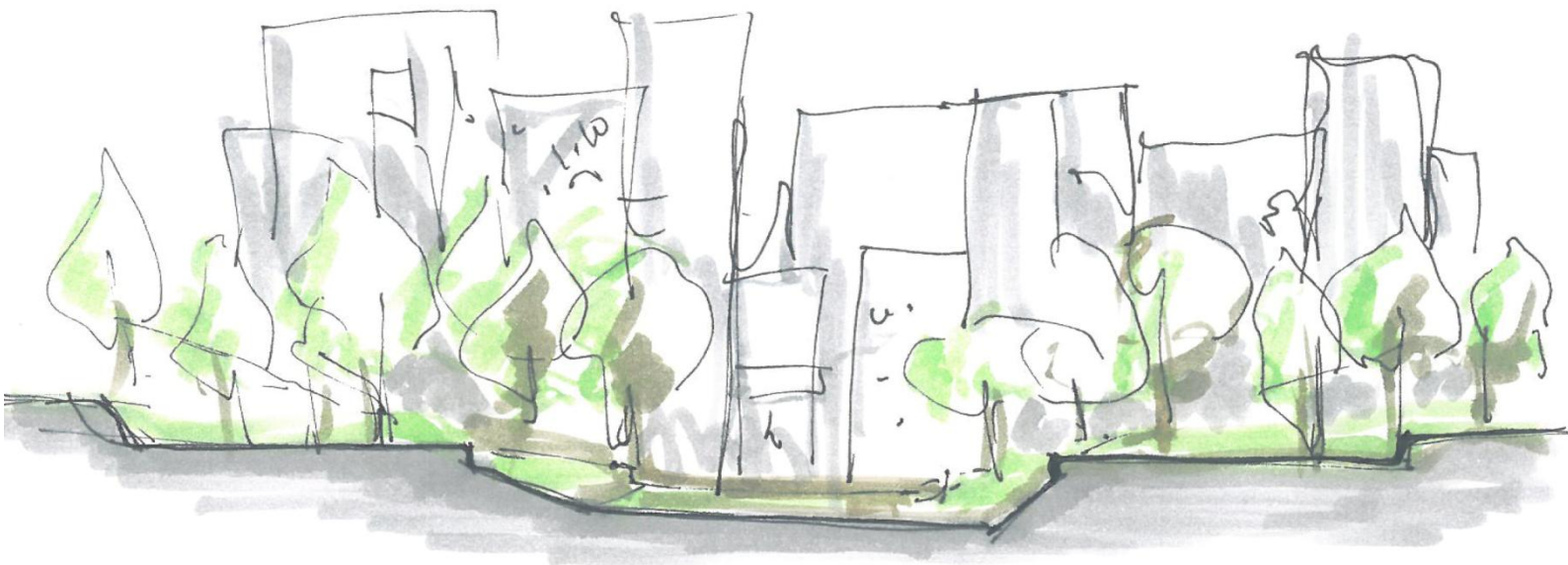


REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

MARTA CATARINA AGOSTINHO MARQUES
ISCTE 2018





**Escola de Tecnologias e Arquitetura
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura**

Marta Catarina Agostinho Marques

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Reabilitação do Espaço Público

Orientadora - Vertente Teórica
Teresa Madeira da Silva

Tutor - Vertente Prática
Pedro Mendes

Projeto Final de Arquitetura
2016/2017

Maio de 2018

Agradecimentos



... A quem me acompanhou durante o percurso académico.

Resumo

Como podemos reabilitar um espaço comum e ao mesmo tempo satisfazer as necessidades do ser humano? Esta será a questão de investigação da presente dissertação, sendo que o principal objetivo remete para a sua resposta, onde é necessário compreender e conhecer alguns dos conceitos e métodos de intervenção no contexto da reabilitação urbana do espaço público. Por consequência na presente dissertação apresenta-se o enquadramento teórico da temática em questão, bem como uma análise de um caso de estudo que já se encontra construído no nosso país; que é o projeto de reabilitação do espaço envolvente da Igreja Matriz de Loures da autoria da Arquiteta Bárbara Delgado Martins. De facto, a configuração do espaço público é alterada de acordo com a evolução da própria sociedade, devido, essencialmente, à acelerada evolução tecnológica, a qual nos tornou muito mais exigentes a nível do espaço e, nomeadamente a nível do espaço público. Na verdade, a própria evolução da humanidade fez da modernização tecnológica, dos estilos de vida alternativos e da preocupação com a saúde elementos fundamentais para o usufruto dos espaços exteriores. Assim observa-se ao longo dos anos várias alterações no espaço público, originadas pela constante mudança de necessidades do ser humano.

Palavras-chave: Arquitetura urbana; Reabilitação Urbana; Espaço Público.

Abstract

How can we rehabilitate a exterior space and at the same time satisfy the needs of the society? This will be the research question of this dissertation, and the main objective refers to its answer, where it is necessary to understand and know some of the concepts and methods of intervention in the context of the urban rehabilitation of the public space. Consequently, this dissertation we present the theoretical framework of the subject in question, as well as an analysis of a case study that is already built in our country; which is the rehabilitation project for the atrium of the Igreja Matriz de Loures. In fact, the configuration of the public space is altered according to the evolution of the society itself, due mainly to the accelerated technological evolution, which has made us much more demanding in terms of space and especially in the public space. In fact, humanity's own evolution has made technological modernization, alternative lifestyles, and concern for health essential elements for the enjoyment of outer spaces. Thus, over the years, there have been several changes in the public space, caused by the constant change in the needs of the human being.

Keywords: Urbanarchitecture; UrbanRehabilitation; PublicSpace

Índice Geral

Agradecimentos

Resumo

Abstract

I - Vertente Teórica

01 . Introdução	11
02. Enquadramento Teórico	19
03. Reabilitação Urbana	81
04. Caso de estudo	101
05. Conclusão	135
06. Índice de Imagens	139
07. Bibliografia	143

II – Vertente Prática

01. Introdução	157
02. Localização e Caracterização do Espaço	161
03. Proposta de Grupo	175
04. Projeto individual – Centro interpretativo da Muralha de Alenquer	185
05. Índice de figuras	

VERTENTE **TÉORICA**

1 - Introdução

2 - Enquadramento Teórico

2.1 Território, Paisagem e Ambiente	21
2.2 O Espaço Público	31
2.2.1 Definição do Conceito	31
2.2.2 Evolução no Contexto Europeu	35
2.2.3 Critérios Gerais	43
2.2.4 Tipologias	49
2.3 O Tecido Urbano: Espaço e Formas	53
2.4 Malha Urbana	61
2.5 Praça	67
2.6 Rua	71
2.7 Quarteirão	75

3 - A Reabilitação Urbana

3.1 Conceito de Reabilitação Urbana	83
3.2 A Importância das Intervenções de Reabilitação Urbana	90
3.3 A Política dos R's	93

4 - Caso de Estudo – Adro da Igreja Matriz de Loures

4.1 – Enquadramento Geográfico	103
4.2 – Descrição do local	105
4.3 – O Projeto / Processo de reabilitação do espaço	113

5 – Conclusão

135

6 – Índice de imagens

143

7 – Bibliografia

139

Introdução

01

A presente investigação pretende abordar a temática da reabilitação urbana, bem como alguns dos conceitos diretamente associados, pretende-se uma compreensão e conhecimento superiores relativamente a este fenómeno e à sua utilização no contexto da intervenção em edifícios privados e em espaços públicos. Efetivamente, dar a conhecer o tipo de intervenção adotado engloba uma explicitação do conceito de reabilitação, tal como dos vários conceitos interligados, como por exemplo de reabilitação urbana, que envolve, por sua vez, conceitos de rua e de praça, tal como uma contextualização a nível da sua origem e dos vários atributos que estes adquirem aquando da reabilitação.

Não obstante, a presente investigação não tem como principal objetivo, de todo, apresentar ou sugerir o “tipo perfeito” ou a “fórmula perfeita” de reabilitação urbana, mas sim apresentar algumas das condicionantes deste fenómeno em particular, tal como os prós e contras dos espaços e territórios, podendo assim identificar que intervenção urbanística é necessária. Sendo estes espaços de carácter público são os que por norma mais têm necessidade de intervenção e posteriormente de manutenção, sendo uma consequência do uso diário e do grande fluxo por parte dos habitantes.

Regra geral, as situações mais problemáticas, e que exigem uma intervenção mais imediata, resultam de obras de remodelação, de reconstrução ou, inclusive, de construção. Por esta mesma razão, constata-se que as construções que mais

necessitam de uma reabilitação são as de carácter público, o espaço exterior urbano onde se verifica uma acrescida urgência, e de acordo com uma visão mais alargada dos conceitos em cima descritos, no âmbito da reabilitação do espaço público, o qual carece, sem sombra de dúvida, de uma revitalização extremamente urgente na época corrente. É pertinente referir que esta visão alargada engloba a temática da reabilitação dos nossos espaços públicos, pois são espaços dedicados ao usufruto da comunidade em geral, sendo importante, portanto, melhorar as condições das ruas nos seus espaços adjacentes, tanto os que se situam ao ar livre como os que são constituídos por edifícios públicos, pretendendo, assim, uma melhoria da própria qualidade de vida dos cidadãos nos seus espaços públicos.

Em Portugal, mais concretamente na cidade de Lisboa, tem sido cada vez mais uma prioridade que se encontra devidamente descrita no seu Plano Diretor Municipal (PDM, 19 de Abril de 2018) e no Plano Plurianual de Investimento (2016-2019). Mais recentemente, existe uma estratégia de requalificação do espaço na cidade de Lisboa, a qual evidencia a importância e a necessidade de se proceder a uma reabilitação das áreas habitacionais degradadas, bem como dos seus espaços e equipamentos públicos, mais concretamente inserida no Programa de Investimento Prioritário em Ações de Requalificação Urbana (30 de Dezembro de 2016) que se baseia num mecanismo lançado pelo atual governo, de forma a combater a degradação dos espaços urbanos. Atualmente existe também o programa lançado pela CML - “Uma Praça em cada bairro – Intervenções em espaço público” apresentado em reunião de câmara a 28 de Maio de 2014, com a colaboração de 24 freguesias.

“A partir de uma praça, de uma rua, de uma zona comercial, do jardim do bairro ou de um equipamento coletivo existente ou projetado propõe-se organizar um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre atividade e emprego, que se consagre como espaço público de excelência e local de estar, onde se privilegiem os modos suaves de locomoção, marcha a pé e bicicletas, os transportes públicos e onde o trânsito automóvel será condicionado.”¹

O ambiente da rua, enquanto espaço público, é “desenhado” de formas distintas, devido, essencialmente, às diferentes culturas onde se insere, ao local e à sua dimensão. São também estes fatores que culminam em diferentes características, especificamente a nível do resultado final e dos tipos de utilização na cidade, na aldeia ou na vila. No entanto, é também importante referir que um outro aspeto que influencia significativamente o resultado final está associado ao próprio projeto, nomeadamente ao arquiteto, ao urbanista, ao engenheiro e a todos os outros intervenientes que integram o referido projeto.

No que diz respeito à influência cultural, é pertinente estabelecer uma comparação entre o espaço público da cidade islâmica e da cidade ocidental, dado que estas remetem, sem sombra de dúvida, para culturas muito distintas, motivo pelo qual o espaço público é divergente em ambos os casos. De facto, e tal como é argumentado por (Morris, 1974 apud. Mota, 2009 p.10) as cidades islâmicas(imagem

¹ Texto publicado no site - <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro> , com referência ao programa de apoio da CML.

1) priorizavam a vida privada e doméstica dos seus cidadãos, ao invés da vida pública, motivo pelo qual não necessitavam de locais públicos, tal como é o caso, e a título de exemplo, dos teatros e dos auditórios. Devido à importância e à prioridade da vida privada e doméstica, as habitações nestas cidades eram “invertidas”, orientando-se para um pátio interior e protegido, e o mercado e as atividades comerciais situavam-se em corredores cobertos e muito estreitos, ao invés de se realizarem em praças ao ar livre.

Já as cidades ocidentais, (imagem 2) por sua vez, organizavam-se de fora para dentro, desde a rua, que consiste num espaço público, até ao interior das habitações, segundo Goitia (1982), referido por Mota (2009). Contudo, é crucial referir que este traçado foi evoluindo, sendo modificado de acordo com várias tradições, designadamente através da abertura de enormes praças e de novas vias. (Goitia, 1982 apud. Mota, 2009, p. 10)

Na verdade, ao longo do tempo o espaço tem sido alterado de acordo com as necessidades do cidadão que dele usufrui, moldando-se em congruência com a própria evolução e modernização da humanidade. Um grande exemplo desta constatação remete para a adaptação das ruas aos automóveis, adaptações esta que modificou completamente a grande maioria das ruas das cidades que conhecemos, sendo que todo o processo de intervenção urbana foi realizado em prol de uma melhor circulação rodoviária e não apenas da circulação de pessoas.



Imagem 1 – Vista aérea de uma cidade Islâmica – Marraquexe, Marrocos onde é possível visualizar as estreitas ruas públicas e os pátios amplos em todas as habitações.



Imagem 2 – Vista aérea de uma cidade Ocidental – Paris, França, onde a prioridade é o exterior

Ao longo do tempo, e com a modernização e consciencialização para a não poluição do meio ambiente e para uma vida menos sedentária e mais saudável, assistimos, novamente, a uma criação de padrões ideias de intervenção na malha urbana, o que redistribui os espaços urbanos aos cidadãos, com menos automóveis e com uma maior sensibilização para uma vida menos sedentária. Na realidade, os principais objetivos deste tipo de reabilitação urbana, torna os utilizadores da rua muito mais comunicativos entre si, e por conseguinte menos individualistas, motivando, de facto, uma maior convivência com os demais e uma confiança superior em si próprio, tal como, e possivelmente, uma segurança superior no espaço exterior. Assim, observa-se uma reafirmação da palavra vizinho, dado que este terá sido praticamente extinto das grandes cidades, visto que os espaços passam a ser utilizados em conjunto, em estreito convívio e harmonia. Assim sendo, e neste seguimento, é possível constatar que a reabilitação de espaços públicos pode reconstruir a vida social dos cidadãos.

A presente investigação visa estudar o espaço público, que se encontra em constante mudança e ligação entre indivíduos e as suas necessidades, devido, basicamente, às constantes alterações das necessidades humanas, bem como à sua adaptação aos tempos modernos e futuros, ainda que se mantenham todas as características da conectividade nas relações sociais. Assim sendo, a primeira parte desta dissertação é dedicada à investigação dos conceitos de reabilitação urbana e de espaço público, sendo que, e posteriormente, são apresentados alguns dos conceitos associados, tal como é o caso da rua, do largo, do edifício público, das conexões entre rua, das pessoas e dos transportes.

Posteriormente, é dado a conhecer um projecto de reabilitação do espaço público, da autoria da Arquiteta Bárbara Delgado Martins¹, remetendo para o projeto da reabilitação do Adroda Igreja Matriz de Loures. Após a menção ao referido projeto, procede-se à sua análise, a qual permitirá, num momento posterior, definir os seus pontos fortes, as suas qualidades e as suas limitações. Contudo, é crucial referir que na presente dissertação se dá seguimento ao que anteriormente foi abordado em entrevista com a autora do projeto, dando-se a conhecer o seu trabalho e as suas motivações para a definição dos conceitos físicos da intervenção.

Finalmente, este documento termina com a componente da vertente prática que em conjunto correspondem ao projeto final de arquitetura referente ao 5º ano do ano lectivo 2016/2017 e onde a área de trabalho proposta debruçou-se na vila de Alenquer com o tema “*Novas perspectivas para Alenquer*”. O trabalho da componente prática foi dividido em 3 partes iguais, a primeira focou-se na análise do território juntamente com toda a turma, a segunda apenas em grupo onde foi identificada uma estratégia de intervenção e por fim a terceira e ultima parte a fase de projeto individual, onde foi desenvolvido um equipamento.

Enquadramento Teórico

02

- 2.1. Território, Paisagem e Ambiente
- 2.2 O Espaço Público
- 2.3 - O Tecido Urbano: Espaço e Formas
 - 2.4. Malha Urbana
 - 2.5. Praça
 - 2.6. Rua
 - 2.7. Quarteirão

2 - Enquadramento Teórico

2.1. Território, Paisagem e Ambiente

O conceito de paisagem deriva do latim, *pagus*, que significa o campo ou o território cultivado, sendo que, e posteriormente, culminou no aparecimento de *pays*, *paysane* *paysage*, expressão traduzida para *paesaggio* em italiano, para *paisajeem* espanhol e *paisagem* em português (Bolós, 1992 apud. Sales, 2015). Contudo, a generalização da utilização deste termo apenas ocorreu no século XVIII, tal como é exemplificado no dicionário de Furetière², onde o conceito de paisagem é descrito como sendo “o aspeto de uma região, ou o território que se estende até onde a vista pode alcançar” (Alves, 2001, p. 67).

É fundamental mencionar o final da Idade Média, pois foi neste momento que segundo Figueiró se verificou uma fraqueza de todas as bases filosóficas que sustentavam o ordenamento paisagístico dominante, resultando num processo de transformação, mais precisamente através da adoção de uma atitude mais ativa perante a intervenção na paisagem. Efetivamente, é durante o século XV, no Renascimento, que o ser humano começa a adquirir novas técnicas, as quais permitem ver a paisagem como algo que é passível de ser transformado e apropriado, tal como é comprovado por Figueiró (1998). Dito de um outro modo, o pensamento Renascentista atribui uma perspectiva superior à paisagem concreta, afastando a paisagem idealizada, motivo pelo qual a abordagem artística, dominante até à data, se torna cada vez menos importante, mais precisamente em comparação com a perspectiva de unidade, segundo a qual a paisagem é considerada enquanto realidade

total, englobando várias implicações a nível visual e espacial (Naveh&Lieberman, 1984, apud, Sales, 2015, p.46).

O século XVIII demarca, portanto, uma viragem no significado do conceito de paisagem, visto que este passa a ser utilizado para a descrição das características visíveis de uma determinada área, sendo que no século seguinte, século XIX, o vínculo entre a paisagem e as características distintas de um determinado território, que se interligam entre fatores humanos e naturais, é favorecido e fortalecido. Assim sendo, a partir do século XIX o conceito de paisagem engloba o sentido estético e pictórico, tal como um significado científico, pois passa a definir, desde então, um conjunto específico de formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre (Bolós, 1992, apud. Sales, 2015, p.48).

Não sendo impeditivo, e tal como é argumentado por Dias (2002, p.16), não existe apenas um método, abordagem ou teoria padrão para a avaliação da paisagem, visto que existem várias definições deste conceito em particular. Ainda de acordo com o mesmo autor, os estudos acerca da avaliação e da gestão da paisagem devem, sem sombra de dúvida, assegurar uma perspetiva geral e integrada, apresentando uma abordagem da paisagem de acordo com as suas distintas componentes, as quais se inserem nas seguintes dimensões:

- 1) Percetual - visto que o conceito está sujeito a uma interpretação diferenciada por parte dos indivíduos e aos próprios valores subjetivos que lhe são atribuídos, com base em todos os sentidos;

- 2) Física - pois remete para uma porção de território, incluindo elementos de natureza biofísica e antrópica;
- 3) Cultural - dado que engloba as marcas do passado, as quais resultam das intervenções ao longo do tempo. Para além do mais, o conceito representa a garantia da identidade e de carácter de um determinado local, manifestando, portanto, as condições que o individualizam;
- 4) Mutável - considerando que o conceito resulta de uma evolução contínua, tanto a nível dos processos naturais como a nível da interação do Homem com o seu Meio (Dias, 2002, p.16).

Seguidamente, é possível constatar que atualmente existem inúmeras e várias abordagens à temática da paisagem, considerando que cada vez mais são as ciências que manifestam um evidente interesse sobre o tema, procedendo a análises e a estudos de acordo com várias perspetivas. Contudo, os conceitos de “paisagem”, de “região”, de “lugar” e de “território” constituem-se enquanto objeto de estudo, nomeadamente no âmbito da análise da superfície terrestre (Dias, 2002, p.16).

É ainda fundamental acrescentar que existem dois tipos distintos de paisagem, designadamente a paisagem rural e a paisagem urbana, sendo esta última objeto crucial para a presente investigação. Com base nos pressupostos apresentados por Brito (2013, p. 36), a paisagem rural consiste numa paisagem onde se encontra uma determinada morfologia, diretamente interligada à atividade agrária ou da pastorícia, sendo caracterizada pelo verde dos campos, pelos espaços abertos, por uma superfície devidamente organizada consoante as várias atividades, pelas matas,

florestas e outros elementos vegetais. Contudo, é importante esclarecer que esta paisagem não compreende apenas critérios de foro funcional, mas também outros fatores morfológicos, tal como é o caso do tipo de habitação, do relevo e do tipo de caminho, bem como a existência, ou não, de rios, serras, florestas, lagos, entre outros. Logo, constata-se que a paisagem rural é composta por vários elementos do mundo rural, tanto de natureza funcional como de natureza social ou psicológica. (Brito, 2013, p. 33)

Por sua vez, a paisagem urbana, principal foco da presente investigação, remete para tudo o que é observável numa cidade, mais concretamente a partir de um ponto de observação elevado, sendo considerada como uma paisagem bastante heterogénea².(Imagem 3)Efetivamente, ao olharmos de cima ou de longe para uma determinada cidade, é possível visualizar um amontoado de casas (telhados), arruamentos, ruas e infraestruturas de grande ou média exuberância, motivo pelo qual se afirma que esta paisagem é, sem sombra de dúvida, heterogénea (Lacoste, 2005, apud. Brito, 2013, p.33).

²Heterogénea, cuja natureza é diferente; de composição diferente ou variada.



Imagem 3 - Foto aérea de uma paisagem heterogénea – Lisboa – Portugal.

É deveras importante analisar o conceito de paisagem urbana apresentado por Cullen³ (1983), visto que a sua definição consiste numa das propostas mais difundidas enquanto instrumento de avaliação dos espaços urbanos, sendo utilizada por diversos especialistas. Assim sendo, para o autor a paisagem urbana consiste em organizar e de tornar todos os elementos do ambiente urbano visualmente coerentes, perspectiva esta elaborada no ano de 1960 e difundida entre os arquitetos e urbanistas atuais, dado que possibilita a realização de várias análises sequenciais e dinâmicas da paisagem, especificamente a partir dos princípios estéticos.(Cullen, 1983, p.11)

Analisando com maior detalhe a perspectiva apresentada por Cullen(1983, p.11), este autor procede a uma estruturação do conceito de paisagem urbana com base em três aspetos. O primeiro remete para a ótica, que consiste, essencialmente, na visão serial, a qual é formada por várias perceções sequenciais dos espaços urbanos (Imagem 4) Ou seja, em primeiro lugar avista-se uma rua, seguida por uma entrada num pátio, o qual pode culminar na observação de um determinado monumento, e assim por diante. (Cullen, 1983, p.11).

³Cullen trabalhou em empresas de arquitetura em Londres, foi diretor artístico de várias exposições na Grã-Bretanha e Índias Ocidentais, subchefe de redação do *The ArchitecturalReview*, consultor paisagista em várias instituições britânicas e em projetos de urbanismo, e também foi membro honorário do Instituto Real de Arquitetos Britânicos.

O segundo aspeto, por sua vez, está relacionado com o local, mais concretamente com as reações do indivíduo relativamente ao seu posicionamento no espaço, frequentemente designado por sentido de localização, referindo-se, portanto, às várias sensações produzidas pelos vários espaços no indivíduo (altos, baixos, abertos, fechados, etc.). Finalmente, o terceiro e último aspeto remete para o conteúdo, o qual se encontra diretamente associado à construção da cidade em si, às suas cores, escalas, texturas e estilos, tal como aos vários setores da malha urbana e aos edifícios.

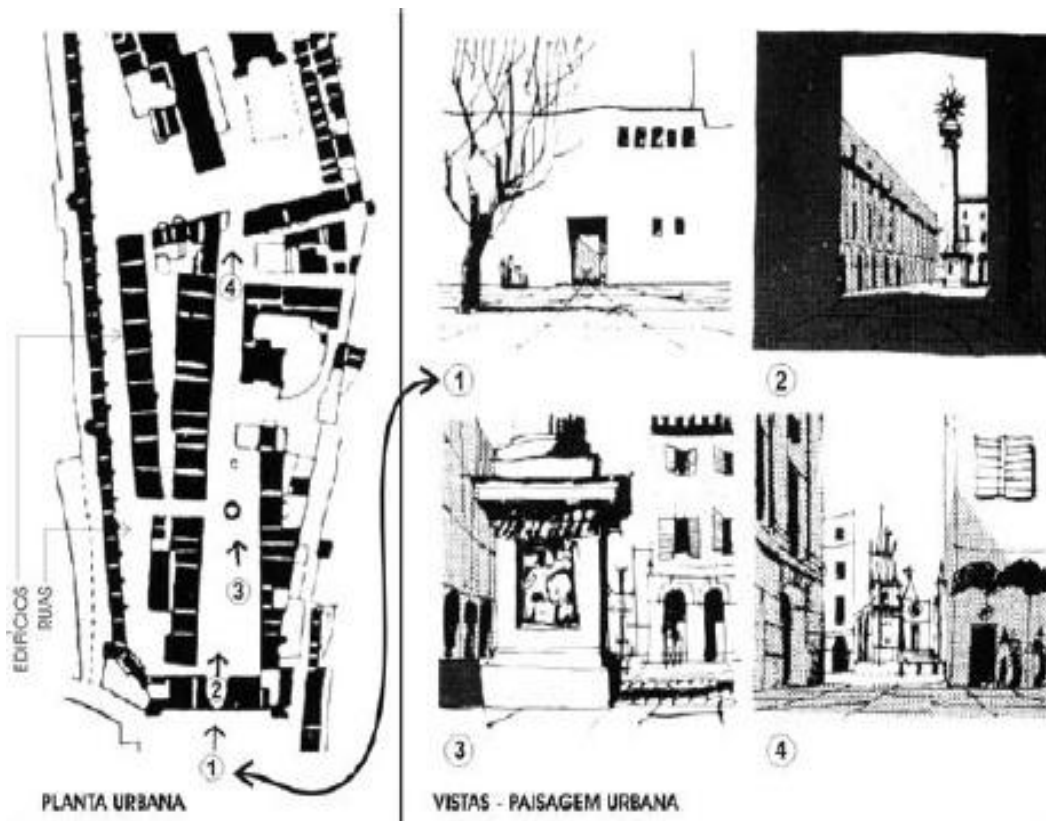


imagem 4 - Esquema da visão serial , adaptado por Adam (2007) de Cullen, (1983) p.64.

A partir de Adam (2008), e tendo em consideração estes três aspetos, é relevante salientar que Cullen(1983) apresenta vários temas para as paisagens urbanas, mais precisamente com base na sua perspetiva da paisagem urbana enquanto elemento organizador do ambiente urbano, entre os quais se destaca:

- 1) O animismo, que se encontra associado a uma configuração poética, sugerindo, de facto, que a porta de um edifício é um rosto, que as janelas são os olhos, etc. Na verdade, as manifestações do animismo acabam por transmitir uma certa sensação de estranheza e, inclusive, de irritação (Imagem 5);(Cullen, 1983, p.74)
- 2) O ponto focal, que é, basicamente, um símbolo de convergência, definindo toda a situação urbana, e de força, pois materializa-se de um modo isolado, sendo frequentemente demarcado pela verticalidade(Imagem 6); (Cullen, 1983, p.107)
- 3) A perspetiva grandiosa, que funde o primeiro plano com o longínquo, produzindo, então, uma sensação de imensidão, de grandiosidade e de constante presença (Imagem 7); (Cullen, 1983, p.43)
- 4) Os recintos, praças e pátios, que consistem em espaços urbanos interiores, caracterizados essencialmente pelo sossego e tranquilidade e apresentando uma escala humana, sendo frequentemente pontuados por árvores e bancos, os quais promovem o contacto humano e permitem o descanso.(Imagem 8) (Cullen, 1983, p.27)



Imagem 5 – Animismo



Imagem 6 – O Ponto focal

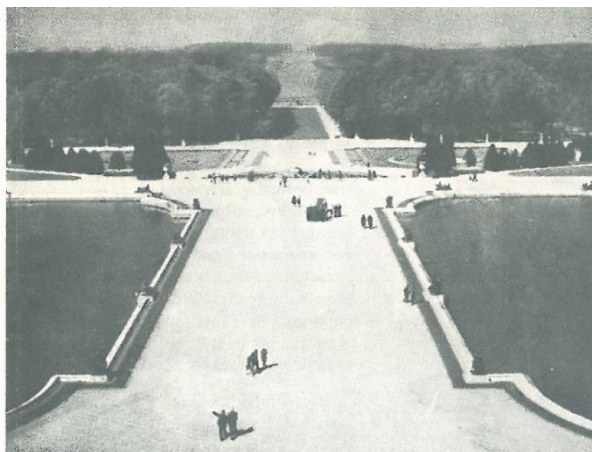


Imagem 7- A Perspectiva grandiosa



Imagem 8 – Recintos

2.2 O Espaço Público

2.2.1 Definição do Conceito

O espaço público consiste num conceito amplamente estudado e definido por diversas áreas, tal como é o caso, e a título de exemplo, da Arquitetura e da Geografia, sendo vários os autores que se focalizam nesta temática em particular. Tal como é evidenciado por Seixas (2015, p.6), este conceito é de difícil tradução, dada a sua complexidade, e não reúne um consenso na literatura, pois, e apesar de resultar no mesmo acontecimento, o seu significado varia de acordo com os contextos históricos, sociais, geográficos e temporais. Não sendo impeditivo, e visto que existe uma certa convergência⁴ de pontos comuns na literatura, é possível constatar que este conceito remete para um espaço físico acessível por todo e qualquer cidadão, pensando-se, numa primeira instância, em jardins e parques urbanos, nas praças e nas ruas, mas também nos centros comerciais, pois o seu acesso é, de facto, público. Seixas, apresenta também um quadro de Mora,(2008), onde se observa e referencia as tipologias de espaço público (Tabela 1). (Seixas, 2015, p.8)

⁴Convergência, qualidade do que é capaz de convergir, dirigir-se para um ponto comum.

TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS			
CATEGORIA	TIPOLOGIA	CONCEITO	SUBTIPOS
TRADICIONAIS	PRAÇAS	Testemunho da história e da cultura; espaço de referência que relaciona diferentes componentes da estrutura urbana.	Central, simbólica – cívica, corporativa, de mercado, de bairros, praçeta.
	PARQUES	Espaço destinado a recreio, a desporto, descanso e contacto com a natureza.	Nacional, central, desportivo, temático, estacionamento, cemitério e local.
	RUAS	Lugar fundamental para a mobilidade. Limita o público do privado. Local de encontro espontâneo.	Avenida, pedonal, acesso local, caminho, calçada.
	FRENTES DE ÁGUA	Franja costeira, último arruamento urbano com diversos serviços de apoio associados.	Proteção, comércio, intercâmbio, industrial, recreativo.
CONTEMPORÂNEAS	ESPAÇO PÚBLICO INTERIOR	Confinado entre edificado e equipamentos com certos níveis de controlo. Cumprem funções associadas ao tipo de população.	Átrios, pátios, áreas comuns, igrejas, teatros, casas culturais, edifícios patrimoniais, centros recreativos.
	ESPAÇO INFORMAL	Uso espontâneo de outro espaço, por inexistência ou condições precárias de desenho dos espaços tradicionais.	Escadas, corredores, paragens de transportes, vazios urbanos, parques de estacionamentos, terrenos baldios, espaços residuais, etc.

Tabela 1 – Tipologias de espaços públicos, (Mora, 2008, apud. Seixas, 2015)

Segundo Ascher(1995), através de Antunes (2009), o conceito de espaço público surge, e pela primeira vez, no ano de 1977, referindo-se, e de um modo geral, a todas as ruas pedonais, os espaços verdes, as praças, o mobiliário urbano e a valorização da paisagem urbana. Já Borja e Muxi(2001) preconizam que o espaço público é muito mais do que o espaço vazio entre as ruas e os edifícios e do que um espaço vazio considerado como sendo público apenas a nível jurídico. Efetivamente, os autores argumentam que este espaço consiste, na verdade, num espaço multifuncional, físico, simbólico e político, onde são estabelecidas todas as relações sociais. Na literatura, são vários os autores que repetem, esta definição apresentada por Borja e Muxi(2001), tal como é o caso de Indovina(2002, apud. Antunes, 2009), Lynch(1960, apud. Antunes, 2009) e Jacobs(1961, apud. Antunes, 2009). Mais especificamente, todos estes autores enfatizam o valor estruturante do espaço público, referindo que o espaço público é a própria cidade.(Imagem 9)

Alves (2003), por sua vez, estipula que o conceito de espaço público se baseia em cinco componentes, as quais são, e de acordo com a mesma, fundamentais para o controlo e para a promoção dos direitos do cidadão, designadamente no contexto do usufruto do espaço público:

- 1) Liberdade de ação;
- 2) Direito de acesso (físico, simbólico e visual);
- 3) Transformação/alteração;
- 4) Direito de propriedade;
- 5) Direito de fruição.

2.2 Evolução no Contexto Europeu

Segundo Fernandes (2012, p.15) o fórum romano⁵(Imagem 10)e a ágora⁶(Imagem 11) grega são, possivelmente, os primeiros espaços na História com um registo claro, mais concretamente na sua projeção enquanto espaços públicos planeados, pois foram espaços idealizados para os cidadãos e para a sua vida enquanto parte constituinte de uma sociedade. O fórum romano situava-se no centro da cidade, rodeado por edifícios públicos do centro simbólico e por edifícios públicos muito importantes, remetendo, assim, para um espaço de política, de cidadania, de comércio e de religião. Segundo a mesma autora a ágora grega, e igualmente ao primeiro, consistia num espaço público situado no centro da Polis, no qual os cidadãos se reuniam para discutir todas as questões inerentes à sociedade em geral. Segundo Ávila (2011)tal como se verifica no caso do fórum romano, a ágora grega consistia num espaço dedicado a atividades religiosas, políticas e comerciais (Ávila, 2011, p.12-13)

Na idade média, época posterior, a cidade era um espaço fechado, encontrando-se delimitada por muralhas e contendo um castelo, sendo que a praça era um elemento central, ligada por ruas muito estreitas que dificultavam a orientação dos invasores aquando da sua invasão.

⁵Fórum Romano, era o espaço público existente no meio de uma cidade romana, considerado durante séculos o centro da vida pública romana: o local de cerimónias triunfais e de eleições, o local onde se realizavam discursos públicos, processos criminais, e o centro dos assuntos comerciais

⁶Ágora, é um termo grego que significa a reunião de qualquer natureza, geralmente empregada por Homero como uma reunião geral de pessoas.

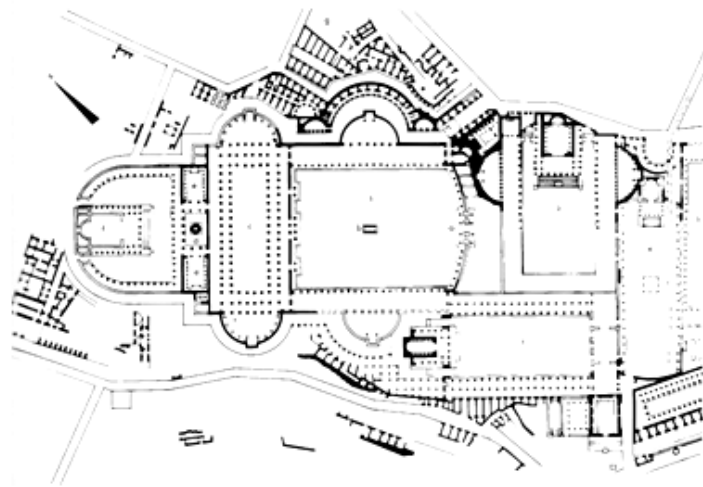


Imagem 10 – Fórum Romano

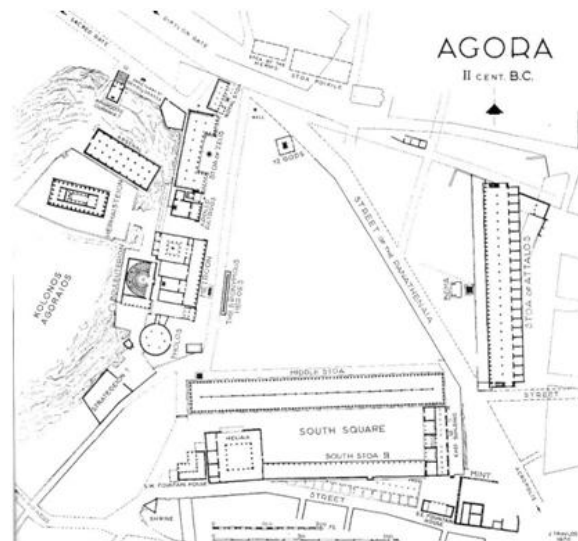


Imagem 11– Ágora grega

De facto, e de acordo com Favacchio (2002, p. 13, apud. Fernandes, 2012, p15), a praça consistia num “concentrado de recursos económicos e especificidades culturais que caracterizavam as diversas cidades e como tal funcionou desde a época medieval até aos nossos dias”(Imagem 12). Porém, é importante salientar que a praça resultava de um vazio na estrutura urbana, funcionando como um largo onde se desenvolviam várias atividades do foro comercial e social. Assim, e tal como é explicitado por Almeida (2006, p.132-133), a cidade medieval cresceu, desenvolvendo-se sem uma ordem previamente pensada e estruturada e interligando todos os seus elementos num espaço público, particularmente numa época em que ocorre a ascensão das burguesias às cidades europeias.



Imagem 12 – Ilustração de praça medieval

Já na cidade Renascentista do século XV (Imagem 13), a rua caracteriza-se enquanto elemento estruturante de toda a cidade, funcionando como elo de ligação e de acesso a todos os outros pontos da cidade. É também nesta altura que as árvores começam a ser inseridas no traçado das cidades, particularmente por razões funcionais, climáticas e estéticas. Por sua vez, a praça deixa de consistir num espaço vazio resultante da malha urbana, passando a caracterizar-se como ponto elementar, devidamente desenhado e projetado na cidade, sendo a localização preferida para a construção de novos edifícios. Apesar desta alteração, a praça permanece um espaço de elevado valor social, político, simbólico e artístico. A título de exemplo, é pertinente mencionar cidades como Roma ou Florença, visto que a Igreja era o elemento principal, localizando-se, por conseguinte, no centro, caracterizando-se enquanto elemento mais imponente de toda a cidade (Imagem 14). (Almeida, 2006, p.135).

Segundo Alves (2013) partir do Barroco, época compreendida entre os séculos XVII e XVIII, o quarteirão ganha um novo valor na forma, desenho e integração da malha urbana, sendo limitado por várias vias, as quais delimitam os vários lotes e edifícios. Ainda nesta época, os alinhamentos das árvores ao longo das ruas permanecem enquanto alteração deveras importante, assumindo, inclusive, uma elevada relevância na própria definição dos eixos e da monumentalidade dos edifícios (Imagem 16). (Alves, 2013, p.138) De acordo com Seixas (2015, p. 6, apud. Fernandes, 2012, p.5), esta época em particular foi

“caracterizada pela aplicação de três princípios fundamentais do espaço urbano. São eles a perspectiva, a linha reta e a uniformidade, permitindo desta forma, o desenho de uma malha urbana apoiada nos principais eixos e na grandiosidade dos seus edifícios”.

O mesmo autor refere, também, que a monumentalidade típica desta época surgia, por vezes, como forma de representação e festividades das classes mais distinguidas na sociedade.

No século XIX, o desenvolvimento das novas tecnologias e o crescente interesse pela ciência culminam na Revolução Industrial, época em que se verificam diversas alterações nas cidades e, por conseguinte, no espaço público. Uma dessas alterações está associada à concentração da população nas cidades, sendo que os significados anteriores do espaço público foram-se modificando, procedendo-se, nesta época, à criação dos espaços com base em princípios utilitários e em funções específicas a determinadas classes (Favacchio, 2002, apud. Fernandes, p.5). Ou seja, nesta época a cidade e o espaço público são construídos e idealizados para o usufruto da população. Apesar de os jardins já existirem, é na Revolução Industrial que estes adquirem especial importância no contexto urbano, surgindo, inclusive, a Arquitetura Paisagista⁷. Tal como é evidenciado por Almeida (2006), o conceito de espaço verde enquanto espaço de convívio social remonta para uma época passada.

“a apropriação pública dos espaços verdes da cidade surge (...) depois da Revolução Industrial, (...) com as crescentes preocupações higienistas em melhorar a qualidade de vida na cidade industrial” (Almeida, 2006, p. 131, apud. Fernandes, 2012, p.5)

⁷Arquitetura Paisagista tem como objeto fundamental a Paisagem, o estudo e compreensão dos sistemas culturais e naturais que a integram e os processos a estes associados, pressupondo ordenar, criar e construir o espaço em relação ao homem.



Imagem 13 – Ilustração de cidade renascentista ,Palmanova - Itália



Imagem 14 – Igreja como ponto principal da praça

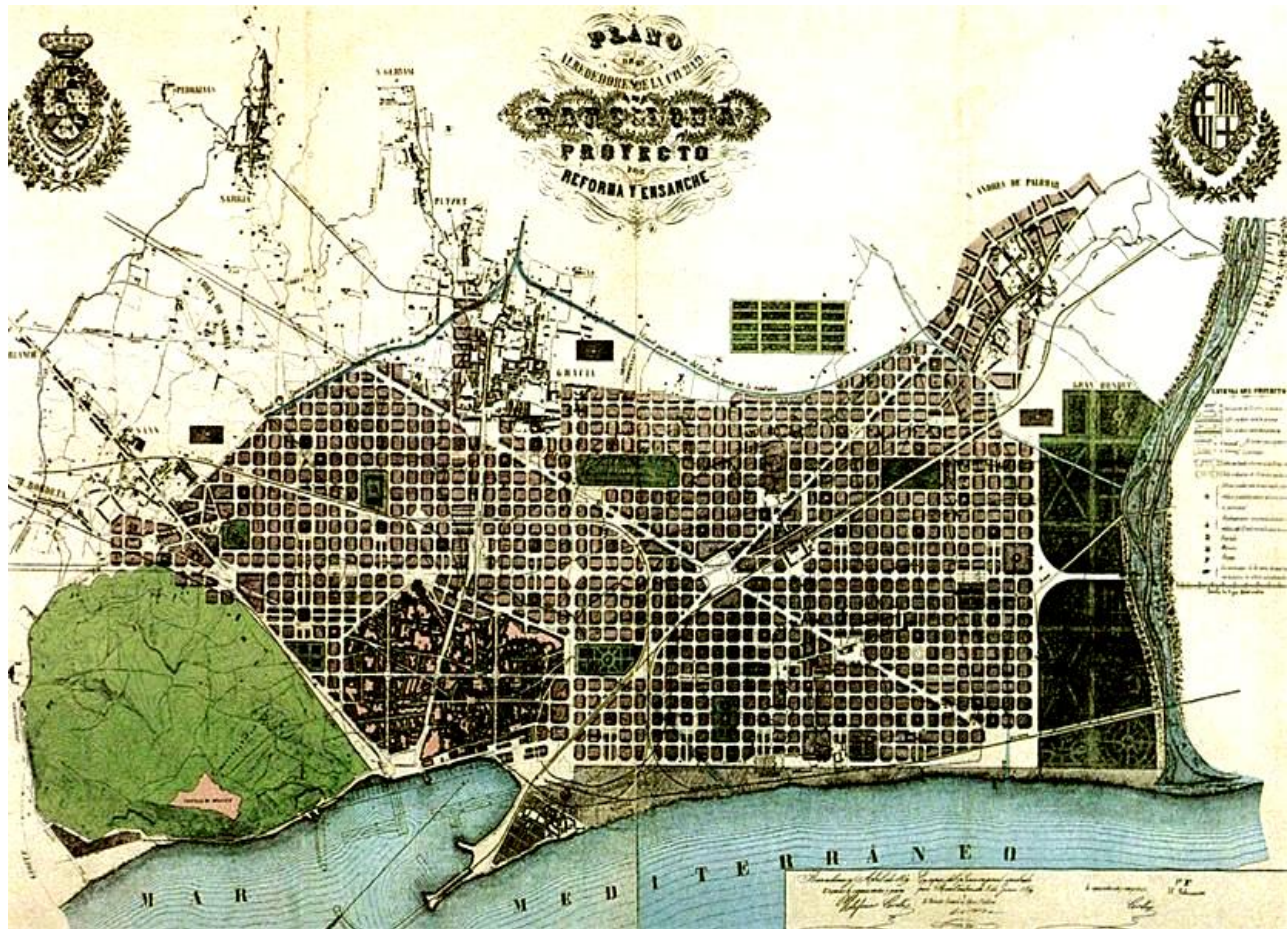


Imagem 15 – Plano de Cerdá para Barcelona, onde se evidencia os eixos monumentais delimitadores do traçado

É importante referir que segundo Fernandes (2012) a manifestação da revolta contra a Revolução Industrial remete para o descontentamento dos entendidos, os quais preconizavam um regresso ao natural, privilegiando, portanto, a qualidade da água, da iluminação natural, dos espaços de recreio e dos jardins. É precisamente este descontentamento entre os entendidos que culmina numa reflexão acerca das cidades industriais, resultando no privilégio do espaço público em função da circulação e, por vezes, em função da vida comunitária. Fernandes (2012) explica que no Modernismo o espaço público acaba por seguir a função, que consiste, basicamente, na linha orientadora deste movimento, resultando no surgimento de espaços desestruturados e fragmentados, consistindo em espaços residuais entre os edifícios com apenas uma utilização. Contudo, a ideia de uma cidade pequena demais não foi bem encarada pela população, defendendo-se fervorosamente o regresso ao natural. Na verdade, e tal como é corroborado por Fernandes (2012, p. 6),

“já na década de 80 volta-se a questionar esta construção do espaço público, voltando à necessidade de criar espaços onde seja possível a existência de uma maior qualidade de vida”.(Fernandes, 2012 , p.6)

Finalmente, e na atualidade, constata que as funções do espaço público se focalizam, essencialmente, nas componentes associadas ao recreio e ao lazer, culminando numa sociedade sedentária. A autora refere que os espaços públicos englobam também as componentes relacionadas com a multifuncionalidade, dado que o ambiente, a qualidade e a imagem atribuem elevados níveis de conforto ao espaço em si. Para Fernandes (2012, p.6) além do mais, é crucial evidenciar que atualmente se procura renovar os espaços públicos, almejando-se a criação de espaços com alma e onde a população possa, de facto, conviver, atribuindo-se, em simultâneo, uma importância superior à participação pública e à própria identidade do local (Seixas, 2015, apud. Fernandes, 2012).

2.2.3 Critérios Gerais

Tendo em consideração que o espaço público consiste no espaço de excelência para o desenvolvimento da vida social e económica, é fundamental que este apresente determinados critérios, os quais objetivam, sem sombra de dúvida, promover esse desenvolvimento na sociedade em geral. Atentando especificamente em Brandão (2002), o autor preconiza que os critérios gerais considerados como essenciais, e os quais devem estar contemplados no espaço público e também referido por Fernandes (2012 p.6-12), são os seguintes:

- 1) **Identidade** -a qual é representada pelo modo como as pessoas e os ecossistemas se relacionam entre si. É também influenciada por outros elementos e fatores, tal como é o caso dos fatores físicos e biofísicos (fauna, flora, clima, solo e água) e dos fatores humanos (arquitetura, elementos

urbanos, escala, costumes, arte, atividades económicas, demografia, entre outros). Porém, este critério relaciona-se com outros conceitos, designadamente de: Memória coletiva; Uso e apropriação do espaço; Espírito do lugar; Redução da identidade, cidades - espetáculo e publicidade; Organização simbólica do espaço - arte e democracia (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

2) Continuidade | Permeabilidade -a continuidade do espaço público deve ser garantida a nível das estruturas verdes, das redes de circulação/viárias (rodoviária, pedonal e ciclável), dos serviços públicos (transportes, recolha de lixo, telecomunicações e iluminação) e do saneamento. Já a permeabilidade, por sua vez, remete para a possibilidade de ligação física e visual com o espaço envolvente, contribuindo, portanto, para a conexão entre as várias estruturas que constituem o espaço urbano (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

3)Segurança | Conforto | Aprazibilidade -para que o espaço público seja seguro, confortável e aprazível, deve-se ter em conta vários aspetos, designadamente o clima; a qualidade acústica; a qualidade visual; a qualidade do ar; a qualidade ergonómica do espaço e dos equipamentos; a segurança; a conservação e limpeza do espaço; a vegetação; a água; os materiais de construção (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

4)Mobilidade | Acessibilidade -o espaço público deve: Promover a coexistência de vários tipos de deslocação (automóvel, pedonal e ciclável); Evitar a criação de barreiras arquitetónicas; Promover a segurança;

Delimitar certos espaços (recintos desportivos, parques infantis, entre outros);
Contribuir para uma circulação confortável em zonas de declives acentuados;
Possibilitar a circulação dos veículos de serviços de emergência e outros (carros de bombeiros, ambulâncias, proteção civil, etc.) (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

5) Inclusão e Coesão Social - como os espaços públicos são espaços de convívio, devem potenciar as relações humanas. Por conseguinte, devem ser utilizados por todas as pessoas, e independentemente da sua raça, sexo, idade, etnia, convicção política e crença religiosa (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

6) Legibilidade - é um elemento crucial no espaço público, remetendo para a qualidade do lugar que o torna de fácil leitura e compreensão e, por sua vez, reconhecível e facilmente identificável (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12); Lynch (2009) refere que são 5 os elementos que conferem legibilidade a um espaço urbano, a saber: Vias; Limites; Bairros; Cruzamentos; Pontos marcantes (Lynch, 2009, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

7) Diversidade | Adaptabilidade - o espaço público deve consistir num espaço multifuncional, sendo deveras importante que dê lugar a várias atividades. Contudo, deve ser também adaptável, ou seja, estar devidamente preparado para solucionar eventuais mudanças resultantes da evolução, adaptando-se a novos usos e funcionalidades (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

8) Resistência | Durabilidade -são questões muito importantes aquando da elaboração de um projeto, sendo fundamental ter em atenção todas as funções, o público-alvo e a intensidade da utilização do espaço. Para além do mais, a qualidade dos materiais, dos fatores humanos e dos fatores bióticos deve também ser cuidadosamente ponderada aquando da elaboração do seu projeto (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

9) Sustentabilidade -critério baseado num conjunto de fatores (sociais, económicos e ambientais) que pressupõe uma abordagem mais realista e integrada dos problemas. A cidade sustentável cumpre as seguintes características é justa, existindo igualdade de direitos e de oportunidades; é bela, fomentando a imaginação e a criação de ideias; é criativa, pois a população demonstra o seu potencial; é ecológica, utilizando os recursos de um modo eficiente; favorece o contacto, consistindo num local de encontro e de convívio e permitindo a partilha de experiências (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p.6-12);

Contudo, é ainda fundamental fazer referência a Gehl(2006), visto que o autor defende vários pontos importantes que auxiliam no diagnóstico do espaço público, nomeadamente a nível da sua qualidade, podendo ser considerado como bom ou não. Seguidamente, a seguinte tabela (Tabela 2) apresenta e explicita, de um modo abreviado e preciso, os doze critérios apresentados pelo autor, visto que todos eles se revestem de extrema importância para a presente dissertação. (Gehl, 2006, in Archdaily.com)

Tabela 2 – Critérios de qualidade do espaço público (Gehl, 2006, in archdaily.com)

Critérios	Explicitação
1. Proteção contra o tráfego	As cidades devem oferecer todas as condições necessárias de segurança para todos os transeuntes, de modo a que exista uma mobilidade segura em todas as ruas. Para além do mais, é extremamente importante educar a população no que diz respeito à segurança rodoviária, inclusive enquanto peões.
2. Segurança nos espaços públicos	As cidades devem realizar várias atividades noturnas, bem como deter iluminação enquanto chamariz, para que toda a população se sinta segura e capaz de frequentar todos os locais do espaço urbano, seja durante a noite ou durante o dia.
3. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis	Deve-se proceder à criação de áreas destinadas à proteção à chuva, vento e calor, pois estas evitam toda e qualquer experiência mais desconfortável. Assim, deve-se introduzir áreas verdes para aliviar o calor e para diminuir a poluição e o ruído.
4. Espaços para caminhar	Para que uma cidade e, por conseguinte, os espaços públicos sejam atrativos para a população, é fundamental que detenham algumas características em particular. Logo, é crucial garantir o acesso a pontos de interesse, especialmente através de caminhos sem obstáculos, com superfícies regulares e com fácil acessibilidade para toda a população.
5. Espaços de permanência	Para serem considerados como agradáveis os espaços públicos devem ser atrativos ao ponto de a população permanecer nesses espaços por grandes períodos de tempo.
6. Ter onde se sentar	Tendo em consideração que a disponibilidade de lugares para sentar é bastante reduzida, é importante aumentar o mobiliário urbano nos espaços públicos, tal como é o caso dos parques, das avenidas e das praças. É precisamente com este aumento que é possível organizar a circulação da população, tal como estabelecer determinadas funções aos lugares.
7. Possibilidade de observar	As cidades devem garantir a existência de sistemas de vistas, designadamente para que seja possível contemplar toda a envolvente e de acordo com diferentes perspetivas.
8. Oportunidade de conversar	Os espaços públicos, e visto que são conhecidos como sendo locais de encontro e de convívio, devem possuir elementos específicos (p. ex. mobiliário urbano) para uma maior relação entre as pessoas. Para além do mais, deve-se também considerar baixos níveis de ruído, pois assim a interação entre a população é mais agradável.
	As cidades devem garantir o acesso a equipamentos desportivos e a aparelhos de exercício a todos os cidadãos, combatendo, deste modo,

9. Locais para se exercitar	um elevado nível de sedentarismo.
10. Escala humana	É importante que os espaços urbanos garantam infraestruturas à escala humana, pois facilita a relação entre a população e os vários edifícios.
11. Possibilidade de aproveitar o clima	É fundamental criar espaços públicos que se relacionem com o clima e com a própria topografia da cidade onde serão, no futuro, construídos, almejando-se a potencialização destes mesmos espaços.
12. Boa experiência sensorial	Os espaços públicos devem possuir bons acessos, estabelecer um contacto com a natureza, deter água e animais, bem como árvores e outras plantas. É também essencial a existência de mobiliário urbano cómodo, pois assegura uma permanência superior por parte dos visitantes nesse lugar, tal como uma ligação superior entre as pessoas e os seus próprios sentidos.

Em resumo, Gehl(2006) apresenta uma abordagem e reflexão em torno da percepção ideal do espaço público, incentivando, em simultâneo, a população para as várias possibilidades a nível da qualificação dos espaços de que usufruem no seu dia-a-dia. Efetivamente, todos os doze critérios apresentados permitem construir uma ideia bem mais clara, demonstrando a sua possibilidade de implementação durante a fase de execução e de planeamento de futuros espaços urbanos, bem como aquando da reabilitação dos espaços públicos já existentes, almejando-se uma qualificação dos mesmos.(Gehl, 2006, apud. Archdaily.com1)

2.2.4 Tipologias

Segundo Fernandes (2012, p.14), o espaço público pode ser classificado de acordo com várias tipologias, as quais se baseiam, por sua vez, na sua utilização e função. Entre as diversas classificações existentes na literatura é importante destacar a apresentada por Brandão (2008, p.26-27), visto que o autor integra alguns critérios de ordem espacial/estrutural e de utilização, os quais são fundamentais aquando do processo de desenho e de projeção destes espaços públicos. De um modo geral, Brandão (2008, p.26-27) apresenta quinze tipologias cruciais, nomeadamente com base em seis referências estruturais, as quais se encontram explicitadas na tabela seguinte (Tabela 3)

Tabela 3 -Tipologias dos Espaços Públicos (Brandão, 2008, apud. Fernandes, 2012, p. 14)

Espaço - Traçado	Encontro Circulação	Largos e praças Ruas e avenidas
Espaço - Deslocação	Transporte Canal Estacionamento	Estações, paragens e interfaces Vias-férreas e auto-estradas Parking e silos
Espaço - “Paisagem”	Lazer - Natureza Contemplação	Jardins e parques Miradouros e panoramas
Espaço - Memória	Saudade Arqueologia Memoriais	Cemitérios Industrial, agrícola e serviços Espaços monumentais
Espaço - Comercial	Semi-interiores Semi-exteiores	Mercados, centros comerciais e arcadas Mercado levante, quiosques e toldos
Espaços gerados	Por edifícios Por equipamentos Por sistemas	Adro, passagem, galeria e pátio Culturais, desportivos, religiosos e infantis Iluminação, mobiliário, comunicação e arte

Para uma compreensão superior dos espaços públicos urbanos é crucial proceder a uma análise mais aprofundada das várias tipologias apresentadas por Brandão (2008, p.25). Assim, as ruas e avenidas destinam-se, basicamente, à circulação e à permanência dos cidadãos, bem como à circulação e estacionamento dos veículos. Logo, este espaço é multifuncional, pois possibilita a coexistência entre veículos e cidadãos. Já as praças, largos e pracetas, que também integram o espaço - traçado, consistem em espaços da cidade tradicional, podendo adquirir várias formas e dimensões. Regra geral segundo Silva (2013), são delimitados por edifícios e o seu pavimento destina-se apenas ao tráfego pedonal. Não obstante, é relevante referir que as praças e os largos remetem para zonas de convergência, motivo pelo qual detêm um enorme sentido de centralidade, enquanto as pracetas são frequentemente mais pequenas, consistindo em zonas onde se verifica uma menor acessibilidade e permeabilidade (Silva, 2013, p.8).

No que diz respeito ao espaço “paisagem”, destinado ao lazer e à contemplação, é importante mencionar os parques urbanos, os jardins públicos e as áreas ajardinadas de enquadramento. Em termos mais concretos o autor escreve baseado em Brandão (2008) que os parques urbanos (Imagem 16) estão associados a áreas de dimensões consideráveis (regra geral dezenas de hectares), sendo constituídos por zonas verdes, passeios, equipamentos desportivos, tanques, fontes e quiosques, englobando, portanto, uma panóplia de atividades para todas as pessoas. Os jardins públicos, (Imagens 17 e 18) por outro lado, apresentam uma dimensão inferior, ainda que sejam constituídos por zonas verdes destinadas ao lazer, contendo

equipamentos, fontes, quiosques e tanques. Finalmente, as áreas ajardinadas⁸ de enquadramento remetem para zonas verdes e sobrantes, sendo devidamente aproveitadas para o enquadramento de edifícios, de equipamentos e de infraestruturas (Brandão, 2008, p.24 apud. Silva, 2013).



Imagem 16 – Exemplo de parque urbano (Brandão, 2002, p. 133)

⁸ Ajardinadas, criação de áreas **verdes** englobando tudo o que intervém na paisagem externa as edificações. Converter em jardim.



Imagem 17 – Exemplo de Jardim público (Brandão, 2002, p.114)



Imagem 18 – Exemplo de Jardim público (Brandão, 2002, p.114)

2.3 - O Tecido Urbano: Espaço e Formas

A forma urbana de um determinado aglomerado é condicionada pelo seu sítio e pela sua posição. Assim sendo, é pertinente, desde já, proceder a uma distinção entre ambos os conceitos, almejando-se uma compreensão mais aprofundada dos mesmos. De facto,

“A posição refere-se à localização à escala regional, portanto, ao posicionamento face a outros núcleos de povoamento ou às vias de comunicação, e está intimamente relacionada com a função original da cidade, a sua razão de ser. Enquanto o sítio compreende o conjunto de características do local concreto onde se implantam as construções, principalmente as topográficas e geológicas” (Salgueiro, 1999, p. 145).

É também crucial explicitar através de Rodrigues (2009) que a escolha do sítio é baseada em necessidades concretas, designadamente de circulação, de defesa e de trocas comerciais, para além das próprias condições climáticas. Como tal, uma cidade detém sempre um núcleo primitivo, que se situa na parte mais antiga da cidade em si, local a partir do qual esta se vai expandindo. Na realidade, Lamas (2004, p. 63 apud. Rodrigues 2009, p.16) refere que “o sítio contém já em muitos casos a génese e o potencial gerador das formas construídas pelo apontar de um traçado”. No que diz respeito às configurações urbanas, existem, e tal como é apontado por Newton (2000, apud. Rodrigues, 2009, p.16-17), cinco tipos principais, a saber: *compactcities*; *dispersedcities*; *edgocities*, que se caracterizam pela ocorrência de nós no âmbito do comércio e dos serviços na periferia, os quais são devidamente suportados pela rede

viária; *corridor cities*, onde o desenvolvimento ocorre ao longo de um corredor linear, designadamente a partir do seu núcleo central; e as *fringecities*, onde o desenvolvimento ocorre na sua orla urbana.

Com base em outros autores, tal como é o caso de Batty e Xie(2005)referenciados por Rodrigues (2009, p.17), um sistema espacial urbana pode desenvolver-se de acordo com dois processos distintos: a compactação e a expansão, dado que, e eventualmente, todo o aglomerado urbano sentirá a necessidade de crescer, devido ao crescimento populacional nessa área em particular (Imagem 19).

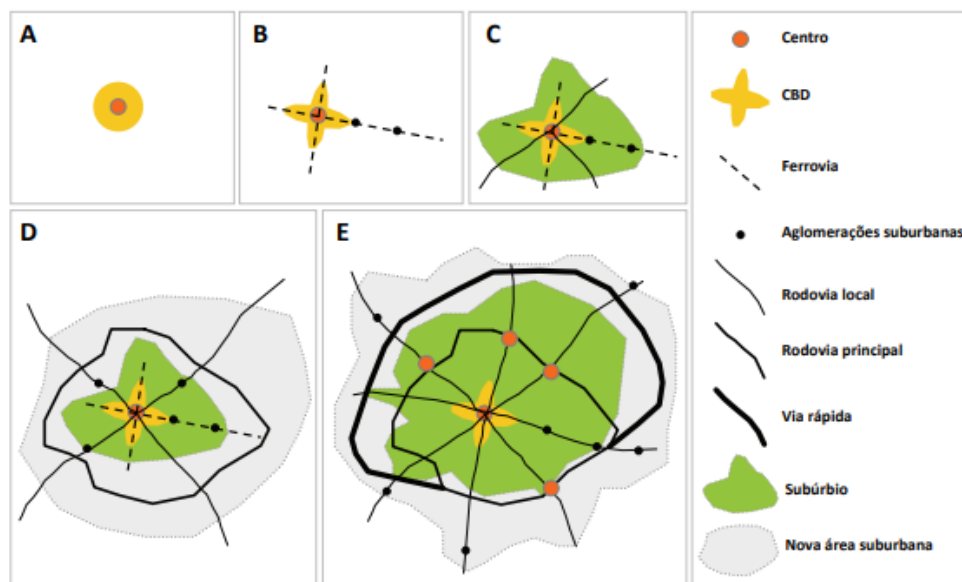


Imagem 19 - Expansão física do aglomerado e efeito na rede urbana (Marques da Costa, 2008 apud. Rodrigues, 2006, p17)

Efetivamente, e tal como é evidenciado por Rodrigues (2009 p.17), se considerarmos os aglomerados populacionais como sistemas espaciais a expansão resulta numa ocupação mais extensa a nível espacial, o que se reflete, por sua vez, no aumento da extensão espacial de um determinado aglomerado, tal como é demonstrado na Imagem 19, mais precisamente nas fases A-E). Por sua vez, o processo de compactação resulta num aumento da massa do aglomerado, o qual é analisado através da densidade, e depende de ações convergentes e centrífugas dos centros funcionais.(Rodrigues, 2009, p.17)

Por sua vez e segundo Rodrigues (2009), e no que diz respeito a aglomerados⁹ mais pequenos, constata-se que existe apenas um centro, no qual se reúnem praticamente todas as funções terciárias, motivo que justifica a deslocação da população para esta área, tanto do aglomerado como dos seus arredores.Porém, na maioria das cidades existem dois níveis distintos de centros, sendo que um deles é mais próximo, fornecendo todos os bens de utilização corrente, enquanto o outro remete para o centro principal, que oferece todos os restantes bens à população(Imagem 20). É certo que nos aglomerados maiores pode surgir, inclusive, um nível intermédio, o qual se dedica a equipamentos de diversão da população. Assim sendo Rodrigues (2009), afirma que é possível concluir que a composição funcional e que a importância da própria área central variam consoante a dimensão do aglomerado em questão.(Salgueiro, 1999, apud Rodrigues, 2009, p. 18).

⁹ Aglomerado – concentração de pessoas ou coisas.

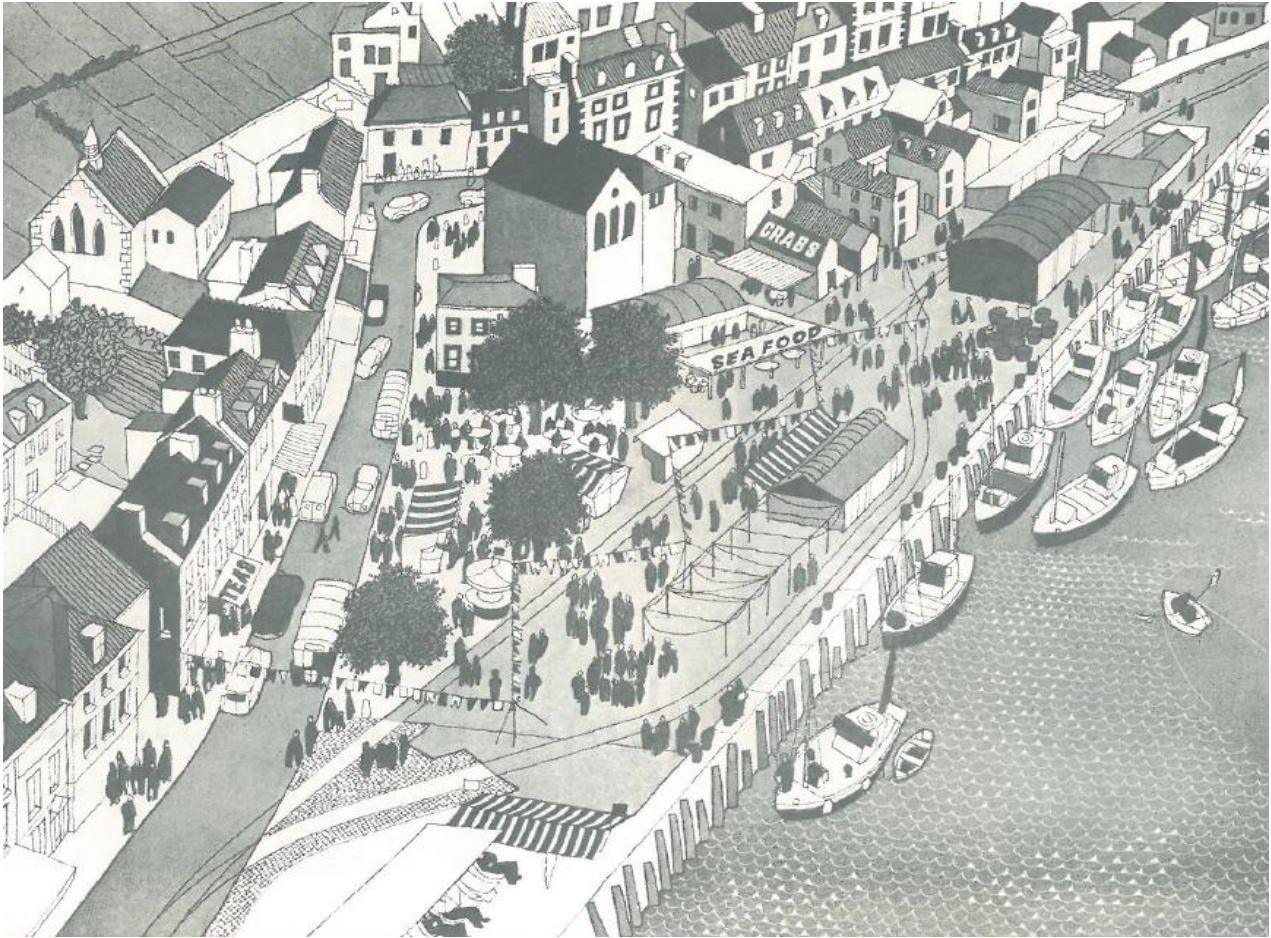
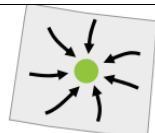
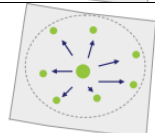
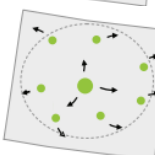
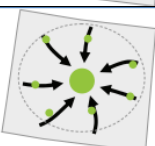


Imagem 20 – Representação ilustrativa de uma cidade que converge todas as funções para o seu centro (Cullen, 1983 , p. 120)

É relevante fazer referência, segundo o autor, à evolução dos processos de produção, dado que esta se traduz em várias e repetidas fases de dispersão e de concentração das atividades, as quais, e quando devidamente associadas a ações centrífugas e centrípetas nos centros funcionais, acabam por culminar em sucessivas formas urbanas, que vão acompanhando todas as fases do desenvolvimento da cidade. (Marques Da Costa apud. Rodrigues, 2009, p.18) Na Tabela 4 são apresentadas, com maior detalhe, as várias fases do desenvolvimento urbano, pois estas são extremamente importantes para uma compreensão mais aprofundada da presente temática.

Tabela 4 - Fases do desenvolvimento urbano (Marques Da Costa apud. Rodrigues, 2009, p.19)

Fase	Varição da População	Processos	Espacialidade
I - Urbanização	Ganha o centro	A população e as atividades económicas concentram-se no centro, criando condições para o surgimento da coroa periférica	
II - Suburbanização	Ganha a periferia, perde o centro	A população e o emprego desconcentra-se do centro, passando para a cintura periférica	
III - Desurbanização	Perde a periferia e o centro	A população e o emprego perdem-se no conjunto do aglomerado, devido à saída da primeira para espaços não metropolitanos e ao decréscimo do êxodo rural para as grandes cidades	
IV - Reurbanização	O centro ganha de novo e a periferia cresce ligeiramente	O centro é retomado através de processos de requalificação urbana, mais precisamente dos centros históricos e das áreas pericentrais	

Salgueiro (2005) refere que a segunda metade do século XX, e a nível espacial, deteve enquanto principais características o aparecimento de novas concentrações urbanas, as quais apenas foram possíveis devido aos automóveis (Imagem 21). (Rodrigues, 2009, p.19) É, então, nesta época que se abre o caminho para uma expansão periférica dos centros urbanos, determinando, e de um modo muito significativo, a sua atual forma. Contudo, é importante estipular que o processo de expansão periférica é realizado em várias fases, tal como é corroborado por Whitehand e Larkham (1992 apud. Rodrigues, 2009, p.19). De um modo geral, e ainda com base nos mesmos autores, Rodrigues (2009) identifica as principais causas por detrás da expansão periférica englobam, entre outros

- 1) A melhoria das infraestruturas dos transportes, que permite o aumento da distância entre o local de trabalho e o local de residência;
- 2) O aumento populacional, motivado por grandes movimentos migratórios, que culmina num esgotamento do espaço livre no aglomerado urbano;
- 3) O custo dos próprios terrenos, que é inferior na periferia;
- 4) O aumento dos rendimentos e da taxa de motorização, visto que permite o aumento dos movimentos pendulares;
- 5) O aumento do rendimento, que resulta na procura de uma segunda habitação, frequentemente no meio rural;
- 6) A terciarização do centro, que resulta no afastamento da população residente;
- 7) A alteração dos fatores lucrativos e a realocização das atividades, pois criam todas as condições para a descentralização da indústria, a qual resulta, por sua vez, na criação de novos postos de trabalho nessa área (Whitehand&Larkham, 1992 apud, Rodrigues, 2009, p. 19).

Em geral, ao longo dos últimos anos assistiu-se a uma modificação na progressão da urbanização, visto que este período se caracteriza por um crescimento bastante extensivo, ainda que pouco denso e descontínuo, sendo que a sua organização se baseia num modelo urbano centrífugo, altamente demarcado por uma elevada mobilidade pendular individual, devido aos automóveis, (Imagem22) o que possibilita uma dispersão dos fluxos em várias direções para além do centro urbano (Rodrigues, 2009, p.21).



Imagem 21 – Exemplo de como os carros condicionam a via (Brandão, 2008, p. 168)



Imagem 22 – Rua modificada em favor do estacionamento (Brandão, 2008, p. 25)

2.4. Malha Urbana

As formas dos aglomerados urbanos incorporam, e de um modo indireto, as próprias características das malhas urbanas¹⁰ subjacentes, podendo ser agrupadas em dois grupos distintos: em aglomerados heterogéneos, que incorporam diversos tipos de malhas, resultando numa forma muito mais complexa; e em aglomerados homogéneos, que pressupõem, por sua vez, uma estrutura unificada e uma malha dominante (Haggett, 2001, apud. Rodrigues, 2009, p.21-24).

Em termos mais detalhados, os aglomerados heterogéneos são característicos das grandes cidades, visto que a sua própria dimensão acaba por introduzir uma certa complexidade, motivo pelo qual são tipicamente relacionados com as aglomerações policêntricas, que tal como a própria designação indica são constituídas por vários centros funcionais. No entanto, este tipo particular de aglomerações pode também refletir algumas alterações nas planificações, bem como normas divergentes a nível do planeamento urbano. Já os aglomerados homogéneos, por outro lado, englobam uma componente extremamente importante, e a nível do planeamento, a qual condiciona, de facto, a sua morfologia em toda a extensão do aglomerado. Não obstante, existem também algumas características externas, as quais podem, efetivamente, resultar numa forma homogénea com base numa expansão natural, tal como é o caso das aglomerações muralhadas. Porém, podem existir, inclusive, condicionantes a nível físico, como a hidrografia e o relevo, capazes de determinar todas as condições da

¹⁰As malhas urbanas referem-se, basicamente, à forma que é assumida pela relação entre os espaços construídos e os espaços livres, sendo frequentemente identificadas através da rede viária.

expansão do aglomerado, tal como se verifica em Faro ou em Castelo Branco, visto que o seu crescimento se processou numa encosta, sendo que as suas ruas principais acabam por seguir as curvas de nível (Rodrigues, 2009, p.21-24).

A evolução do aglomerado ao longo do tempo é passível de ser analisada, mais concretamente através da análise das várias plantas referentes a um mesmo aglomerado, ainda que de épocas distintas, tal como através da combinação de fatores históricos, económicos, culturais e sociais que se encontram na génese da sua própria morfologia. No entanto, os três tipos mais básicos de malhas são: a malha radio concêntrica, a malha ortogonal e a malha irregular (Salgueiro, 1999, apud. Rodrigues, 2009, p.22).

Em primeiro lugar, a malha radio concêntrica(Imagem23) é a malha típica das cidades muralhadas, pois há medida que a cidade vai crescendo as muralhadas são destruídas e substituídas por outras, o que resulta no aumento do seu raio. Para além do mais, este tipo de malhas em específico pressupõe a existência de um núcleo central, do qual divergem várias artérias, as quais são cortadas por uma ou por diversas outras, de forma aproximadamente circular, tal como centradas nesse mesmo núcleo central. De um modo geral, estas malhas são associadas a populações desenvolvidas no cruzamento dos caminhos, pois são estes que acabam por definir todos os eixos da progressão no espaço urbano. (Salgueiro, 1999, apud. Rodrigues, 2009,



Imagem23 - Malha radio concêntrica (Rodrigues, 2009, p23)

Já a malha ortogonal (Imagem 24) é baseada em ruas retas e perpendiculares, sendo uma malha dominante devido ao aparecimento do automóvel. Em termos administrativos, esta tipologia de malha urbana é a mais vantajosa e benéfica, visto que facilita o loteamento dos quarteirões e a própria divisão administrativa. Na atualidade, a malha ortogonal é a dominante em Portugal, ainda que a sua adoção remonte para épocas passadas. (Salgueiro, 1999, apud. Rodrigues, 2009, p.23)



Imagem24 - Malha ortogonal (Rodrigues, 2009, p.23)

Finalmente, a malha irregular (Imagem 25) é a malha mais característica das cidades medievais e muçulmanas, visto que estas crescem de um modo desordenado, não pressupondo, de facto, qualquer tipo de planeamento prévio. Esta planta é muito comum nas áreas centrais mais antigas, pois acaba por refletir o seu lento e descontínuo crescimento, a inexistência de um planeamento a nível urbano e, inclusive, a ausência de meios de transporte. Tal como é evidenciado no estudo de Rodrigues (2009), os traçados irregulares, muito típicos nas cidades muçulmanas, não são característicos de nenhuma cidade em Portugal, pois os muçulmanos não fundaram nenhuma cidade neste país em particular, limitando-se apenas a ocupar as cidades já existentes. Logo, este tipo de traçado não consta em nenhuma cidade portuguesa, apesar de se notar uma clara expressão em dois bairros na cidade de Lisboa. (Salgueiro, 1999, apud. Rodrigues, 2009, p.22)



Imagem25 - Malha irregular (Rodrigues, 2009, p.22)

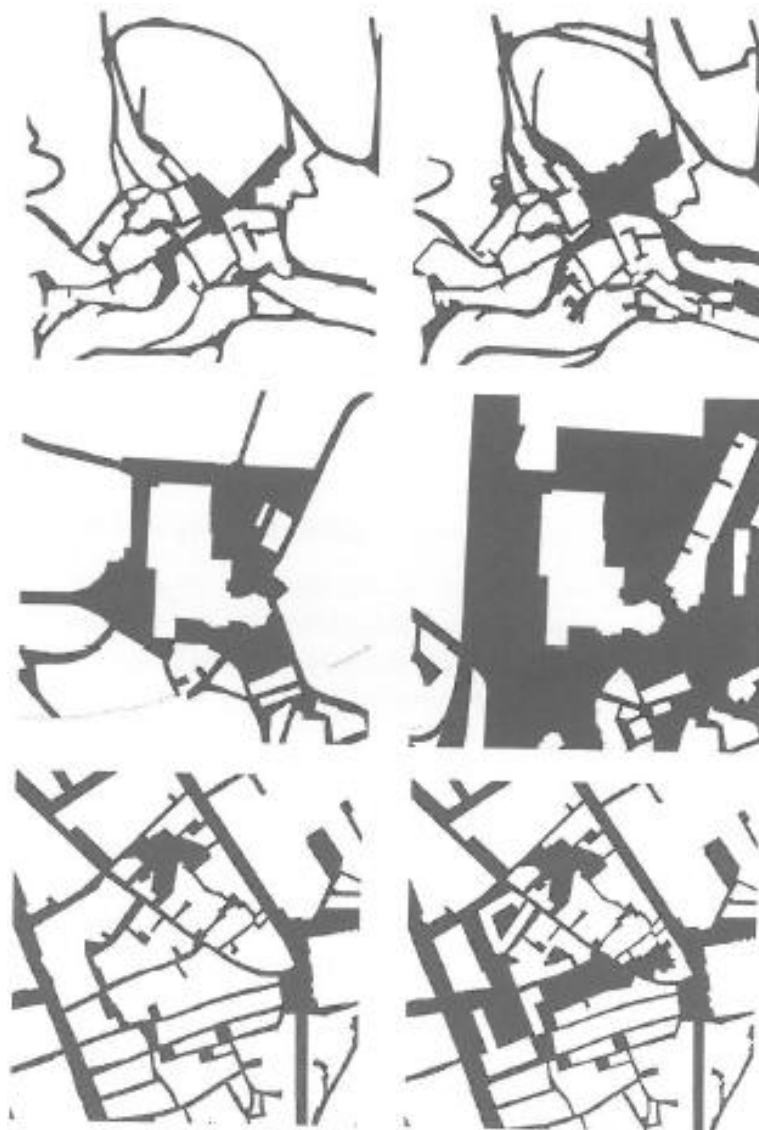


Imagem 26 –intervenção no séc. XX que alterou a malha urbana(Silva, 2009, p.86)

2.5. Praça

“as praças são parte integrante da estrutura, da composição e da identidade das nossas cidades. A sua diversidade é, por isso, o somatório de características urbanas distintas, formas e designações, que resultam da relação entre o homem e o lugar”.(Silva, 2013, p. 83);

Por isso para o autor, é crucial enfatizar que a praça é considerada como sendo o elemento morfológico mais importante do espaço público, destacando-se de todos os restantes devido às vivências geradas no âmbito da importância urbana. De facto, as praças resultam de uma sucessão de ações intencionais e do investimento de várias culturas ao longo do tempo, modificando, sem sombra de dúvida, o uso, desenho e carácter identitário de todo o espaço à sua medida. É precisamente esta intencionalidade por detrás da ação que reflete a posição de destaque da praça na organização de uma cidade, ainda que se proceda a uma integração desta no contexto físico e cultural (Sitte, 1889, apud. Silva, 2013, p.83).

Silva (2013) também preconiza que as praças são formadas com base na transformação da sua própria forma, nomeadamente através de lentos processos de sedimentação, os quais resultam, por sua vez, da conjugação de vários momentos temporais, significados ou modelos, ainda que numa relação primordial entre o sujeito e o contexto (Imagem 27). Silva (2013) particularmente no contexto ocidental, a praça é pensada enquanto marco de centralidade cultural, sendo compreendida como sendo um fórum para encontros sociais e apresentando arquiteturas e funções bastante significativas.



Imagem27 – Praça do Martim Moniz atualmente.

Na realidade, e apesar de os padrões de utilização das praças em Portugal se terem modificado ao longo do último século, o seu sentido público ainda relembra a sua origem enquanto local de comércio, de encontro de pessoas, de circulação e, acima de tudo, de representação.(Silva, 2013, p.84-85)

Ainda segundo a mesma autora o longo do século XX procedeu-se à criação e à transformação das praças em Portugal, mais precisamente no âmbito das intervenções de valorização dos edifícios e dos monumentos. Porém, é crucial referir que a criação e a transformação das praças se deveram, em grande parte, à relação existente entre espaço, história e adversidades humanas, a qual se associa, e bastante frequentemente, a princípios ideológicos com um claro contexto político. De forma geral e conclusiva a autora, constata-se que a sua compreensão pode variar entre a criação de praças, e a imagem dos seus valores tradicionais, a recuperação do espaço, pretendendo-se um equilíbrio entre o tradicional e o novo espaço urbano, ou a perda de todas as vivências tradicionais, designadamente com base na renovação para engrandecer a cidade (Imagem 28). (Silva, 2013, p.85)

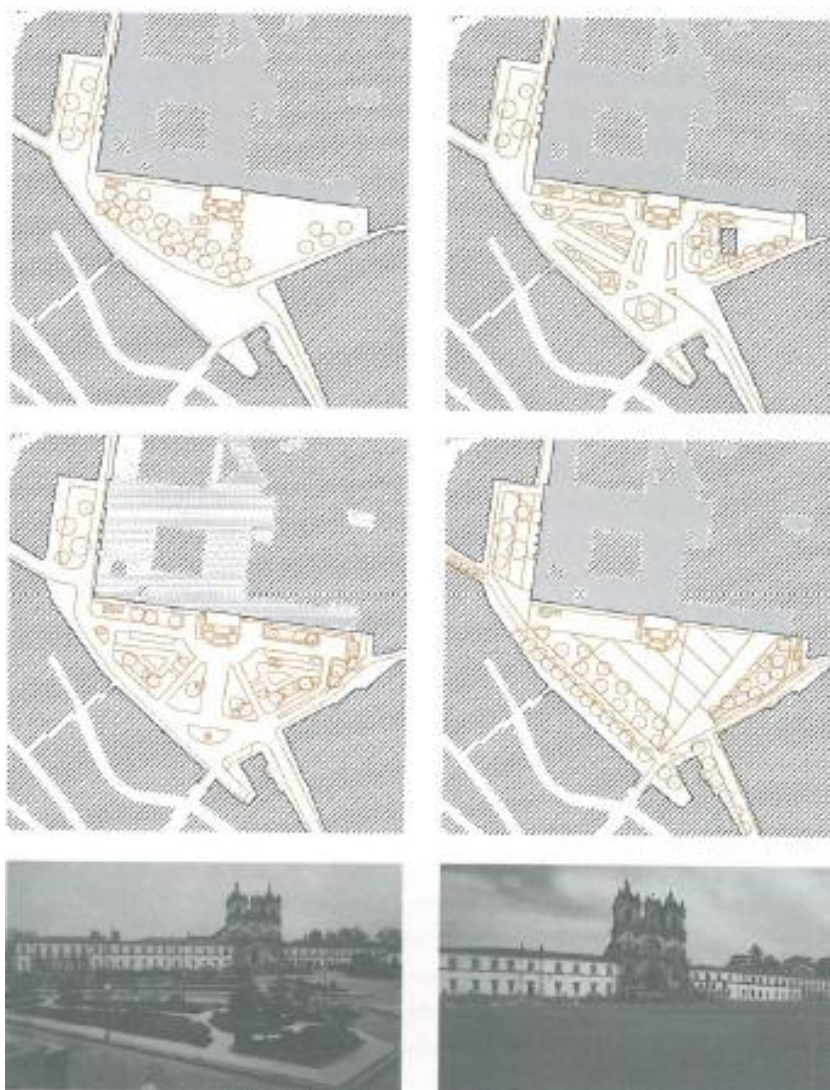


Imagem 28 – Evolução do rossio em Alcobaça (Silva, 2009, p. 91)

2.6. Rua

Para Proença (2013, p.101) a rua é definida como remetendo para qualquer elemento do espaço público de uma cidade, desde que constitua um canal ou um corredor, motivo pelo qual exclui todos os espaços de natureza excepcional no tecido urbano que apresentem características distintas às previamente referidas, tal como é o caso, e a título de exemplo, dos largos e das praças. Dito de um outro modo, para o autor a rua consiste num elemento morfológico contínuo e linear do espaço público de uma cidade, e ao mesmo tempo está associado aos conceitos de percurso, morada, lugar e itinerário. Já Bohigas(2004, p. 129), por sua vez, estipula que a rua é ...

“ (...) um lugar, um itinerário, uma oferta imprevisível de acontecimentos, ou seja, o elemento vertebral das duas funções essenciais da cidade: a informação e a acessibilidade; mas também é a imagem reconhecível da coletividade e a passagem de todos os serviços que a mantêm.”



Imagem 29 – Exemplo de rua (Proença, 2009, p. 119)



Imagem 30 – Rua em Lisboa em épocas festivas, exemplo de quando a rua é multifuncional. (Proença, 2009, p 94/95)

Tal como é demonstrado por Proença (2013, p 104), a designação de rua é bastante controversa, visto que existem mais 27 designações toponímicas (Imagem 30) cuja tipificação conduz a três grandes grupos, mais concretamente: 1) os que são originados pela posição topográfica; 2) os que são originados pela função urbana; e 3) os que são originados pela sua forma, distinguindo-se entre traçado e elementos de composição. Essencialmente, e de acordo com todos os argumentos apresentados pelo mesmo autor, constata-se que a palavra rua detém uma origem essencialmente identificada por diferentes etimólogos na palavra latina *ruga*, partilhando, portanto, a origem com essa mesma palavra, que significa sulco. Contudo, e em termos mais concretos, Proença (2013, p.116) estabelece que a rua reúne, de facto, um significado espacial e formal de canal linear, sendo criado pelo tempo e pelo próprio significado funcional de itinerário. Assim sendo, a rua é simultaneamente lugar, bem como caminho entre lugares. Na atualidade, este conceito é associada a uma via ladeada de casas numa determinada povoação, podendo também designar todo o espaço por onde é possível caminhar numa horta ou num jardim. Aplicando este conceito ao caso Português, verifica-se que, na cidade de Lisboa, cerca de 60% dos espaços apresentam a designação de rua, sendo que a diversidade morfológica existente entre eles acaba por reforçar a generalização da sua utilização para a designação dos espaços públicos lineares (Imagem 31). (Proença, 2013, p.116)

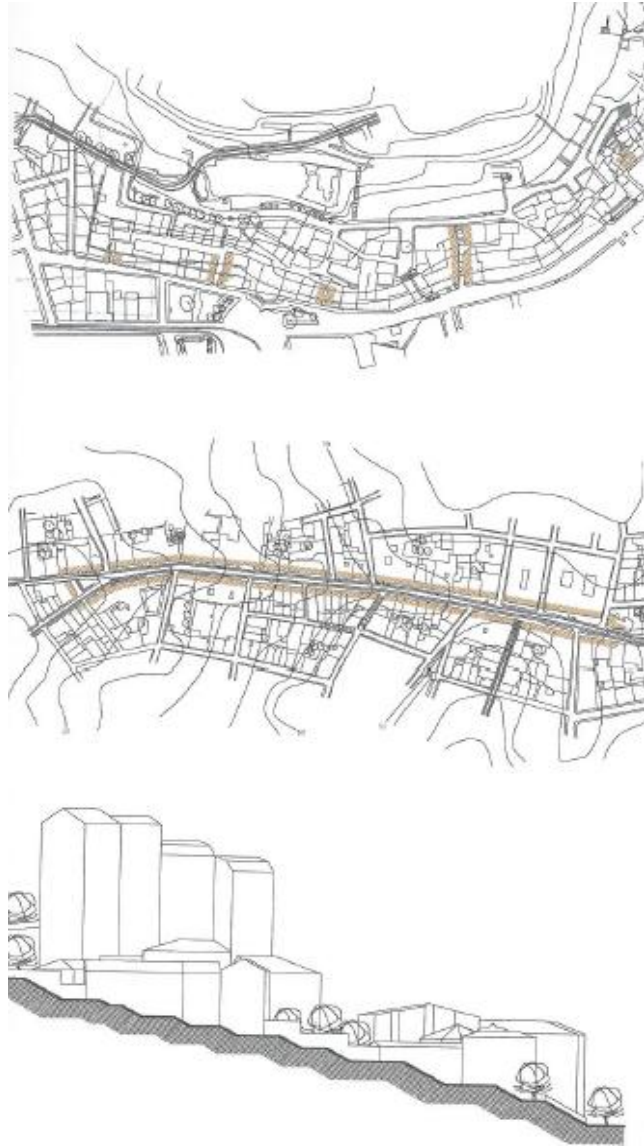


Imagem 31– Tipos morfo-toponímicos de rua (Proença, 2009, p. 119)

2.7. Quarteirão

O quarteirão ocupa um espaço muito particular entre todos os elementos da morfologia urbana, apresentando a particularidade de deter um lugar na concepção da cidade e, por conseguinte, do espaço urbano, servindo, em simultâneo, enquanto escala de intermediação. Atentando em Costa (2013, p. 123), o quarteirão consiste num ;

“Momento do desenho urbano: na concretização local de determinado modelo de sociedade, na concepção dos modos de vida, na conformação do espaço e da arquitetura que constrói a cidade, permitindo-se oscilações significativas, entre outros, na relação entre o público e o privado, entre o usufruto do solo e o habitar, entre a tipologia edificada e a arquitetura singular, entre a infraestrutura e o sistema ecológico.” (Costa, 2013, p. 124)

Contudo, é importante salientar que segundo o autor, a sua função enquanto escala de intermediação, a qual se associa à grande escala do próprio traçado, atribuindo uma forma a cada momento que esta gera. É crucial referir novamente o autor também que o quarteirão pode resultar do traçado, mas também se pode assumir como sistema gerador desse mesmo traçado, vinculando-se, de facto, também à pequena escala do habitar privado. Logo, é precisamente o quarteirão que dá sentido a toda a cidade, especificamente no que diz respeito às escalas do espaço urbano e do arquitetónico. (Costa, 2013, p. 124),

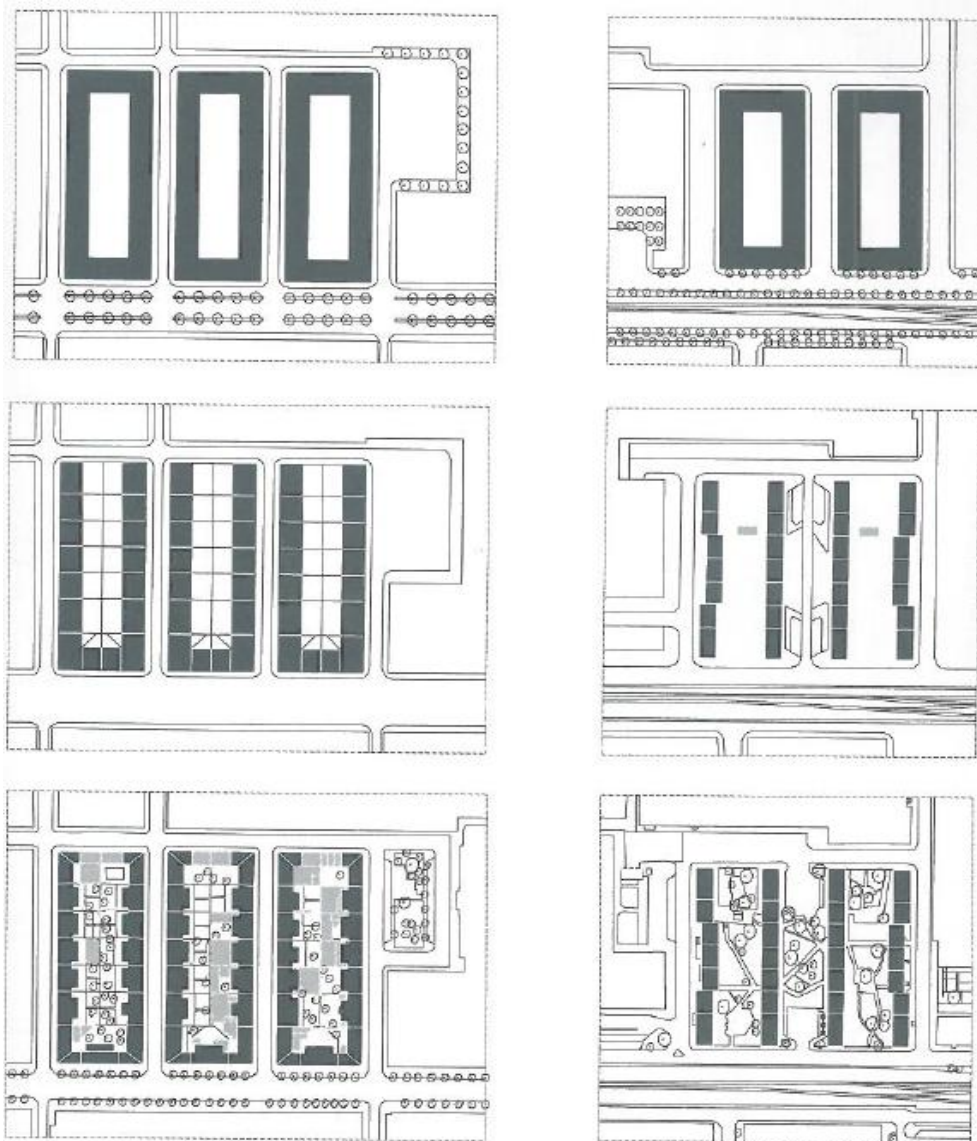


Imagem 32– Fases de evolução de um quarteirão, Alvalade - Portugal (Costa, 2009, p. 131)

Com base no estudo conduzido por Costa (2002, p.125), o qual analisa o traçado do Bairro de Alvalade, em Lisboa, é possível identificar três conjuntos tipológicos distintos, os quais correspondem aos três grandes grupos de partidos concetuais que existem nos quarteirões desse bairro, designadamente:

- 1) O quarteirão regular, que pode ir desde o quarteirão retangular fechado ao quarteirão em forma de “U”, transformando um dos topos numa ocupação comercial térrea, ou, inclusive, ao quarteirão definido por blocos paralelos nos dois lados mais longos(Imagem 33);(Costa, 2013, p. 127)
- 2) O quarteirão de inspiração modernista, que dispõe todo o bloco habitacional perpendicular à via e abre, em simultâneo, o logradouro¹¹ ao público, ainda que o proteja dos automóveis(Imagem 34);(Costa, 2013, p. 127)
- 3) O quarteirão eclético¹², que combina frentes de ruas fechadas com impasses e um sistema de caminhos pedonais(Imagem 35). (Costa, 2013, p. 127)

Logo, e tal como é devidamente suportado por Costa (2013, p.127), esta análise ao Bairro de Alvalade, conduzida, por sua vez, no estudo de Costa (2002), resulta num conhecimento superior, especialmente no que diz respeito à aplicação dos modelos, sendo possível retirar várias técnicas, formas e conceitos, os quais possibilitam, por sua vez,a definição das tipologias urbanas, tanto passadas como contemporâneas.

11

12

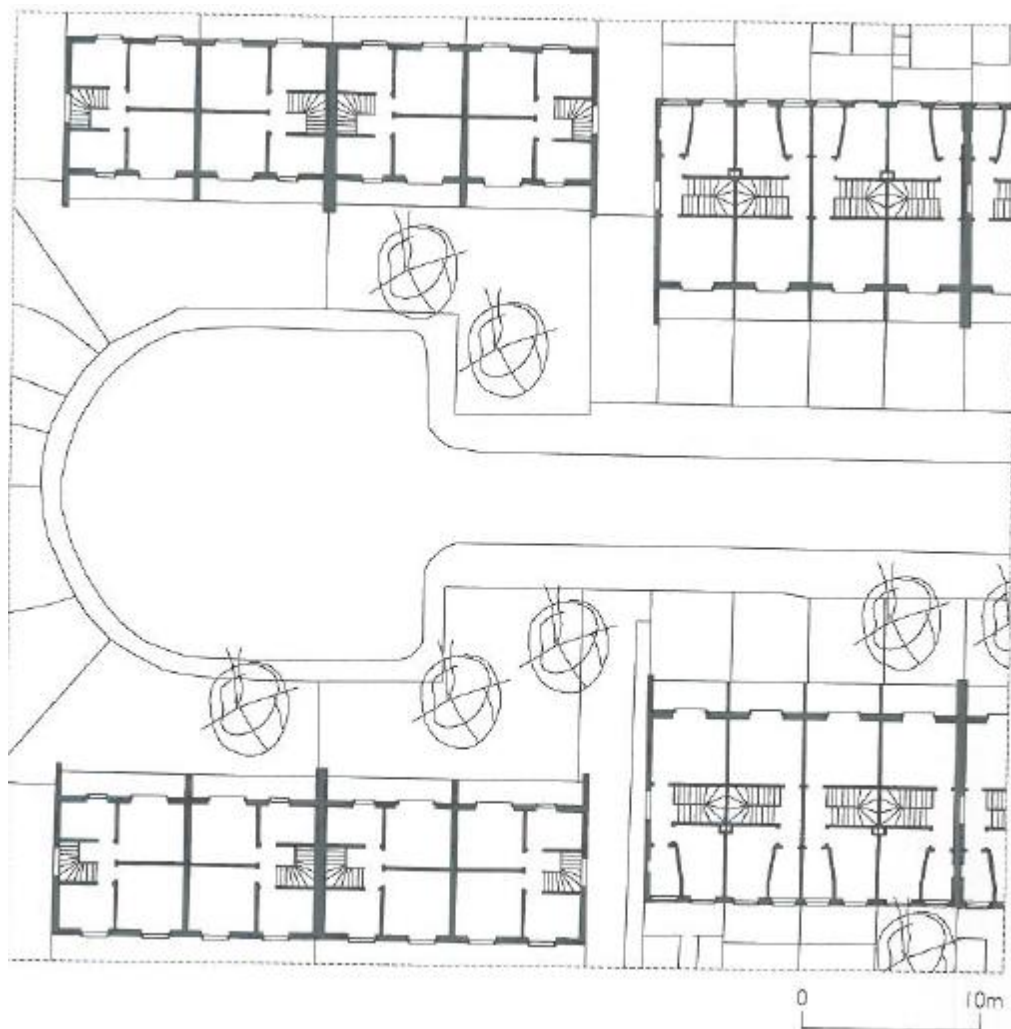


Imagem 33– Quarteirão Regular (Costa, 2013, p137)

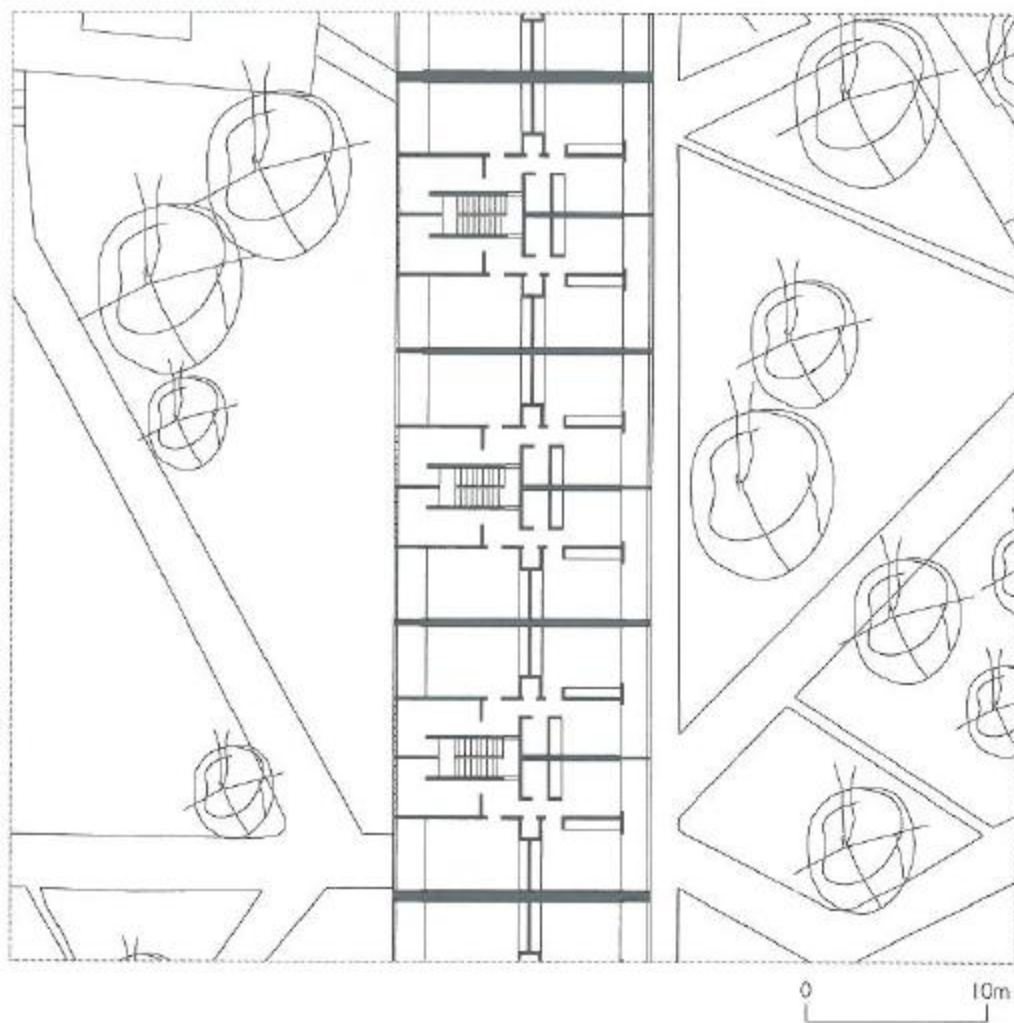


Imagem 34– Quarteirão moderno (Costa, 2013, p 138)

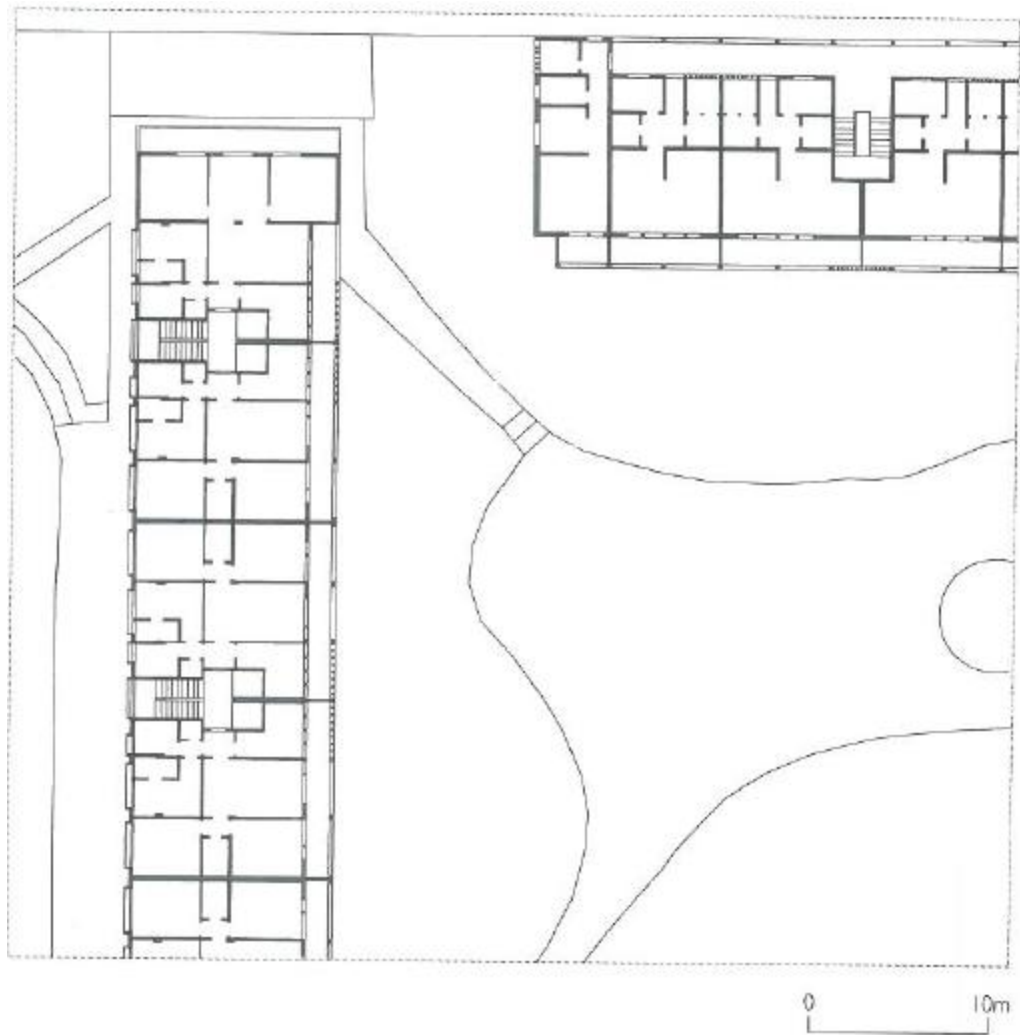


Imagem 35– Quarteirão eclético (Costa, 2013, p 141)

A Reabilitação Urbana

03

- 3.1. Conceito de Reabilitação Urbana
- 3.2. A Importância das Intervenções de Reabilitação Urbana
- 3.3. A Política dos R's

3 - A Reabilitação Urbana

3.1. Conceito de Reabilitação Urbana

Para Ribeiro (2015) são várias as circunstâncias em que os conceitos são erradamente compreendidos, estabelecendo-se uma certa confusão na sua distinção, é crucial, no presente momento, definir o conceito de reabilitação urbana, pois este é essencial nesta investigação. Efetivamente, este conceito em particular é frequentemente utilizado em Portugal, remetendo para a transformação dos espaços públicos e compreendendo, portanto, obras de recuperação, de readaptação e de construção de edifícios, as quais resultam numa melhoria da qualidade de vida da população e das condições de salubridade, para além de possibilitar a valorização do espaço público em função da cidade, preservando-se, em simultâneo, o seu carácter. Contudo, e para uma compreensão mais aprofundada deste conceito, é pertinente referir que os objetivos da reabilitação urbana englobam duas vertentes, a vertente dos compromissos humanos e a vertente territorial, ainda que aspirem, todos eles, a melhoria da qualidade de vida da população. Atentando primeiramente na vertente dos compromissos humanos, os objetivos da reabilitação urbana remetem para o desenvolvimento local, o respeito pela diversidade cultural e a coesão social (Tabela 6 e 7). (Ribeiro, 2015, p.21).

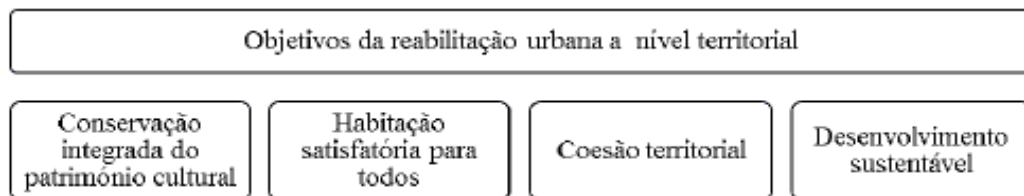


Tabela 6– Objetivos da reabilitação urbana a nível territorial.(Ribeiro, 2015, p. 29)

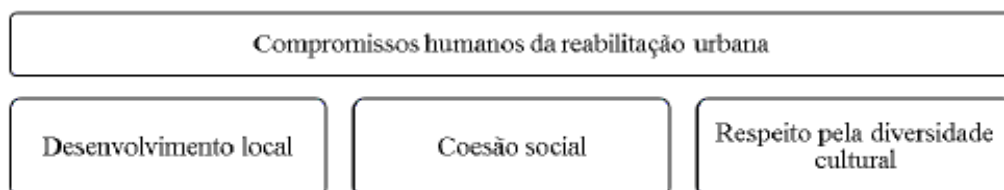


Tabela 7 – Compromissos humanos da reabilitação urbana.(Ribeiro, 2015, p. 30)

Por outro lado a autora, no que diz respeito à vertente territorial, a reabilitação urbana apresenta os seguintes objetivos:

1- A conservação integrada do património cultural, que atua na vertente da integração, através da reabilitação urbana, e da conservação, através de medidas de valorização e de proteção de todo o património; (Ribeiro, 2015, p.29).

2- A coerência territorial, que almeja um crescimento territorial equilibrado e a promoção da coesão social. É necessário, para tal, promover uma acessibilidade adequada (Imagem 36) e uma diversidade a nível funcional, evitando-se, deste modo, a separação das funções consideradas como sendo mais fracas e assegurando-se, em simultâneo, a continuidade urbana, especificamente através da presença humana e da preservação do espaço;

3- A garantia de acesso à habitação, a qual engloba, por sua vez, a qualidade de vida da população, a melhoria do ambiente e a qualidade dos espaços públicos;

4- O desenvolvimento sustentável, conceito este que engloba muito mais do que a proteção do ambiente, dado que compreende a preocupação pelas gerações futuras, tal como a integridade do ambiente a longo prazo e a qualidade de vida da população (Ribeiro, 2015, p.29).



Imagem 36– Exemplo de acessibilidades adequadas e necessárias juntamente á via. (Brandão, 2008, p.147)



Imagem 37 – Exemplo de más acessibilidades, uma escada condiciona o acesso. (Brandão, 2008, p.149)

Tendo em consideração a perspectiva apresentada por Pasquotto (2010), é possível constatar que um determinado vocabulário não deve ser atribuído ao acaso, pois é fundamental conhecer a sua história e o seu processo de inserção para uma compreensão total do seu significado. Assim sendo, é pertinente fazer referência às décadas de 60 e 70, dado que foi precisamente nesta época que ocorreu um desenvolvimento do conceito de reabilitação, designadamente no contexto das obras de conservação e de restauro. De facto, durante este período temporal as populações mais desfavorecidas eram expulsas para bairros situados na periferia das cidades, os quais se tornaram, e gradualmente, em espaços obsoletos e degradados. Contudo, assiste-se a uma rápida evolução do conceito de reabilitação urbana, evolução essa que resultou numa alteração dos seus contextos de atuação, dos objetivos, das abordagens e dos métodos de intervenção. Na realidade, nos finais da década de 70 o conceito de reabilitação urbana passa a englobar vários princípios, relacionados com o contexto ambiental, social e democrático, reconhecendo, por conseguinte, a necessidade de atuação de acordo com uma abordagem integrada (Silva, 2012, apud. Ribeiro, 2015, p. 26).

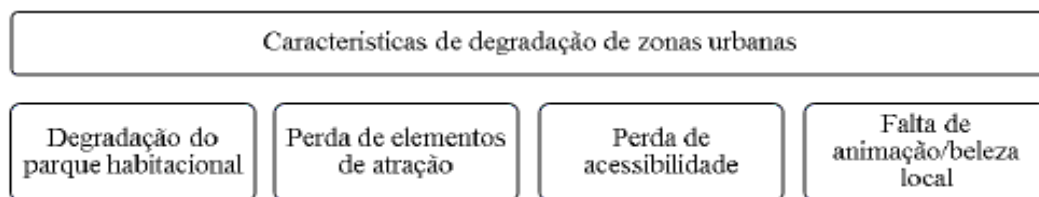


Tabela 8 – Características da degradação urbana.(Ribeiro, 2015, p. 33)

A autora explica também que ao longo das últimas décadas surge uma clara exigência relativamente à conjugação de um vasto conjunto de problemas urbanos, sendo que quem planeia a cidade deve encontrar métodos de intervenção vantajosos e que contribuam, de um modo eficaz, para a resolução e/ou atenuação das consequências resultantes desses mesmos problemas. Assim, o planeamento de uma cidade engloba a consideração dos fatores ambientais, sociais e económicos, para além dos próprios edifícios, pois estes são essenciais durante todo o processo. Mendes (2013) corrobora esta perspectiva, pois preconiza que as iniciativas de reabilitação urbana serão especialmente bem-sucedidas se, de facto, forem indicadas com as expectativas e com os interesses dos vários agentes envolvidos. O objetivo remete, portanto, para um reinvestimento e valorização dos edifícios existentes na cidade, bem como para a inversão da tendência da expansão, promovendo, em simultâneo, a cidadania e a coesão social. (Mendes, 2013, apud. Ribeiro, 2015, p.27)

Retomando o argumento apresentado logo no início deste subponto, constata-se que o conceito de reabilitação urbana tem sido frequentemente confundido com o conceito de reabilitação de edifícios e de conservação do património arquitetónico, para além de, por vezes, também ser reduzido a uma intervenção meramente física, a qual objetiva, basicamente, uma intervenção sobre os edifícios e os espaços públicos. Contudo, é relevante salientar que a reabilitação urbana consiste num processo complexo, dado que envolve um vasto leque de intervenções, desde a mera recuperação dos edifícios até ações muito mais abrangentes, relacionadas com a revitalização económica e social, sendo possível constatar que envolve, portanto, a revitalização funcional e a reabilitação física das áreas urbanas (Ribeiro, 2015, p.28).

Ribeiro (2015),detalha que a revitalização funcional está relacionada com uma dinamização económica e social, dado que pretende manter todas as características funcionais de uma determinada área e aumentar a sua capacidade de atração, enquanto a reabilitação física remete para a restauração ou conservação dos edifícios. Esta transformação do conceito de reabilitação urbana, nomeadamente para um processo que integra estes dois aspetos, o físico e o funcional, ocorreu ao longo do século XX, o qual demarca também uma alteração nos princípios, nas estratégias e nos meios de intervenção, dado que estes passam a objetivar uma solução para todas as zonas degradadas. Dito de um outro modo, o século XX consiste num ponto de viragem, pois o objetivo da reabilitação urbana passa a remeter para a obtenção de uma imagem urbana atrativa, pois é precisamente esta que influenciará todo o tecido empresarial local, valorizando-se todas as capacidades locais da área em questão (Tavares, 2008, apud. Ribeiro, 2015, p.32).

Resumindo, a reabilitação urbana reconhece, e na atualidade, a necessidade de atuar em outros níveis, motivo pelo qual promove uma mudança da própria condição humana, englobando aspetos ambientais, sociais e culturais, para além de objetivar, e tal como foi referido anteriormente, a restauração do património urbano, pois é através desta intervenção que é possível melhorar os tecidos urbanos e a qualidade de vida da população. (Ribeiro, 2015, p.33).

3.2. A Importância das Intervenções de Reabilitação Urbana

No século XX, e devido essencialmente ao êxodo significativo da população dos centros históricos, surge uma enorme preocupação relativamente à reabilitação urbana e à salvaguarda desses centros, dado que estes se constituem enquanto elemento principal da identificação das regiões urbanas.(Pinho, 2009, apud. Azevedo, 2014, p.25) Seguidamente, e considerando a sua extrema importância no contexto urbano, é precisamente neste século que surgem vários argumentos que enfatizam a urgência de intervenção urbana, os quais se relacionam, na sua maioria, com a necessidade de se proceder à reabilitação urbana dos centros históricos, intervenção essa que engloba, e de um modo geral, o apoio à população residente no centro urbano, com o intuito de se melhorar a sua qualidade de vida, a redução do desperdício dos capitais públicos e a garantia de serviços e de emprego para toda a população (Azevedo, 2014, p. 27).

Para Afonso (2014)No que diz respeito à melhoria da qualidade de vida da população, é fundamental estabelecer que esta, e para além de um bom ambiente físico, depende também de outras variáveis, tal como é o caso das atividades de lazer, da vida comunitária, cultural e social, do desenvolvimento pessoal, das oportunidades de emprego, do acesso à educação, da segurança e da saúde. No entanto, a intervenção urbana deve também considerar a criação de fatores de vitalidade na vida da população, visto que estas intervenções não objetivam apenas a qualidade dos alojamentos em geral, mas também a capacidade atrativa dos centros urbanos a nível de habitantes, de investidores e de turistas/visitantes. Logo, conclui-se que o futuro dos centros urbanos depende das intervenções de reabilitação urbana, as quais

devem, por sua vez, ser planeadas de acordo com estratégias específicas que orientem todos os objetivos e metas ao longo de todo o processo (Afonso, 2014, p.45).

Porém, e a partir do século XXI, as intervenções de reabilitação urbana passaram também a englobar os bairros sociais, tendo como principal objetivo uma redução das degradações e a revitalização dos espaços públicos, para além da melhoria da qualidade de vida da população, objetivo primordial deste tipo de intervenções. Se no passado os projetos para os centros urbanos incidiam sobre as habitações e sobre os equipamentos de apoio em áreas consideradas como sendo críticas, atualmente estes apostam na revitalização económica e na requalificação do ambiente, pretendendo-se, portanto, uma melhoria da qualidade de vida das populações e uma atratividade superior na imagem das cidades em geral.(Tavares, 2008, apud. Ribeiro, 2015, p.32)

Para Ribeiro (2015) particularmente na degradação das zonas urbanas, as intervenções de reabilitação urbana são extremamente importantes, designadamente no que diz respeito à renovação da imagem da área urbana, visto que atuam com o intuito de eliminar essa degradação e de evitar a perda dos elementos atrativos, da acessibilidade e da animação/beleza local. A autora refere ainda citando Araújo (2009), a degradação caracteriza-se pelo envelhecimento dos equipamentos ou dos edifícios, devido, basicamente, à falta de capacidade dos seus proprietários, por motivos financeiros ou por falta de interesse, para procederem a uma reabilitação. Assim, os proprietários dos equipamentos/edifícios não investem nas condições de habitabilidade adequadas, o que condiciona, efetivamente, o seu funcionamento. Já a perda dos elementos atrativos remete para a deterioração e degradação da

multifuncionalidade dos espaços, a qual resulta da negligência de tratamento dos espaços livres, dos edifícios e dos equipamentos, o que justifica, por si só, o afastamento da população dessas zonas (Ribeiro, 2015, p.33).

Continua Ribeiro (2015), que a acessibilidade é também uma das preocupações das intervenções de reabilitação urbana, dado que, na atualidade, existem algumas zonas urbanas que apresentam uma certa segregação, especialmente a nível das malhas viárias, as quais conduzem, frequentemente, a vias sem saída, o que condiciona, portanto, uma boa acessibilidade. Finalmente, e no que diz respeito à falta de animação/beleza local, as intervenções objetivam promover a gestão dos vários espaços, a sua limpeza e manutenção periódicas, a sua segurança e, claramente, a realização de ações recreativas e culturais. Porém, esta última atividade envolve uma valorização, bem como uma implementação, de todas as condicionantes referidas anteriormente, visto que são todas elas, e no seu conjunto, que asseguram o bom funcionamento dos espaços urbanos e públicos (Gomes, 2011, apud. Ribeiro, 2015, p, 33).

3.3. A Política dos R's

A intervenção urbana remete para um conjunto específico de programas e de projetos públicos, os quais incidem, basicamente, sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, tanto antigos como mais recentes, pretendendo uma revitalização a nível funcional, uma reabilitação a nível arquitetónico ou uma reapropriação cultural e social. Ribeiro (2015), e dada a sua complexidade de atuação, a intervenção urbana acaba por englobar vários conceitos, designadamente de revitalização, de requalificação, de renovação, de reabilitação, de reconversão, de recuperação e de regeneração de zonas urbanas, os quais serão abordados de seguida (Araújo, 2009, apud. Ribeiro, 2015, p.22).

De acordo com Aires (2009) citado por Ribeiro (2015), as intervenções urbanas resultam numa melhoria a nível funcional e físico, permitindo, portanto, beneficiar o espaço público a nível económico e social. Contudo, é crucial referir que os conceitos de intervenção variam com base na operação proposta, sendo que as próprias operações podem ser condicionadas por vários fatores, designadamente pelo local, por aspetos sociais da área a intervir, por incidentes sobre a degradação do edificado, pela desqualificação do espaço público ou pelo desajuste dos usos num determinado espaço. (Aires, 2009 apud. Ribeiro, 2015, p.22)

Silva (2012), por sua vez, argumenta que é precisamente através dos programas de intervenção urbana que as cidades podem promover a coerência e a inclusão social, enfatizar a necessidade de se proceder a melhorias na qualidade ambiental, especificamente através da adoção de estratégias eficazes na gestão dos seus

recursos, inculir um sentido de identidade, consciencializar a população em geral para a preservação de todo o potencial da cidade e, inclusive, aumentar a competitividade, mais concretamente a nível comunitário e empresarial.(Silva, 2012, apud. Ribeiro, 2015, p.22)

É crucial referir, no entanto, que todas as intervenções urbanas apresentam objetivos em comum, os quais se resumem, essencialmente, ao desenvolvimento de várias estratégias para se proceder à melhoria dos espaços urbanos, os quais são constituídos por ruas, edifícios e praças, mas, e acima de tudo, por pessoas, motivo pelo qual as estratégias de intervenção devem ser direcionadas para estas. (Ribeiro, 2015, p.22-23)

A “Política dos R’s” consiste numa política de intervenção na realidade do funcionamento e da ocupação das cidades, constituindo-se, portanto, num instrumento

estratégico altamente dirigido às áreas que se encontram em decadência. Logo, esta política aborda várias tipologias distintas de intervenção urbana, dependendo, de facto, das várias funções que se pretende para uma determinada área, as quais são apresentadas na figura seguinte (imagem 38). (Ribeiro, 2015, p. 23)



Imagem 38 - A Política dos R's (Ribeiro, 2015, p. 23)

Segundo Ribeiro (2015) a revitalização urbana baseia-se na implementação de um processo de planeamento estratégico, o qual deve ser devidamente capaz de reconhecer, introduzir e manter valores. Ou seja, é um processo que intervém a médio e a longo prazo, e de um modo relacional, assumindo e desenvolvendo os vínculos entre atividades, territórios e população. Para além do mais, a revitalização urbana obriga a proceder a uma intervenção com o intuito de se melhorar a qualidade do ambiente urbano e das condições socioeconómicas, baseando-se, de facto, numa visão global, apesar de atuar de um modo integrado e de concertar um vasto número

de dimensões a nível do processo de intervenção. Em resumo, pode-se constatar que a revitalização pretende dar uma nova vida e uma nova dinâmica às vivências urbanas, mais precisamente através do desenvolvimento de vários programas de incentivo, tal como é o caso, e a título de exemplo, do comércio tradicional das cidades (Guerra et al., 2005).

Já a requalificação urbana está associada a um instrumento que fomenta a construção e recuperação de infraestruturas e equipamentos, bem como a valorização do espaço público, particularmente através da implementação de medidas de dinamização económica e social, pretendendo a melhoria da qualidade de vida dos habitantes urbanos. Na verdade, o próprio conceito de requalificação objetiva restituir uma determinada qualidade de um espaço em particular, mais concretamente através da melhoria das suas condições físicas, a qual pode englobar a alteração da sua função primitiva com o intuito de solucionar todas as exigências da sociedade e da época. Por consequência, verifica-se que a requalificação valoriza significativamente a qualidade dos espaços urbanos, procurando, em simultâneo, reintroduzir algumas das qualidades urbanas, as acessibilidades e a centralidade de uma determinada área, procedendo a alterações na cultura, na sociedade, na paisagem e na economia.(Guerra, 2005, apud. Ribeiro, 2015, p.24).

A renovação, por sua vez, e tal como é prescrito por Aires (2009), como refere Ribeiro (2015, p.23) atua no âmbito da criação de substituições, quer a nível do edificado, quer a nível das funções. Assim sendo, remete para a demolição do edificado e para a sua substituição por novas construções, não estabelecendo qualquer referência ao passado. Atentando especificamente no conceito de renovação urbana, este está

associado ao conjunto das várias operações urbanísticas, nomeadamente das que objetivam reconstruir as áreas urbanas degradadas ou subocupadas. Na verdade, nestas áreas em particular não se reconhece, de todo, o valor enquanto património arquitetónico ou enquanto conjunto urbano a preservar, visto que possuem condições deficientes em termos de habitabilidade, de estética, de salubridade e/ou de segurança, motivo pelo qual englobam, e frequentemente, a substituição dos edifícios existentes.(Moreira, 2017, apud. Ribeiro, 2015, p.23)

Já a reabilitação urbana consiste num processo de transformação, o qual respeita, de facto, a imagem global das áreas urbanas, alterando as condições de utilização e de habitabilidade com o intuito de as tornar atuais.(Ribeiro, 2015, p.23)Durante o seu processo, acaba por incorporar várias componentes dos tecidos urbanos, especificamente do foro económico, social, físico e funcional, e de um modo bastante integrado. Em geral, a autora remete para uma política que pretende atrair investimentos, gerar emprego e procura, tal como melhorar todos os padrões de qualidade de vida das populações das áreas urbanas. É ainda pertinente esclarecer que os conceitos de renovação e de reabilitação urbana são distintos, especialmente devido ao tipo de obras que pressupõem nas suas operações. De facto, na renovação urbana é permitido o processo pontual da demolição e reconstrução, enquanto na reabilitação urbana se respeita o carácter arquitetónico dos edifícios, o que demonstra, de um modo bastante claro, as divergências existentes entre ambas as atuações (Ribeiro, 2015, p 23).

Ribeiro (2015), por sua vez, a reconversão urbana permite que se proceda à manutenção dos edifícios, devido ao facto de lhes atribuir uma função nova e de

possibilitar uma vivência e usufruto mais ativos destes espaços, assegurando, e em simultâneo, a sua continuidade ao longo do tempo. No entanto, a alteração nas funções dos edifícios também evidencia determinadas preocupações, as quais são inerentes à própria alteração do programa e à adaptação às necessidades atuais. Assim sendo, a reconversão urbana intervém na alteração das funções dos espaços urbanos, reativando espaços que anteriormente possam ter sido desativados, tal como é o caso da reconversão de antigos conventos em, e a título de exemplo, pousadas juvenis. Porém, é fundamental que se desenvolvam estudos e ações, mais precisamente para que se possam atingir todos os objetivos e para que se compreenda toda a história do desenvolvimento urbano local, a sua topografia, a sua cultura e o próprio estilo de vida dos seus habitantes (Araújo, 2009, apud. Ribeiro, 2015, p. 34).

Atentando no conceito de recuperação urbana, e de um modo bastante geral, constata-se que este remete para o edificado e para a sua manutenção, dado que engloba uma intervenção a nível da preservação, da restauração e da melhoria dos monumentos, zonas históricas ou edifícios antigos. Com base em Ribeiro (2015, p.34), esta intervenção está associada ao conjunto das operações essenciais à reconstituição de um determinado edifício, o qual pode estar degradado ou ter sido alterado em obras anteriores, ainda que não se assumam, de todo, operações com características de restauro.

Finalmente, Ribeiro (2015), refere o conceito de regeneração urbana remete para um reinvestimento social, económico, físico e cultural nas áreas urbanas, o qual se encontra diretamente associado à conservação e manutenção dos recursos

urbanos já existentes. Na verdade, esta é uma nova política que objetiva requalificar a cidade existente, desenvolvendo, para tal, várias estratégias de intervenção e planejando um conjunto específico de ações coerentes e programadas, as quais se destinam a potenciar os valores ambientais, socioeconómicos e funcionais de determinadas cidades, com o intuito de se elevar consideravelmente a qualidade de vida das populações que aí residem (Mendes, 2013, apud. Ribeiro, 2015, p.24).

Contudo, estas estratégias de intervenção para a regeneração urbana devem englobar uma vertente sustentável, pois este tipo de intervenção consiste, e cada vez mais, num instrumento-chave para um desenvolvimento sustentável e para a qualificação das cidades. É relevante Mendes (2013), referido por Ribeiro (2015, p.24) alientar que o desenvolvimento sustentável das cidades deve ser devidamente ponderado e pensado, pois é um processo que interage diretamente com o próprio progresso da sociedade, motivo pelo qual se caracteriza enquanto caminho principal para a implementação dos vários objetivos a nível do urbanismo e do ordenamento do território, englobando toda a população que aí reside, bem como os seus interesses, os quais são determinantes na definição dos problemas e das suas soluções. (Mendes, 2013, apud. Ribeiro, 2015, p.24)

Caso Estudo — Espaço envolvente da Igreja de Loures

04

4.1- Enquadramento geográfico

4.2- Descrição do Local

4.3 – O Projeto / Processo de reabilitação do espaço

4. Caso de estudo – Espaço envolvente da Igreja Matriz de Loures

4.1- Enquadramento geográfico

O projeto escolhido para caso de estudo, foi a reabilitação do espaço envolvente da Igreja Matriz de Loures da Arquiteta Bárbara Delgado Martins, como exemplo da aplicação dos conceitos anteriormente referenciados mais propriamente a reabilitação e planeamento urbano. A cidade de Loures que pertence à área metropolitana de Lisboa tem cerca de 26.000 habitantes e com uma área geográfica de 167mil km², o município está subdividido em 3 grandes áreas distintas, são elas,

- Zona mais rural na zona norte,
- Zona mais urbana mais junto a zona de Lisboa cidade localizada a sul,
- Zona posteriormente mais industrializada a oriente e onde Loures tem a sua zona de maior empregabilidade.

As freguesias que dividem o município de Loures, e de acordo com a reorganização administrativa a que foram submetidos em 2013 pelo anterior governam são Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, Freguesias de Moscavide e Portela, Freguesias de Sacavém e Prior Velho, Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Freguesia de Bucelas, Freguesia de Fanhões, Freguesia de Loures e Freguesia de Lousa. A reestruturação feita em 2013 juntou varias freguesias diminuindo de 18 para 10 subdivisões administrativas. (Imagem 39)

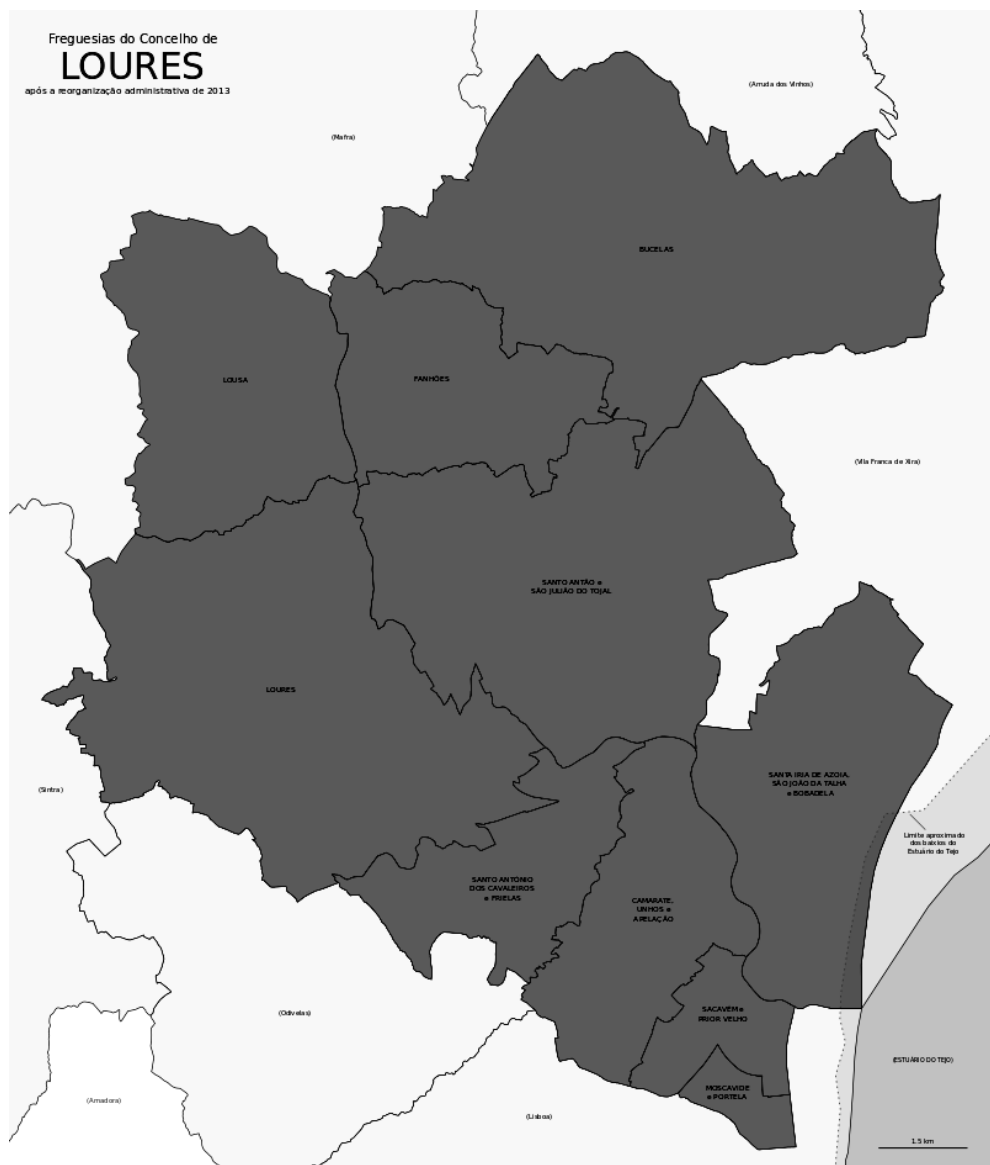


Imagem 39– Divisão de freguesias de Loures

4.2- Descrição do Local

A Igreja matriz de Loures e consequentemente o seu adro onde efetivamente se procedeu à reabilitação em estudo, localiza-se na zona mais a norte da cidade que se designa como uma zona mais rural dentro do município, mais longe do núcleo urbano. (Imagem 40)

É uma área um tanto distante do centro de Loures pelo facto de se inserir na zona circundada por campos de cultivo, e o que torna o espaço envolvente da Igreja com mais visibilidade é o facto de este estar inserido no adro (Imagem 46) da igreja matriz de Loures, e como tal é um local com bastantes características históricas, culturais e de importância religiosa. Atualmente, local de encontro e de lazer dos habitantes, e que anteriormente foi ponto importante de peregrinação.

Aqui situa-se também o centro paroquial com os seus serviços, fazendo deste local com carácter religioso um sítio de grande vivência social, incluindo cerimónias religiosas, assim como o uso da capela mortuária que também existe no local. Todas estas possibilidades de uso apenas são possíveis pelo facto desde ser um espaço amplo que reúne estes serviços em seu redor. O adro da igreja matriz faz-se rodear por várias construções, a sua confrontação a norte é delimitada pela Rua Padre António Vieira, que apenas dá acesso a igreja e aos serviços do centro paroquial, que também se situa a norte, a sul com a casa do adro ou quinta da igreja como anteriormente era conhecida, atualmente nesta casa do adro funcionam alguns serviços da Câmara Municipal de Loures.



Imagem 40– Vista aérea e localização (Google.maps.com)



Imagem 41 – Ilustração Igreja Matriz e Adro (Elaborado pela candidata 2018)

No lado oeste verifica-se a existênciadados campos de cultivoda área mais rural, mas no limite entre ambos existem pequenas edificações como a capela mortuária e outras casas de habitação permanente. A confrontação Este é delimitada pela estrada nacional e o local com mais movimento, devido ao tráfego automóvel que intenso. Ainda assim, e mesmo com esta zona de grande movimento, a igreja e também o adro permanecem quase impercetível à vista de quem passa na via, esta vista ocultada é causada pela diferença existente de cotas bastante considerável que existente entre os dois espaços, onde a via se posiciona a uma cota mais elevada e a igreja a uma cota menor, por sua vez mais resguardada.

Historicamente em 1909 é descoberto um cemitério do período romanono local onde se implanta a igreja que faz com que o adro desta (local do projeto) tivesse sido anteriormente o adro do cemitério. Segundo os registos existentes este cemitério foi encerrado em 1890 quando foi inaugurado um outro cemitério nos arredores.

A Igreja Matriz remota a sua construção ao período da idade media, apenas como uma construção de igreja primitiva, que teria o nome de primitiva matriz de loures, posteriormente ampliada. Em 1755 com o terramoto, a estrutura desta ficou danificada e conseqüentemente necessitou de obras de recuperação passandoa identificar-se com o nome atual de Igreja Matriz de Loures, nome que tem nos dias e hoje(José Joaquim da Silva Mendes Leal – “ Admirável Igreja Matriz de Loures)

Arquitetonicamente a Igreja Matriz evidencia a sua forma rígida e de carácter austero, de formas simples e com poucas “extravagancias” nos seus detalhes. É de salientar a grande dimensão desta face as construções de escala menor que a envolvem. A torre sineira (Imagem 45), é ligeiramente mais recuada, contém friso saliente que se evidencia e que sustenta uma pequena cúpula para cobertura dos sinos. Igreja de linhas Clássicas e delimitada por pilares integrados nos quatro cantos das paredes exteriores (Pilastras) em que na fachada principal são finalizadas com um frontão de forma triangular, onde posteriormente se localiza uma janela. No seu interior a igreja matriz contém 3 naves divididas por arcos devidamente assentes em colunas, identifica-se também uma bela imagem que representa Nossa Senhora da Assunção.

Imagens ,42 – Ilustração do interior da Igreja (elaborado pela candidata 2017)





Imagens, 43,44,45, 46 – Igreja matriz de Loures e Adro (imagens da candidata 2017)

O coro é coberto por pinturas do Séc.: XVII e encontra-se bastante elevado do piso , visto que a cota de cumeeira da igreja é bastante alta para permitir tal elevação. A Igreja foi classificada em 1910 como Monumento Nacional, e integra atualmente zonas especiais de proteção. (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>) O cruzeiro da igreja é constituído por uma plataforma com 3 degraus de forma ortogonal(Imagem 46), o seu fuste evidencia a mesma forma, e o seu remate é feito pela cruz de decorações florais. Curiosamente este cruzeiro foi roubado do seu suporte original em 2003(Imagem 47 e 48), e por consequência o que visionamos atualmente no local é uma réplica do original furtado. (imagem 47 e 48)

Outro ponto importante do local é a casa do adro que delimita o lado sul, como anteriormente descrito e nele funciona o Departamento Sócio Cultural da câmara de loures. Este edifício foi anteriormente o Museu Municipal de Loures, Classificado atualmente como edifício de Interesse Nacional. (DGCP 2018)



Imagem 47 e 48 – Cruzeiro atual, replica do anterior roubado e base do cruzeiro já sem o elemento

4.3 – O Projecto / Processo de reabilitação do espaço

A autora do projeto a Arquitecta Bárbara Delgado Martins, descreve na sua memória descritiva, o que se pretende neste espaço, identificando a dignificação do local como principal aspeto a ter em alcance com o projeto, devolvendo o espaço aos usuários, com características favoráveis às suas necessidades. Anteriormente este local carecia de manutenção, contudo e ainda sendo possível ver as características de degradação, era usado para fins de atividades da paróquia, da igreja e até para diversas atividades de lazer dos habitantes, contudo não reunia condições necessárias para dar resposta aos usos existentes.(Imagem 49)

“O projeto da envolvente da Igreja Matriz de Loures pretende dignificar o espaço, procurando dar melhor resposta às necessidades dos atuais utentes. Recriando e reforçando a sua própria identidade arquitetónica e urbanística, a intervenção atual procura um acréscimo e enriquecimento de "significados" e espaços através da ponderação das diversas necessidades e valores humanos em presença.” (Arqtª Bárbara Delgado -, Memória descritiva e justificativa , espaço envolvente da igreja Matriz de Loures)



Imagem 49 – Adro da Igreja já remodelado (Arqt.^a Barbara Delgado Martins , 2007)

A Obra foi executada em 2003 e em 2004 ganhou uma menção honrosa “Prémio Intermunicipal 2004” promovida pela EXPONOR - Feira Internacional do Porto e Associação de Arquitetos Paisagistas AAP” com o título de Projeto e Obra da Envolvente da Igreja Matriz de Loures, Câmara Municipal de Loures. Arqtª Barbara Delgado, autora e responsável pelo projeto tentou no seu processo de desenvolvimento dar ao local as características espaciais e o espírito deste lugar, tal como a mesma descreve na memória descritiva e justificativa do projeto. (Arqtª Bárbara Delgado -, Memória descritiva e justificativa, espaço envolvente da igreja Matriz de Loures)

Foi ponto importante para a realização do projeto a existência de um acesso à igreja e ao espaço envolvente especialmente e a pensar nas pessoas com mobilidade reduzida, que na altura antecedente à obra se viam limitadas no acesso, pois este apenas se fazia pela entrada principal da igreja, recorrendo a ajuda de terceiros ou com através de uma rampa de madeira sem condições que venciam os degraus existentes na frente. (Imagens 50 e 51)

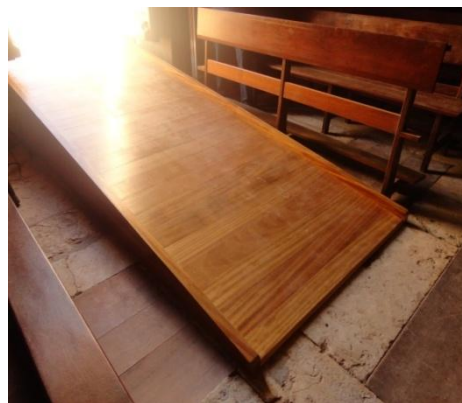


Imagem 50e 51 – Acesso da Igreja anteriormente e já com a solução proposta (Arqt.ª Barbara Delgado Martins , 2007)

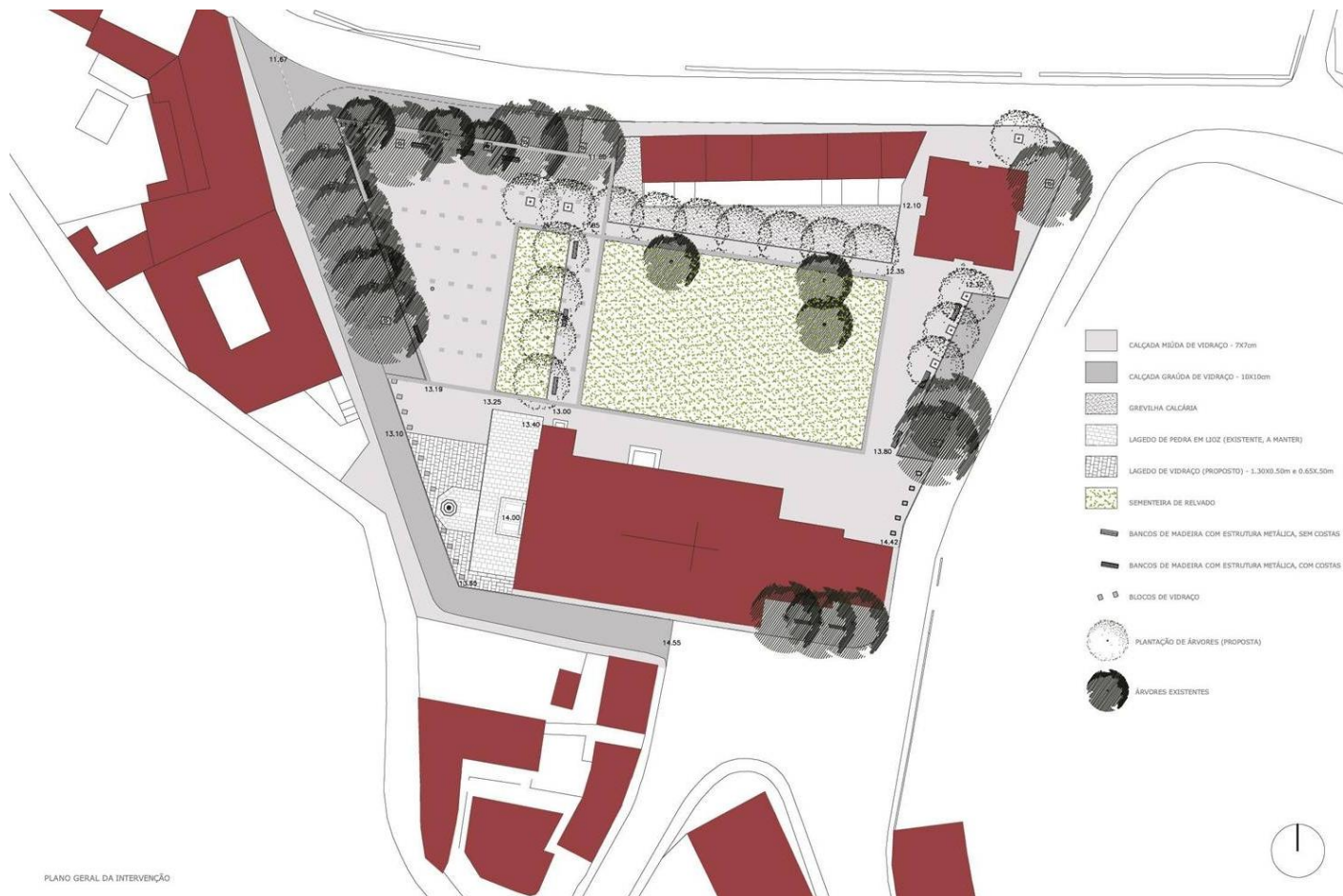


Imagem 52 – Planta do Projeto da envolvente da Igreja Matriz de Loures (Arqt.^a Barbara Delgado Martins)

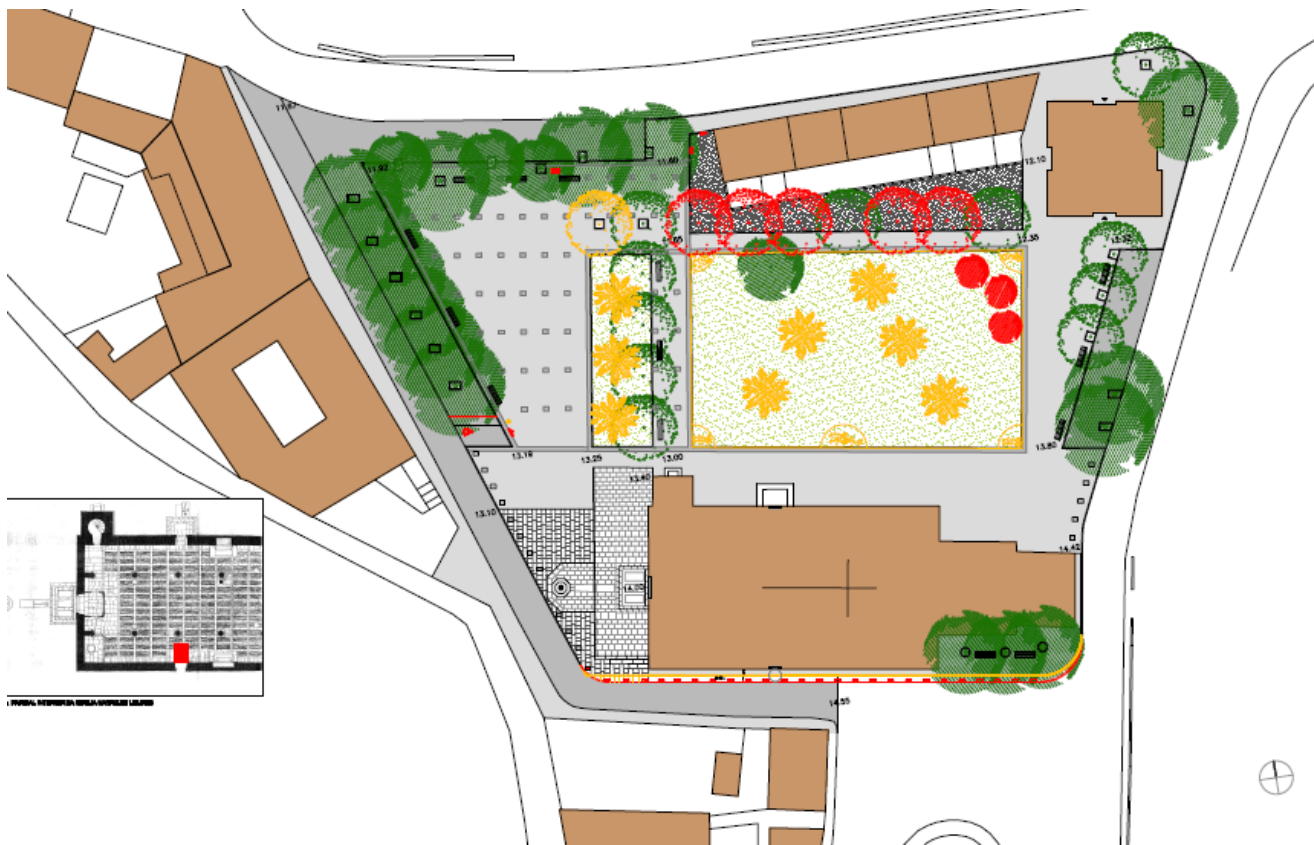


Imagem 53 – Planta do Projeto de alterações – Amarelos e encarnados , onde o amarelo indica o existente a demolir, e o encarnado no novo a construir (Arqt.ª Barbara Delgado Martins)

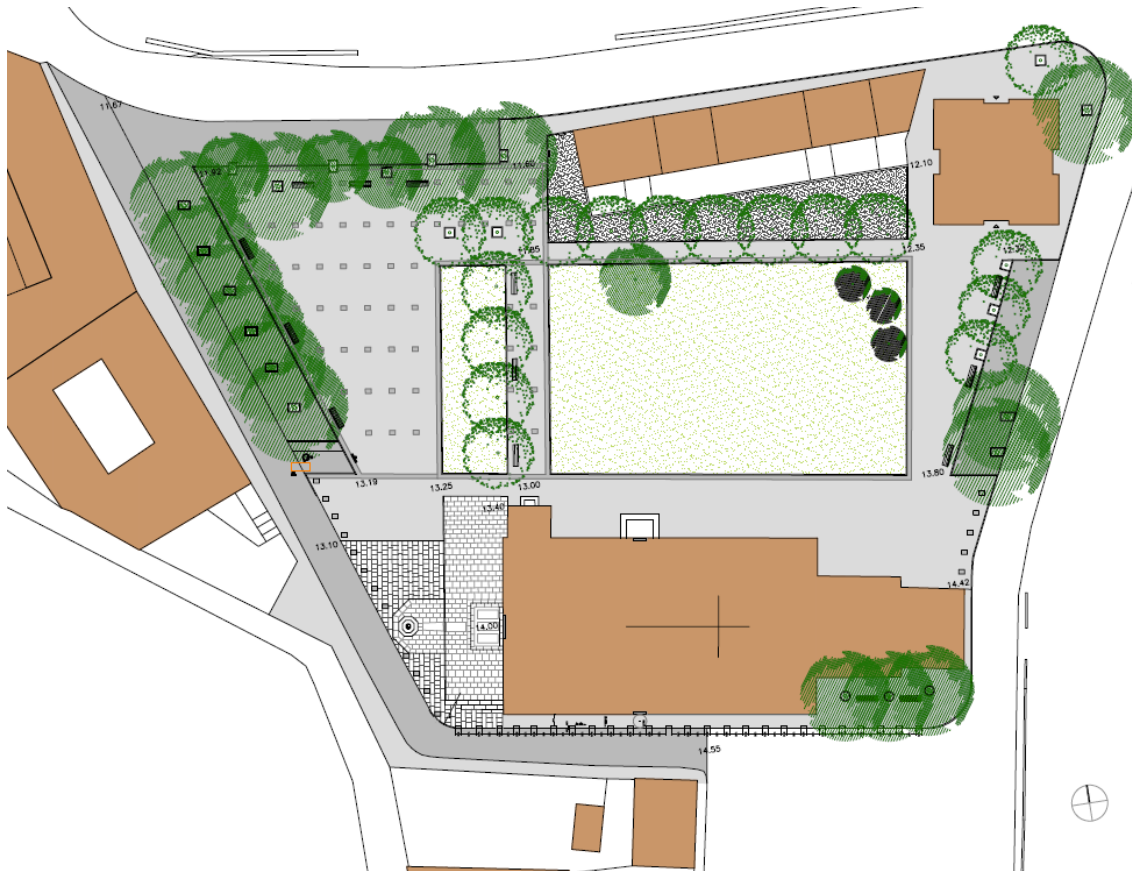


Imagem 54 – Planta do Projeto da envolvente da Igreja Matriz de Loures, resultado final (Arqt.ª Barbara Delgado Martins)

Do ponto de vista de reabilitação do espaço público, será sempre uma conquista e uma necessidade essencial a existência de condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, que permita a realização das mesmas atividades e o uso dos espaços. Contudo, um ponto negativo para a existência de tais condições, é a necessidade destes equipamentos ocuparem um grande volume de área, conseqüentemente tendo de ser executadas em locais amplos, visto que os locais mais pequenos não reúnem as condições necessárias.

Neste caso particular o acesso foi desviado da porta principal para uma porta lateral á igreja onde o acesso e feito com melhores condições para quem tem mobilidade condicionada. Para tal a arquiteta aproveitou o próprio declive existente no terreno exterior para fazer esse acesso, e no interior da igreja projetou uma estrutura que vence os 22cm de desnível existentes entre o exterior e interior(imagem55).



Imagem 55 –Elaboração dos trabalhos da rampa de acesso à igreja (Arqt.^a Barbara Delgado Martins , 2007)

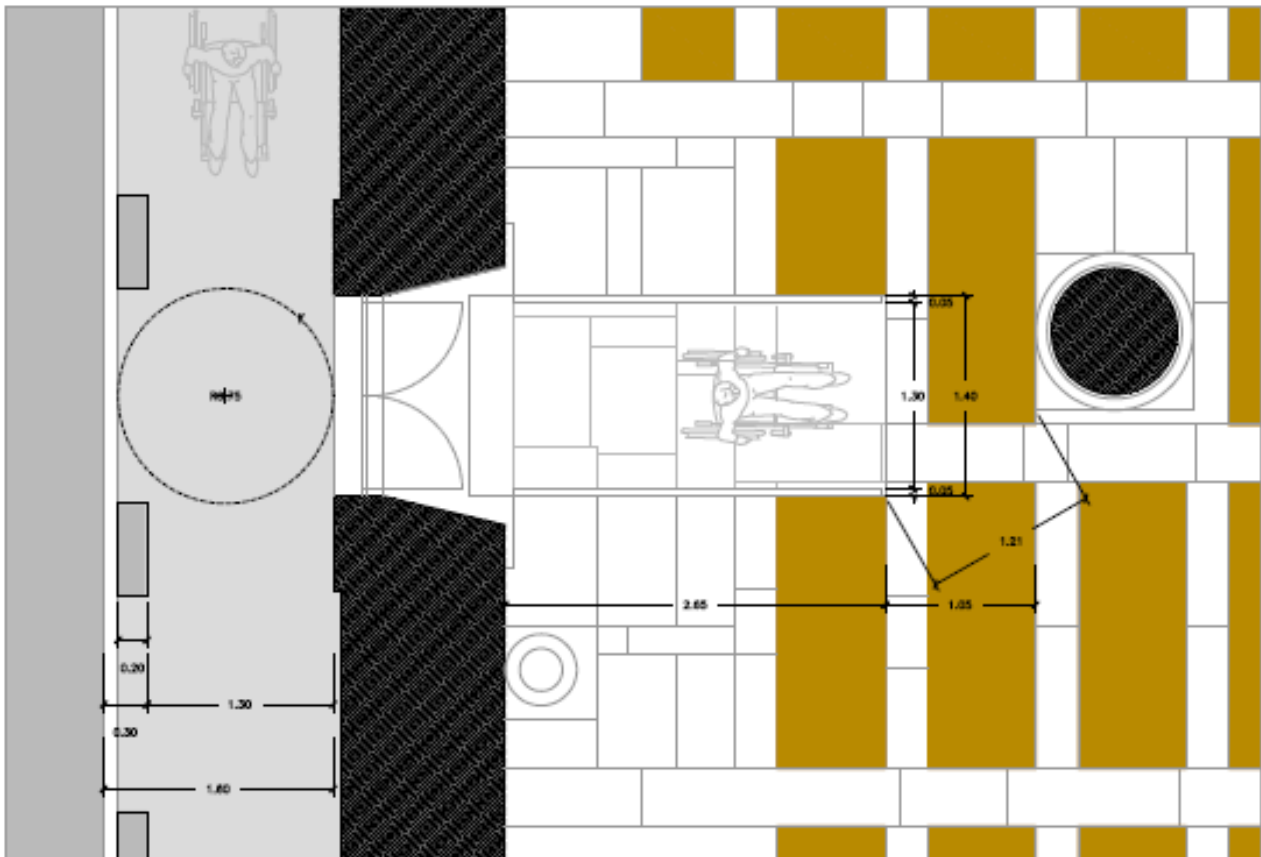


Imagem 56 – Planta do projeto de acessibilidades, acesso à igreja pela lateral (Arqt.ª Barbara Delgado Martins)

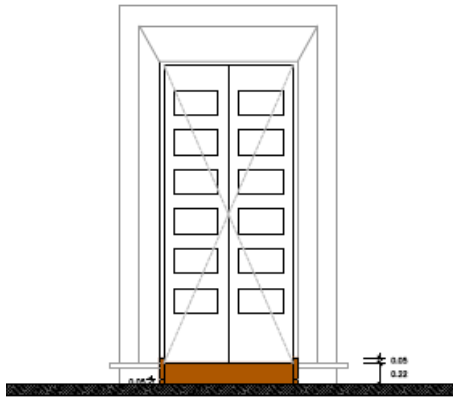


Imagem 57 – Alçado da proposta de acessibilidades (Arqt.^a Barbara Delgado Martins)

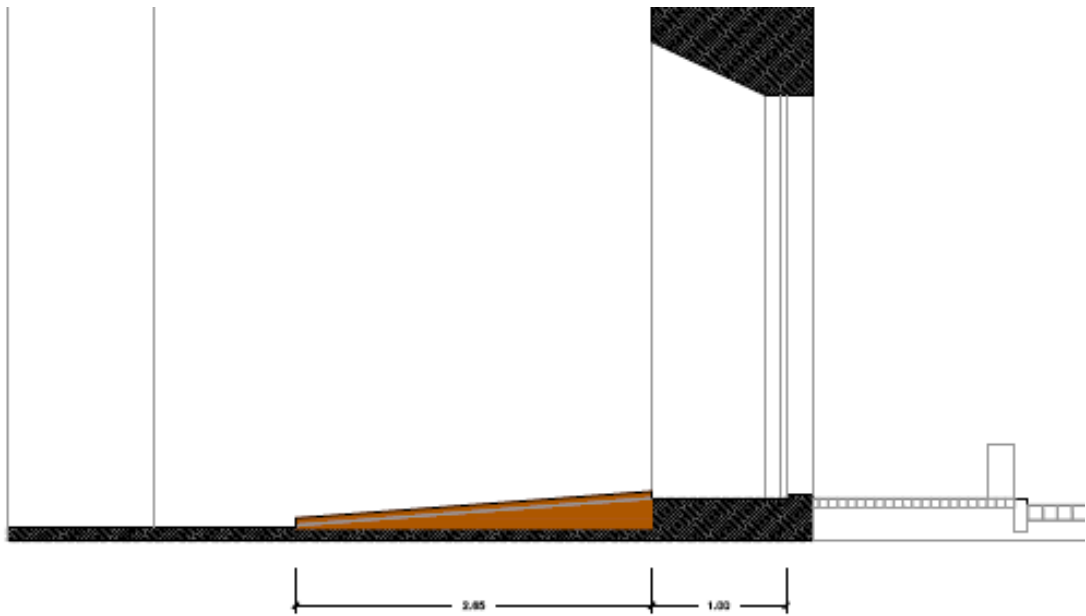


Imagem 58– Corte pela proposta de acessibilidades(Arqt.^a Barbara Delgado Martins)

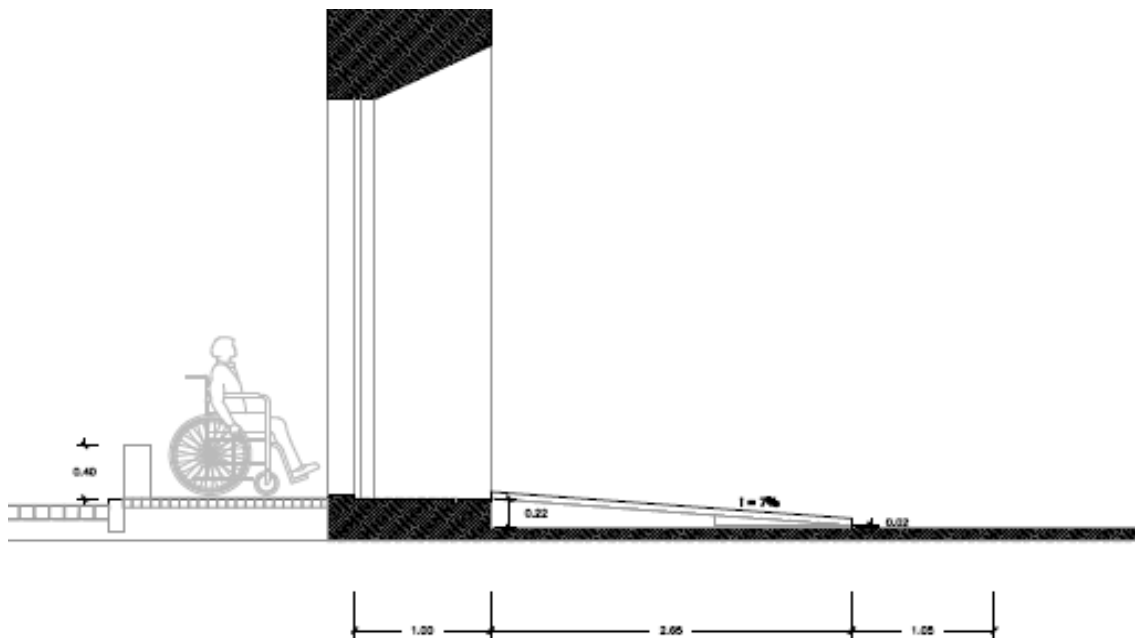


Imagem 59 – Corte 2 pela proposta de acessibilidades (Arqt.^a Barbara Delgado Martins)

No decorrer do processo de conceção do projeto a Arquitecta encontrou várias condicionantes como o peso histórico do local facilmente identificado pela grande volumetria e imponência da igreja matriz face ao seu espaço exterior, assim como a necessidade de controlar o estacionamento automóvel inadequado e proibido, e que por vezes limitava o uso de alguns espaços (Imagem 60). Contudo e segundo a arquitecta Bárbara Delgado Martins ao mesmo tempo já existia um projeto de parqueamento automóvel para o local, elaborado pela secção do Departamento e Obras da Câmara Municipal de Loures que a arquitecta adaptou ao seu projeto. (Imagem 61).



Imagens 60 e 61 – Obras de execução do parqueamento e resultado final (Arqt.^a Barbara Delgado Martins 2016)

No adro da igreja foi feita a articulação do espaço de circulação com o espaço verde de plantação de sementeira e árvores. A junção destes cria diversos espaços de lazer, permanência e de contribuição a vida social integrada na paisagem.(Imagem 62)

A autora faz uma hierarquia dos espaços com diferentes ângulos e utilização de diferente tipo de mobiliário ou de pavimento que será descrito, tentando sempre que a igreja seja o maior ponto de referência visual.A envolvente da Igreja já teria sido em 2001 alvo de obras de melhoramento devido ao fluxo de utilização por parte dos habitantes, mas ainda assim não o suficiente.Este espaço é importante no ponto de vista social, de grande vivência e utilizado por todos onde antes era também um ponto de peregrinação.



Imagens 62– Floreira no relvado do Adro (Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2016)

“Lugar importante do ponto de vista social e cultural”(Arqt.^a Bárbara Delgado -, Memória descritiva e justificativa, espaço envolvente da igreja Matriz de Loures)

Este local é completamente despromovido de toda a pressão que as áreas urbanas e movimentadas da cidade nos trás, a arquiteta descreve-o como um espaço tranquilo e o qual se propôs otimizar.

Para então otimizar a circulação pedonal a projetista faz então uma clara divisão do espaço automóvel, reproduzindo os marcos ou cubos de pedra calcária que já existiam no local da entrada principal da igreja, ao longo da mesma e alargando os passeios. A utilização desde tipo de objeto de divisória permitiu a arquiteta criar mais espaços para os utentes onde pode integrar mais mobiliário urbano necessário como bancos de jardim em madeira e caixotes de lixo, controlando assim o estacionamento abusivo por parte de alguns moradores que ainda assim continuam a querer transpor as barreiras impostas, como pude verificar numa ida ao local (Imagens 63, 64, 65).



Imagens 63 –Vista geral da intervenção (Arqt.ª Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 64 – Vista geral da proposta (Arqt.ª Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 65 – Elemento de limite entre estacionamento e passeio (Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 66 – Bloco em pedra (Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 67 – Mobiliário urbano, caixote do lixo (Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 68 – Mobiliário urbano, Banco (Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007)

Com o decorrer de todo o processo de obra foram encontrados vestígios arqueológicos pré-históricos como artefactos líticos. Os arqueólogos designados fizeram a análise e extração dos elementos encontrados junto a igreja, ainda que lentamente o processo foi concluído, nos dias de hoje ainda se podem observar as marcas da escavação no local (Imagem 69 e 70).

No espaço verde é de importante relevo o facto de existir bastante área de sombra devido às árvores de médio e grande porte que existe no local, mas numa crítica pelo olhar de alguém que visitou o lugar atualmente, negativamente apenas tenho a apontar o facto de nos dias de hoje o espaço não estar tão bem tratado como no início, e com carência de manutenção no que diz respeito á área verde de relva por cortar e as floreiras iniciais terem desaparecido e que tal agradavelmente davam cor ao local como pude observar em fotos disponibilizadas pela a autora. Atualmente desapareceu também a vedação de alumínio verde que existia no início que protegia o espaço verde das necessidades fisiológicas dos animais. Positivamente o tratamento distinto dos pavimentos que separa zonas, a sombra e o número considerável de assentos faz deste espaço, um local bastante agradável (Imagem 71 e 72).



Imagens 69 e 70 – Local do achado arqueológico (Arqt.ª Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 71 e 72 – Zona de árvores projetada com vedação do relvado e sinal de proibição de acesso aos animais ao relvado (Arqt.ª Barbara Delgado Martins, 2007)

4.4 – Do projeto final ao processo de obra

Depois da parte elaborada pela arquiteta Bárbara Delgado, na análise e planeamento da reabilitação o processo de obra teve várias fases com escolhas de materiais e equipamentos descritos no caderno de encargos da obra, segundo documento disponibilizado pela Arqt.^a as fases foram as seguintes; (Ver anexo 1 com caderno de encargos onde é feita a descrição de todas as fases seguintes)

1- IMPLANTAÇÃO, LIMPEZAS E DEMOLIÇÕES

ARTº. 1.A – Implantação e verificação dos trabalhos a executar

ARTº. 1.1 – Montagem e desmontagem de estaleiro incluindo vedação com rede

2 - DEMOLIÇÕES, E ABATE DE ÁRVORES

ARTº. 2.1 – Fendição do pavimento betuminoso

ARTº. 2.2 – Demolição de lancil em mau estado

ARTº. 2.3 - Abate de árvores

3 - DESMONTES PARA APROVEITAMENTO

ARTº. 3.1 - Levantamento dos pavimentos existentes, a recuperar

ARTº. 3.2 - Levantamento de lancis existentes

4 - BETÕES E PAVIMENTOS

ARTº. 4.1 - Elementos de betão simples

ARTº. 4.2 - Tout-venant

ARTº. 4.3 - Massame de betão magro

ARTº. 4.4 - Pavimentos de calçada miúda de vidraço

ARTº. 4.5 - Pavimentos de calçada graúda de vidraço

ARTº. 4.6 - Pavimento de lajes de vidraço

ARTº. 4.7 - Aplicação de gravilha granítica

ARTº. 4.8 - Lancil de vidraço com cerca de 0.10x0.25 m

5 - EQUIPAMENTO

ARTº. 5.1 – Drenagem

6 - EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO

ARTº. 6.1– Blocos de vidraço com 0.50x.050x0.65 m

ARTº. 6.2 – Bancos sem costas

ARTº. 6.3 – Bancos com costas

ARTº. 6.4 - Papeleira

ARTº. 6.5 – Rampa em madeira

ARTº. 6.6 – Luminárias – Iluminação público

10 - PLANTAÇÕES E SEMENTEIRAS

ARTº. 10.1 - Plantação de árvores

ARTº. 10.2 - Sementeira de relvado



Imagens 72 e 73 – Pavimento e redor das árvores (Arqt.ª Barbara Delgado Martins, 2007)



Imagens 74 e 75 – execução dos trabalhos obra (Arqt.ª Barbara Delgado Martins, 2007)

Conclusão

05

O presente estudo teve como objetivo principal investigar situações problemáticas de intervenção urbana como por exemplo o caso de más acessibilidades ou até mesmo espaços pequenos que não comportam o numero de utilizadores que o usam, e por isso daqui resultam na sua maioria de obras de remodelação, reconstrução ou até mesmo de construção. Nesse sentido é necessário aprofundar e compreender os efeitos causados no espaço público pela intervenção, como forma de criar estratégias de reabilitação urbana e de regeneração dos espaços mais degradados.

Numa primeira abordagem, pretendeu-se fazer uma contextualização da temática da reabilitação urbana, nomeadamente a nível nacional, abordando conceitos de reabilitação urbana, território, paisagem e ambiente, espaço público, como é o caso da Rua, Praça, Quarteirão, Edifício Público e as relações estabelecidas entre si. Em sùmula, após o estudo que se apresenta, podemos referir que a reabilitação urbana deverá atuar a diferentes níveis, englobando aspetos ambientais, sociais e culturais, intervindo na restauração do património urbano, pois será através desta intervenção que se obterá maiores resultados no melhoramento dos tecidos urbanos e na qualidade de vida das populações.

É crucial referir a importância da revitalização urbana, assente na pretensão de dar uma nova vida e dinâmica às vivências urbanas, como é o uso do espaço público nas diversas atividades, esplanadas e lojas de comércio tradicionais. Já a requalificação urbana, está associada à construção e recuperação de infraestruturas e equipamentos, bem como a valorização do espaço público, através da dinamização

económica e social, pretendendo-se devolver a vida social e económica a bairros anteriormente degradados, ou em vias de degradação.

Posteriormente, foi dado a conhecer o projeto de reabilitação do espaço público, da autoria da Arquiteta Bárbara Delgado Martins, conhecido por envolvente da Igreja Matriz de Loures, procurando, numa primeira análise, enquadrá-lo no espaço em que se insere, definindo os seus pontos fortes, fracos e as suas qualidades.

Deste modo, o presente estudo constitui apenas uma parte da investigação de reabilitação urbana, pelo que se considera interessante a possibilidade de se desenvolver novos projetos em zonas de maior desertificação e degradação, permitindo devolver a vida às cidades.

Referências Bibliográficas

06

- Afonso, J. M. C. (2014). **Projeto de qualificação do espaço público em periferias de pequeno aglomerado urbano**(Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Aires, B. (2009). **Estratégias de reabilitação urbana. Caso de estudo: Bairro dos Ferreiros**(Dissertação de Mestrado). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Almeida, A. L. B. S. S. S. L. (2006). **O valor das árvores - Árvores e floresta urbana de Lisboa**(Dissertação de Doutoramento). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Alves, F. B. (2003). **Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica**.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Antunes, P. (2009). **Gestão sustentável de espaços públicos - Guia metodológico**(Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Araújo, P. (2009). **Gestão de projetos de intervenção urbana** (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Ascher, F. (1995). **Métapolis ou l'avenirdesvilles**. Paris: EditionsOdile Jacob.
- Ávila, S. (2011). **A cidade como personagem no cinema**(Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Azevedo, A. F. G. (2014). **Impacto dos instrumentos de fiscalidade municipal em contexto de reabilitação urbana**(Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Coimbra.
- Brandão, P. (Coord.) (2002). **O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público**. Lisboa: Centro Português do Design.

- Brandão, P. (2008). ***A identidade dos lugares e a sua representação coletiva. Bases de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público.*** Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Brito, C. F. S. D. (2013). ***Coimbra: as dinâmicas rurais e urbana na construção da paisagem. Uma proposta pedagógica***(Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Costa, J. P. (2002). ***Bairro de Alvalade, um paradigma no urbanismo português.*** Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, J. P. (2013). ***O quarteirão: Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea.*** In C. D. Coelho (Coord.), *Os elementos urbanos 1* (pp. 122-143). Lisboa: Argumentum.
- Costa, S. S. (2015). ***Acessibilidade e mobilidade no espaço público dos centros históricos: Proposta de um percurso histórico-cultural acessível no Núcleo Histórico Vila Adentro de Faro*** (Relatório de Estágio). Universidade do Algarve, Algarve.
- Cullen, G. (1983). ***Paisagem urbana.*** São Paulo: Martins Fontes.
- Dias, G. (2002). ***Avaliação do carácter da paisagem como contributo para o ordenamento e gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês.***Porto: Universidade do Porto.
- Favacchio, A. R. (2002). ***O planeamento do espaço público e a qualidade das cidades***(Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Fernandes, I. N. C. C. (2012). ***Requalificação do espaço público urbano: Caso de estudo - Bairro Olival de Fora*** (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Goitia, F. C. (1982). ***Breve história do urbanismo.*** Lisboa: Editorial Presença.
- Guerra, I., Seixas, J., Freitas, M. J., Moura, D., Afonso, J., Almeida, M., & Caleia, N. (2005). ***Políticas públicas de revitalização urbana: Reflexão para a formulação estratégica e operacional das atuações a concretizar no QREN.*** Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.

- Lynch, K. (2009). ***A imagem da cidade***. Lisboa: Edições 70.
- Proença, S. B. (2013). **A rua: Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa**. In C. D. Coelho (Coord.), *Os elementos urbanos 1* (pp. 100-121). Lisboa: Argumentum.
- Ribeiro, A. F. S. (2015). ***Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga***(Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Rodrigues, M. R. B. (2009). ***A forma urbana em Portugal Continental: Aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades***(Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Salgueiro, T. (1999). ***A cidade em Portugal: uma geografia urbana***.(3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Seixas, R. A. C. (2015). ***Qualidade do espaço público: Metodologias de avaliação***(Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Silva, D. (2012). ***Reabilitação urbana: Projeto de viabilidade para reabilitação da Rua das Musas nºs 13 a 53***(Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Silva, J. M. (2013). **A praça: A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais no século XX**. In C. D. Coelho (Coord.), *Os elementos urbanos 1* (pp. 82-99). Lisboa: Argumentum.
- Tavares, A. (2008). ***Reabilitação urbana: O caso dos pequenos centros históricos***(Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Índice de imagens

07

Imagem 1: Vista aérea de uma cidade Islâmica -Marraquexe, Marrocos

in: <https://www.alamy.pt/foto-imagem-vista-aerea-de-casas-e-ruas-do-centro-de-marraquexe-marrakech-marrocos-africa-do-norte-como-visto-a-partir-de-um-balao-21113548.htm>

Imagem 2: Vista aérea de uma cidade Ocidental – Paris, França

in: <http://www.metropolismag.com/cities/to-reshape-the-world-architects-need-to-design-at-every-scale/>

Imagem 3: - Foto aérea de uma paisagem heterogénea – Lisboa, Portugal

in: <https://retratosdeportugal.blogspot.pt/2011/10/lisboa-vista-aerea-do-rossio-e-avenida.html>

Imagem 4: Esquema da visão serial , adaptado por Adam (2007) de Cullen,

Fonte: Cullen, G, Paisagem Urbana, 1983, pp.64

Imagem 5: Animismo

Fonte: Cullen, G, Paisagem urbana, 1983, pp. 47

Imagem 6: O Ponto foca

Fonte: Cullen, G, Paisagem urbana, 1983, pp. 107

Imagem 7: A Perspectivagrandios

Fonte: Cullen, G, Paisagem urbana, 1983, pp. 43

Imagem 8: Recintos

Fonte: Cullen, G, Paisagem urbana, 1983, pp. 27

Imagem 9: Análise de planeamento de espaços públicos de Los Angeles

Fonte: Lynch, K. (2009). A imagem da cidade, pp. 43

Imagem 10:

in:<http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-forum>

Imagem 11:Ágora grega

in:<http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-forum>
(Acedido em Abril 2018)

Imagem 12:Ilustração de praça medieval

in:<https://historiadigital.org/curiosidades/10-curiosidades-sobre-as-cidades-medievais/>
(Acedido em Abril 2018)

Imagem13:Ilustração de cidade renascentista ,Palmanova - Itália

in: <https://it.wikipedia.org/wiki/File:Palmanova1600.jpg>

(Acedido em Maio 2018)

Imagem 14: Exemplo de praça com Igreja como objeto principal

Fonte: Cullen, G, Paisagem urbana, 1983, pp. 49

Imagem 15: Plano de Cerdá para Barcelona, onde se evidencia os eixos monumentais delimitadores do traçado

Imagem 16: Parque urbano

Fonte: Brandão, P. (Coord.) (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público, pp. 133

Imagem 17: Jardim Publico

Fonte: Brandão, P. (Coord.) (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público, pp. 114

Imagem 18: Jardim Publico

Fonte: Brandão, P. (Coord.) (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público, pp. 114

Imagem 19: Aglomerado

Fonte: Rodrigues, M. R. B. (2009). A forma urbana em Portugal Continental: Aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades (Dissertação de Mestrado), pp. 17

Imagem 20: Representação de cidade para onde converge todos os serviços

Fonte: Cullen, G. (1983). Paisagem urbana, pp. 114

Imagem 21: Carros

Fonte: Brandão, P. (Coord.) (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público, pp. 186

Imagem 22: Rua modificada para os carros

Fonte: Brandão, P. (Coord.) (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público, pp. 25

Imagem 23: Malha Radiocentrica

Fonte: Rodrigues, M. R. B. (2009). A forma urbana em Portugal Continental: Aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades (Dissertação de Mestrado), pp. 23

Imagem 24: Malha Ortogonal

Fonte: Rodrigues, M. R. B. (2009). A forma urbana em Portugal Continental: Aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades (Dissertação de Mestrado), pp. 23

Imagem 25: Malha Irregular

Fonte: Rodrigues, M. R. B. (2009). A forma urbana em Portugal Continental: Aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades (Dissertação de Mestrado), pp. 22

Imagem 26: Alteração Malha Urbana

Fonte: Silva, S. B. (2013). A rua: Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa. In C. D. Coelho (Coord.), pp. 86

Imagem 27: Praça Martim Moniz

<https://www.google.com/url?sa=i&source=images>
(Acedido em Abril 2018)

Imagem 28: Evolução Rossio de Alcobça

Fonte: Silva, S. B. (2013). A rua: Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa. In C. D. Coelho (Coord.), pp. 91

Imagem 29: Rua em Lisboa em épocas festivas, exemplo de quando a rua é multifuncional.

Fonte: Proença, S. B. (2013). A rua: Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa. In C. D. Coelho (Coord.), pp. 94/95

Imagem 30: Exemplo de Rua

Fonte: Proença, S. B. (2013). A rua: Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa. In C. D. Coelho (Coord.), pp. 91

Imagem 31: Tipos morfo-toponímicos de rua

Fonte: Proença, S. B. (2013). A rua: Os tipos morfo-toponímicos de Lisboa. In C. D. Coelho (Coord.), pp. 119

Imagem 32: Fases de evolução de um quarteirão

Fonte: Costa, J. P. (2002). Bairro de Alvalade, um paradigma no urbanismo português, pp.119

Imagem 33: Quarteirão Regular

Fonte: Costa, J. P. (2013). O quarteirão: Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea. In C. D. Coelho (Coord.), Os elementos urbanos 1 (pp. 122-143), pp. 137

Imagem 34: Quarteirão Moderno

Fonte: Costa, J. P. (2013). O quarteirão: Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea. In C. D. Coelho (Coord.), Os elementos urbanos 1 (pp. 122-143), pp. 138

Imagem 35: Quarteirão Eclético

Fonte: Costa, J. P. (2013). O quarteirão: Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea. In C. D. Coelho (Coord.), Os elementos urbanos 1 (pp. 122-143), pp. 141

Imagem 36: Ex.de acessibilidades adequadas e necessárias juntamente á via. Fonte: Brandão, P. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação coletiva. Base de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público, pp.147

Imagem 37: Exemplo de más acessibilidades, uma escada condiciona o acesso
Fonte: Brandão, P. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação coletiva. Base de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público, pp.149

Imagem 38: A Política dos R's
Fonte: Ribeiro, A. F. S. (2015). Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga (Dissertação de Mestrado), pp. 23

Imagem 39: Divisão de freguesias de Loures
in: https://pt.wikipedia.org/wiki/Loures#/media/File:Loures_freguesias_2013.sv
(Acedido em Maio 2018)

Imagem 40: Localização
www.google.maps.pt
(Acedido em Maio 2018)

Imagem 41: Igreja e Adro
Ilustração elaborada pela candidata, 2017

Imagem 42: Interior da Igreja
Ilustração elaborada pela candidata, 2017

Imagem 43,44,45,46: IgrejaMatriz de Loures
Fotografias tiradas pela candidata, 2017

Imagem 47: Cruzeiro
Fotografias tiradas pela candidata, 2017

Imagem 49: Adro da Igreja
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 50: Acessos
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 51: Rampa
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 52: Planta do edificado envolvente ao projecto

Desenho,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 53: Planta de amarelos e vermelhos

Desenho,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 54: Planta resultado final

Desenho,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 55: Obra

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 56: Planta projecto de acessibilidades

Desenho,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 57: Alçado

Desenho, Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 58: Corte pela proposta

Desenho, Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 59: Corte pela proposta

Desenho, Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 60: Obra de estacionamento em execução

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 61: Estacionamento concluído

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 62: Floreira

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 63: Adro

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 64: Vista geral do relvado

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 65: Divisão de acessos

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 66: Bloco em Pedra

Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 67: Mobiliário Urbano – Caixote do lixo
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 68: Mobiliário Urbano – Banco
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 69: Limite do achado arqueológico
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 70: Vala do achado arqueológico
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 71: Árvores do projecto
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Imagem 72: Sinal de proibição de animais
Fotografias,Arqt.^a Barbara Delgado Martins, 2007

Índice de Tabelas

Tabela 1: Características da degradação urbana

Fonte: Seixas R.A.C.. (2015). Qualidade do espaço público: Metodologias de Avaliação (Dissertação de Mestrado), pp.8

Tabela 2: Critérios de qualidade do espaço Público

Fonte: Gehl G. (2006). In Archdaily.com
(Acedido em Abril 2018)

Tabela 3: Tipologias de espaços públicos

Fonte: Brandão P. (2008). Fernandes, I. N. C. C. (2012). Requalificação do espaço público urbano: Caso de estudo - Bairro Olival de Fora (Dissertação de Mestrado), pp. 14

Tabela 4: Fases de desenvolvimento urbano

Fonte: Marques da Costa in Rodrigues, M. R. B. (2009). A forma urbana em Portugal Continental: Aplicação de índices quantitativos na caracterização morfológica das cidades (Dissertação de Mestrado), pp. 19

Tabela 5: Objectivos da reabilitação urbana

Fonte: Ribeiro, A. F. S. (2015). Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga (Dissertação de Mestrado), pp. 29

Tabela 6: Compromissos humanos da reabilitação urbana

Fonte: Ribeiro, A. F. S. (2015). Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga (Dissertação de Mestrado), pp. 30

Tabela 7: Características da degradação de zonas urbanas

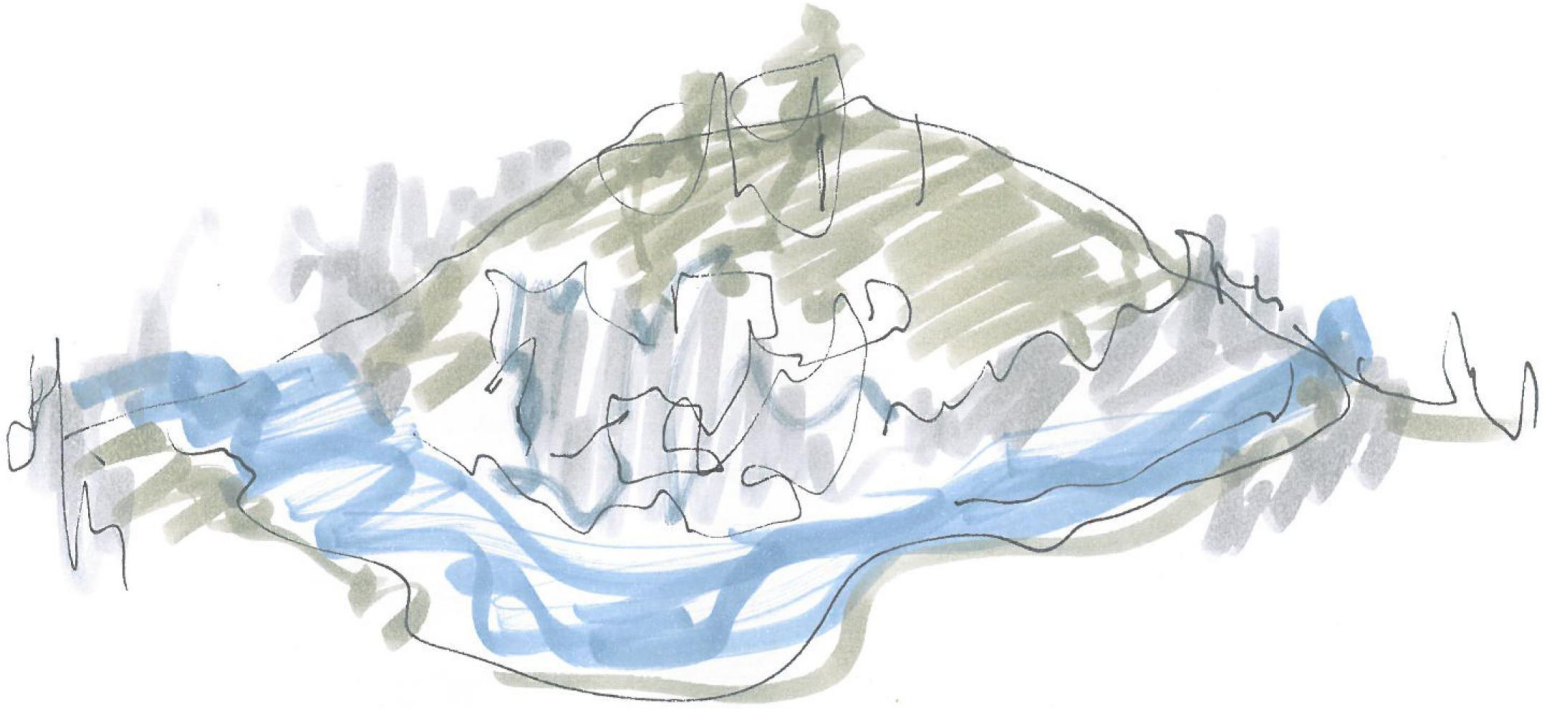
Fonte: Ribeiro, A. F. S. (2015). Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga (Dissertação de Mestrado), pp. 33

Vertente Prática



VERTENTE PRÁTICA

1 – Introdução	157
2 – Localização e caracterização do espaço	161
2.1 Evolução da malha urbana	161
2.2 Plantas	169
3 – Proposta de Grupo	175
3.1 Revitalização do centro histórico	177
3.2 O rio	178
3.3 As Quatro zonas	182
4 – Proposta individual	185
4.1 – Centro Interpretativo da Muralha de Alenquer	
4.2 – Proposta – Peças desenhadas	



*“NOVAS PERSPECTIVAS PARA **ALENQUER**”*

Grupo de trabalho

Carlos Jesus | Laura Teixeira | **Marta Marques** | Hugo Brito

Trabalho individual:

Centro Interpretativo da Muralha de Alenquer

Tutor:

Professor Doutor Arquiteto Pedro Mendes , Professor Auxiliar do ISCTE-IUL





Introdução

01

Tendo na primeira parte do presente trabalho, apresentado a vertente teórica desenvolvida na disciplina de Projeto Final de Arquitetura, o conteúdo desta segunda parte do caderno é referente ao trabalho prático desenvolvido no ano lectivo 2016/2017.

Para este trabalho prático, foi escolhido pelo corpo docente o concelho de Alenquer como objecto de estudo e desenvolvimento de trabalhos de arquitetura, tendo como tema: Novas Perspectivas Para Alenquer.

¹³Segundo análise efetuada pelo grupo, informação essa compilada no caderno de Turma (ARE 2 2016/2017).



Neste sentido, foram entendidos como objetivos desta vertente prática, a análise aprofundada do território, a identificação dos pontos com maior necessidade de intervenção, e o desenvolvimento de estratégias a trabalhar ,na perspetiva de resolução dos problemas identificados, pelo grupo de trabalho, através de novas visões para local privilegiando a qualidade devida dos habitantes, espaço público e possível reabilitação de edificado que ajude a dinamizar e revitalizar o território.

Deste modo, foi necessário iniciar um processo de investigação e análise do território, tendo essa análise sido desenvolvida num primeiro momento pela turma e num segundo momento em grupos, de alunos, já com a intenção de planear estratégias de resolução dos problemas identificados.

Após todo o processo de trabalho e visitas ao terreno, o presente grupo desenvolveu uma estratégia de intervenção para o melhoramento do território que incidiu em 4 áreas e posteriormente desenvolvidas e individualmente por cada elemento nos pontos específicos, no que diz respeito à sua vertente prática ou o seu projeto final de arquitetura.

Como já referido, a análise do território foi elaborada na turma do mesmo ano letivo, e que incidiu sobre os seguintes tópicos de estudo: Evolução histórica, Evolução demográfica e económica, biofísica e mobilidade. Todas estas informações foram posteriormente compiladas num documento único, a que se chamou “Caderno de Turma”, sendo este, utilizado posteriormente como ferramenta de trabalho durante o ano letivo 2016/2017.

Localização e Caracterização do Território

02

14

O Concelho de Alenquer localiza-se na estremadura que ainda faz parte do território a norte pertencente ao distrito de Lisboa, e da região centro e sub-região oeste do território de Portugal continental. A sua área administrativa tem 304,22 km e faz confrontações a norte com o concelho do Cadaval e a sul por Vila Franca de Xira, a nascente situa-se o rio Tejo.¹⁵

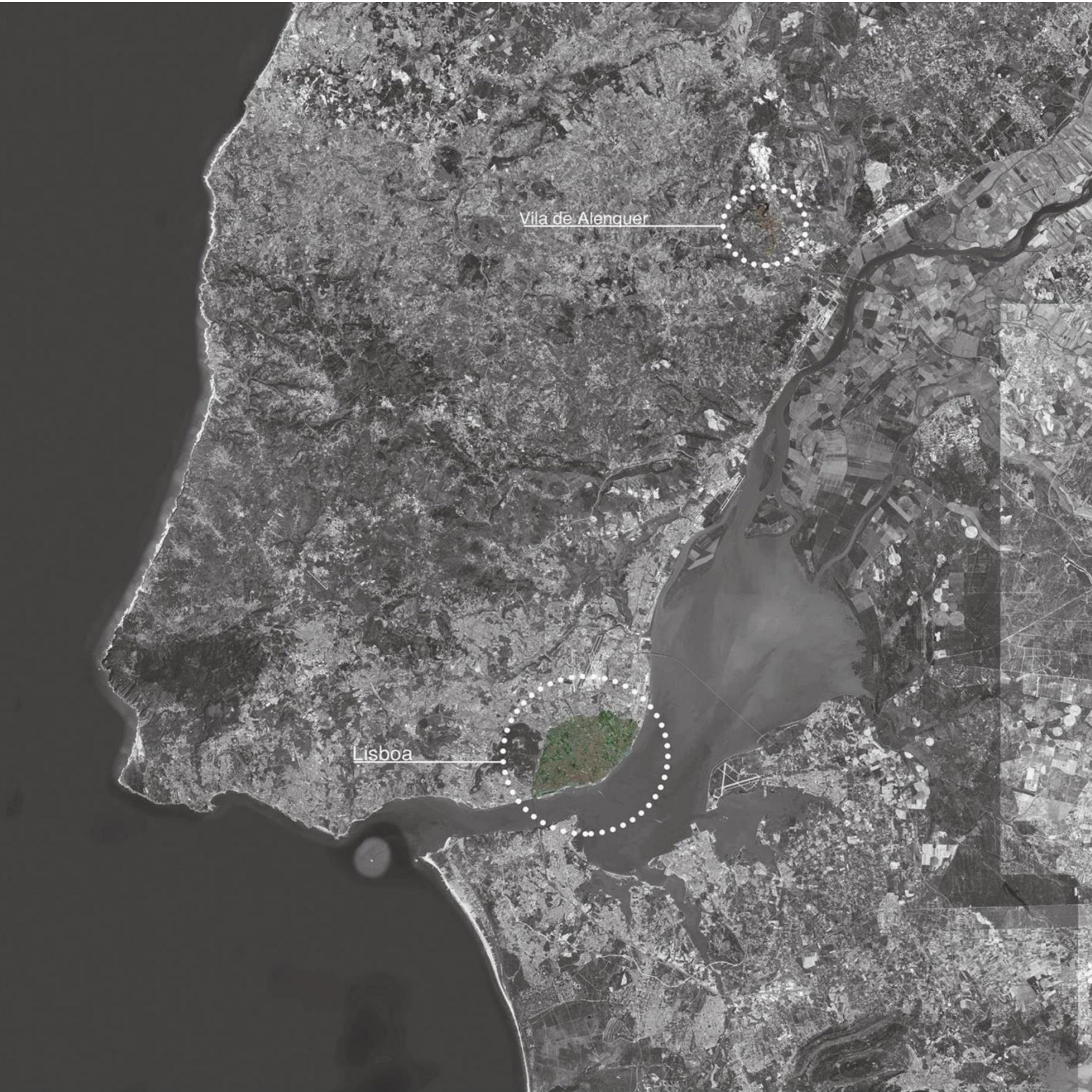
Ao longo dos tempos a região em torno de Lisboa sofreu um processo de parcelamento contínuo. Inicialmente surgiu a “Grande Lisboa” e mais tarde, em 1991 a designada AML (Área metropolitana de Lisboa) com um centro principal, rodeado das suas cidades “satélite”.

Apesar de Alenquer não estar inserido dentro dos limites da AML, está nos anéis de grande influência desta região, sobretudo devido à sua localização, junto a eixos principais, como o caso do corredor A1/Linhado Norte, à proximidade de zonas industriais e à notória concentração de serviços, o que consequentemente conduziu a uma maior concentração populacional nesta localidade.

Alenquer apresenta um aumento do crescimento demográfico, contudo é fundamental ressaltar o facto de quase 90% do crescimento demográfico

¹⁴Localização e Caracterização do Território, segundo análise efetuada pelo grupo. Informação essa compilada no caderno de turma (ARE 2 2016/2017).

¹⁵Segundo informações publicadas online pela Câmara Municipal de Alenquer [Acedido a 1 de Outubro de 2017]. in: <http://www.cm-alenquer.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=320ebbee-fa9d-42c0-b2b1-c5a413e718d2>



Vila de Alenquer

Lisboa

observado na região se dever à afluência de população proveniente de outras regiões e países, o que demonstra a sua capacidade de atração. Ou seja, a diminuição da capacidade endógena de substituição geracional confere aos dos fluxos migratórios um papel determinante no desenvolvimento deste território.

Atualmente, o concelho de Alenquer está dividido por 16 freguesias sendo elas: Abrigada, Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Cabanas de Torres, Cadafais, Carnota, Carregado, Meca, Ota, Olhalvo, Pereiro de Palhacana, Santo Estevão, Triana, Ventosa e Vila Verde dos Francos.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão disperso, apoiado em núcleos de pequena dimensão, sendo ainda visível a matriz rural de uma significativa porção do seu território.

De um modo geral a sua estrutura orográfica divide-se em 3 zonas distintas: Zona serrana , com altitude máxima de 666m e mínima de 129m ; Zona Sub-Serrana , 280 e 22 respetivamente ; e Zona de Planície que compreende as altitudes de 50 a 4m de altitude a que corresponde a área baixa de Alenquer cerca de 10% da totalidade do seu território.

Economicamente o sector esta em processo de expansão no que diz respeito a área da construção. Contudo o sector da vinicultura é economicamente muito forte.¹⁶

¹⁶Segundo informações publicadas online pela Camara Municipal de Alenquer [Acedido a 1 de Outubro de 2017]. in: <http://www.cm-alenquer.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=320ebbee-fa9d-42c0-b2b1-c5a413e718d2>

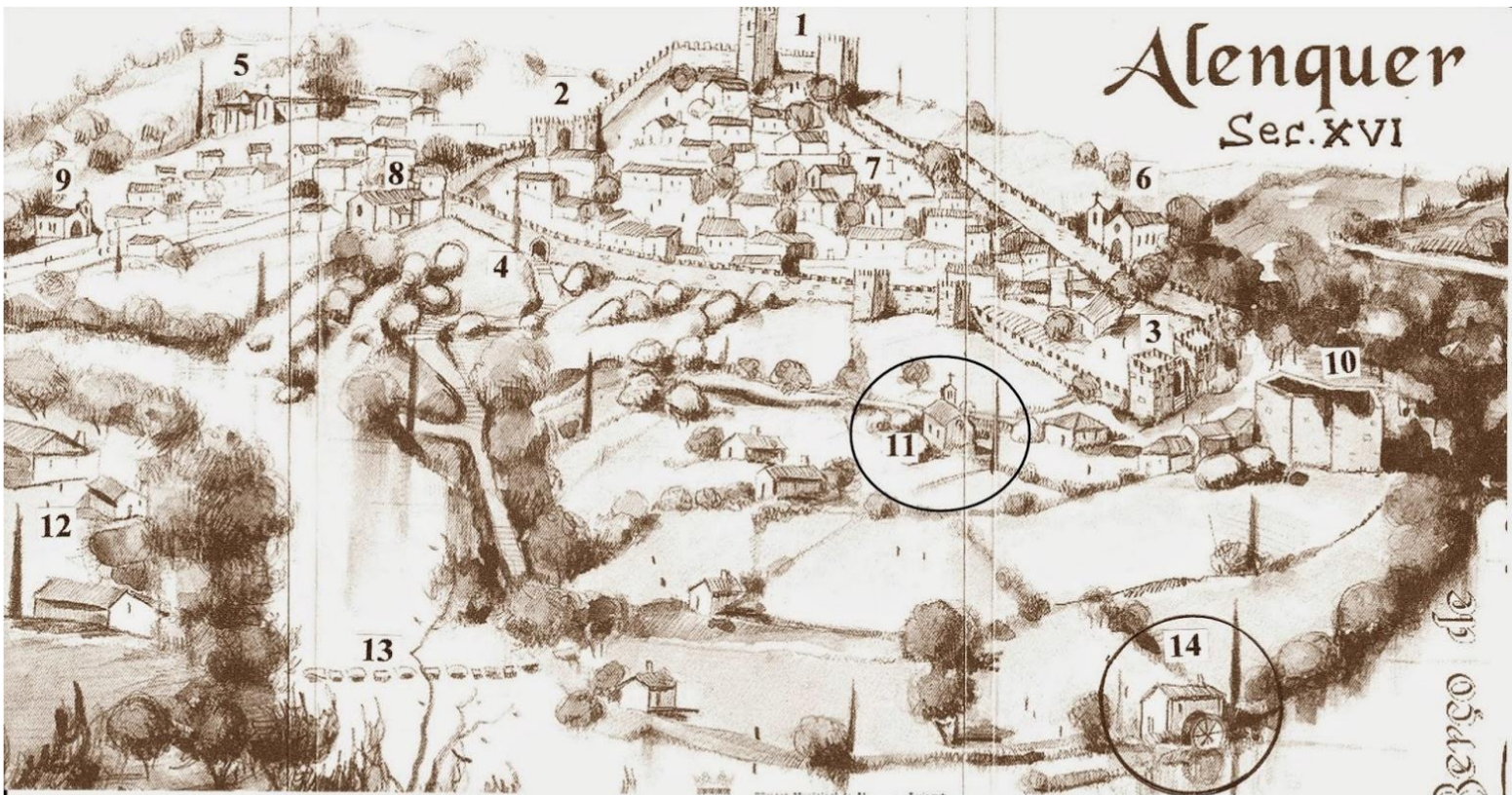


1. Carregado 2. Triana 3. Sto Estevão 4. Cadafeais 5. Camota 6. P. Palhacana 7. Ribafria 8. Meca 9. Ota 10. Abrigada
11. Olhalvo 12. Ventosa 13. Aldeia Gavina 14. Aldeia Galega da Mercena 15. Vila Verde dos Francos 16. Cabana de Torres

Na sua caracterização, Alenquer desempenhou de um modo geral um papel importante na história de Portugal e nesse sentido o surgimento do seu património cultural e histórico no que respeita a Conventos, Igrejas, Castelos, Fortificações, Quintas entre outros. “Alem Ker” origem do nome Alenquer é um concelho repleto de história, memórias tradições e lendas.

Alenquer

Séc. XVI



1- Torre de Menagem; 2-Porta da Vila ou de Santo António; 3- Porta do Carvalho e mais tarde da Conceição; 4 - Postigo na muralha que dava para a encosta; 5-Convento de S. Francisco; 6-Igreja de Santiago junto da qual se situava a porta da traição; 7-Igreja de Santo Estêvão no séc. XIX Aula Conde de Ferreira; 8-Igreja de S. Pedro; 9-Ermida de S. Sebastião; 10-Torre da Couraça; 12- Triana; 13- Passadeiras da Rainha; 14-Moinho de papel de Manuel Teixeira.

2.1 – Evolução da Malha Urbana¹⁷

A partir da análise geral do concelho anteriormente feita pelo grupo, foi caracterizado todo o território de Alenquer através de cinco pontos de investigação, sendo eles, população residente, densidade populacional, faixas etárias, atividades económicas e desemprego. Esta análise foi também limitada apenas ao território de Triana, Carregado e Santo Estevão que são os limites territoriais do exercício lançado para esta disciplina e que compõem o núcleo principal de Alenquer.

Verificamos foi que devido à proximidade aos principais acessos a Lisboa – sendo o Carregado a “porta” de entrada de Alenquer – e pelo seu carácter urbano, que contrasta com a grande ruralidade encontrada neste território, este conjunto de três freguesias destaca-se pelo aumento significativo do número de população residente ao longo dos tempos, contrariando as restantes, que em média registam perdas. (Ver evolução da malha urbana nas plantas seguintes).

Porém, o Carregado, devido à sua posição geográfica favorável, que seve de charneira entre Lisboa e o concelho, através da rede viária e ferroviária existente, destaca-se de Santo Estevão e da Triana, sendo o concelho com maior densidade populacional. Este crescimento não se deve apenas às questões de proximidade com os corredores de circulação como também pela consequente instalação de zonas industriais e uma crescente oferta de serviços.

¹⁷Evolução da Malha Urbana, segundo análise efetuada pelo grupo. Informação essa compilada no caderno de turma (ARE 2 2016/2017).

PUNTA DE BIENQUER

EM 1927



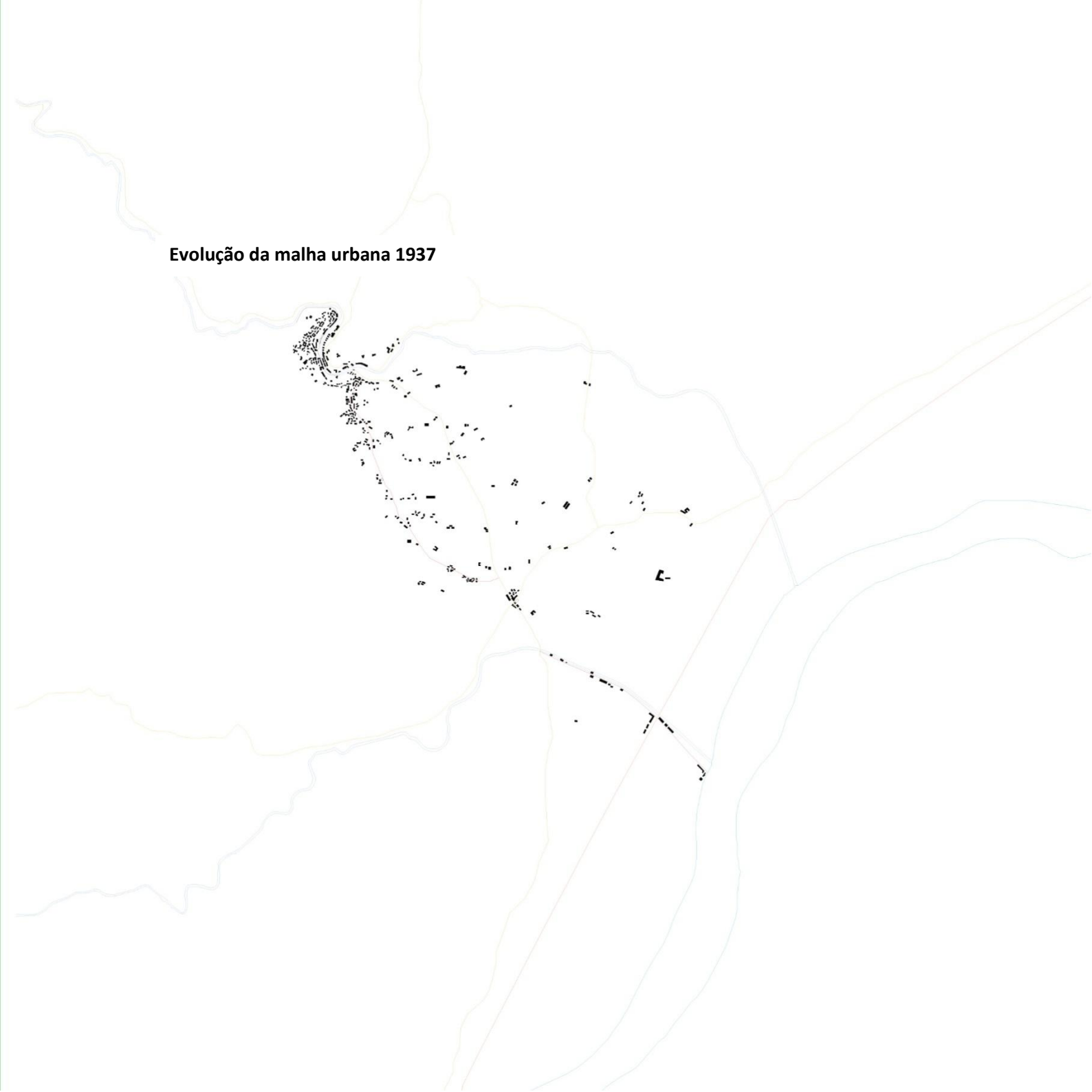
LEGENDA

1. Reservoir d'agua que abastece a vila	2. de Camara Municipal	3. Adolfo Augusto Figueiredo dos Reis	4. Casa de banho que abastece a Reservoir d'agua	5. Sinaliza publica	6. Divisaoes de terra de concessao de 200 hectares	7. Avenida principal	8. Av. de acesso	9. Av. de acesso	10. Av. de acesso	11. Av. de acesso	12. Av. de acesso	13. Av. de acesso	14. Av. de acesso	15. Av. de acesso	16. Av. de acesso	17. Av. de acesso	18. Av. de acesso	19. Av. de acesso	20. Av. de acesso	21. Av. de acesso	22. Av. de acesso	23. Av. de acesso	24. Av. de acesso	25. Av. de acesso	26. Av. de acesso	27. Av. de acesso	28. Av. de acesso	29. Av. de acesso	30. Av. de acesso	31. Av. de acesso	32. Av. de acesso	33. Av. de acesso	34. Av. de acesso	35. Av. de acesso	36. Av. de acesso	37. Av. de acesso	38. Av. de acesso	39. Av. de acesso	40. Av. de acesso	41. Av. de acesso	42. Av. de acesso	43. Av. de acesso	44. Av. de acesso	45. Av. de acesso	46. Av. de acesso	47. Av. de acesso	48. Av. de acesso	49. Av. de acesso	50. Av. de acesso	51. Av. de acesso	52. Av. de acesso	53. Av. de acesso	54. Av. de acesso	55. Av. de acesso	56. Av. de acesso	57. Av. de acesso	58. Av. de acesso	59. Av. de acesso	60. Av. de acesso	61. Av. de acesso	62. Av. de acesso	63. Av. de acesso	64. Av. de acesso	65. Av. de acesso	66. Av. de acesso	67. Av. de acesso	68. Av. de acesso	69. Av. de acesso	70. Av. de acesso	71. Av. de acesso	72. Av. de acesso	73. Av. de acesso	74. Av. de acesso	75. Av. de acesso	76. Av. de acesso	77. Av. de acesso	78. Av. de acesso	79. Av. de acesso	80. Av. de acesso	81. Av. de acesso	82. Av. de acesso	83. Av. de acesso	84. Av. de acesso	85. Av. de acesso	86. Av. de acesso	87. Av. de acesso	88. Av. de acesso	89. Av. de acesso	90. Av. de acesso	91. Av. de acesso	92. Av. de acesso	93. Av. de acesso	94. Av. de acesso	95. Av. de acesso	96. Av. de acesso	97. Av. de acesso	98. Av. de acesso	99. Av. de acesso	100. Av. de acesso
---	------------------------	---------------------------------------	--	---------------------	--	----------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	--------------------

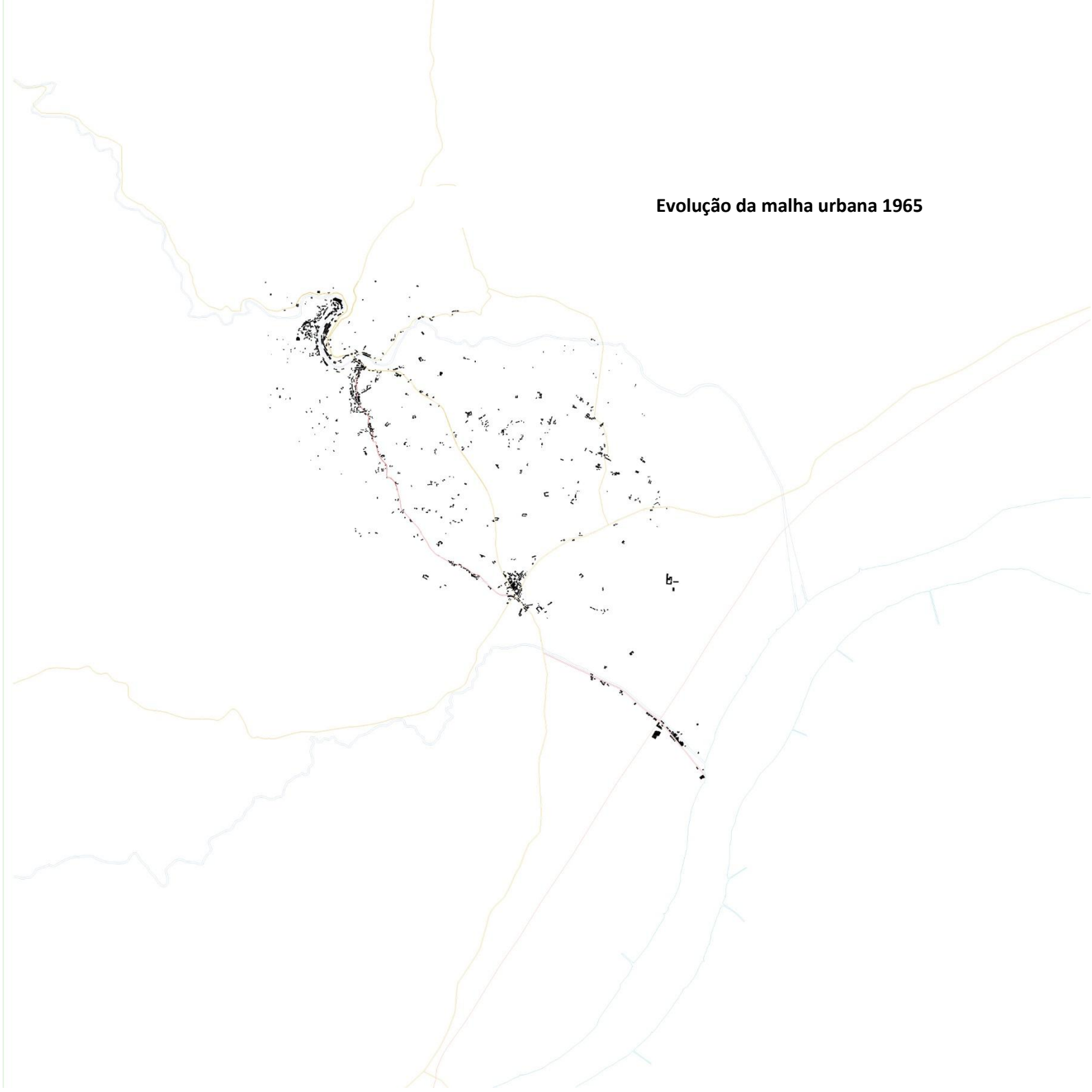
Escala de 1:50,000

IMPRIMIDA PER

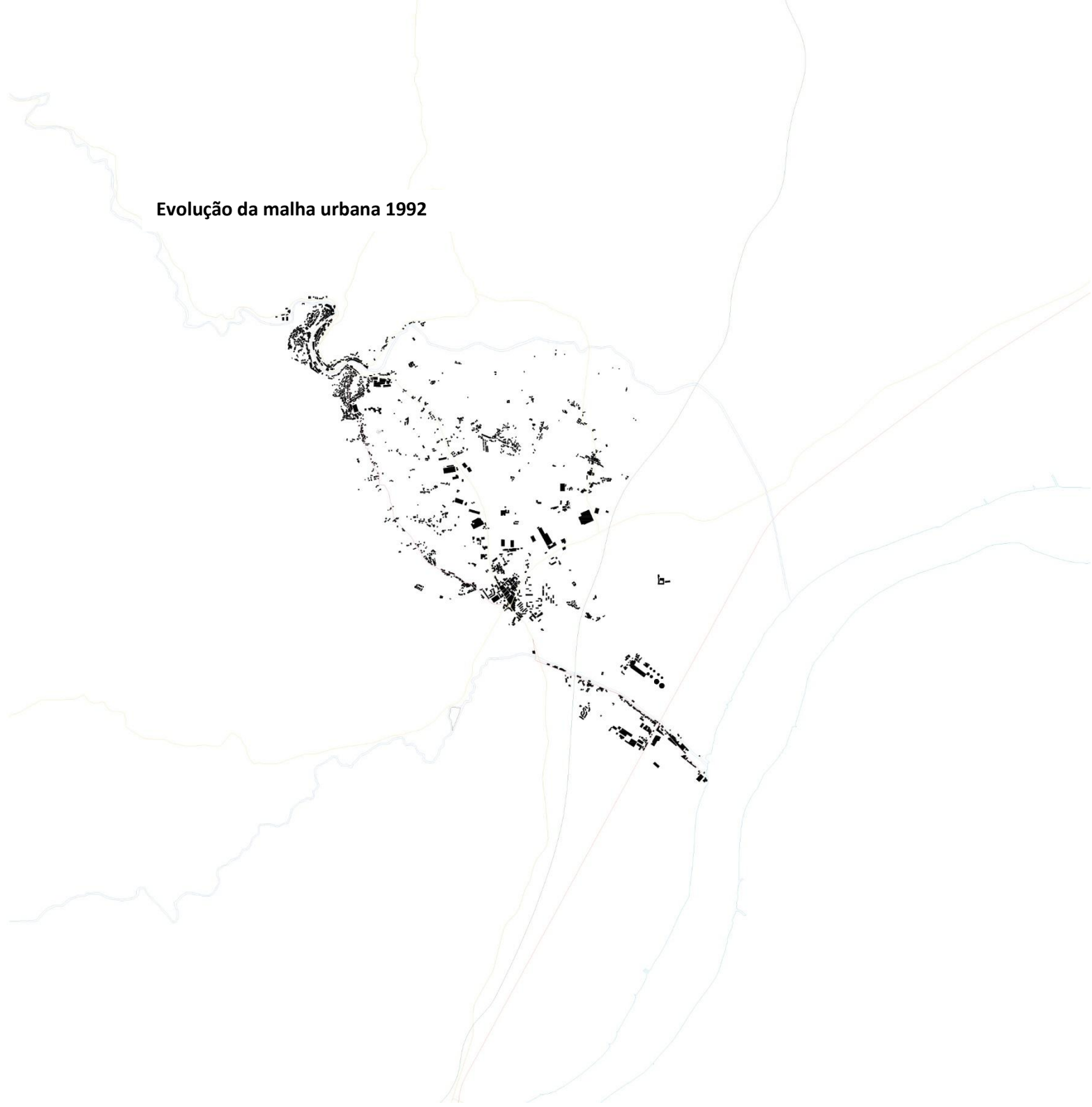
Evolução da malha urbana 1937



Evolução da malha urbana 1965



Evolução da malha urbana 1992



Evolução da malha urbana 2009



Proposta de Grupo

03



LEGENDA DA PROPOSTA GERAL | ENQUADRAMENTO URBANO

- PASSEIO PÚBLICO
- ZONAS VERDES OU AJARDINADAS
- ZONAS DE PROXIMIDADE COM O RIO - ESPAÇOS DE I A7FR
- RIO ALENQUER
- DENSIDADE URBANA

3.1 – Revitalização do Centro Histórico de Alenquer

Com o objetivo de revitalizar o centro histórico de Alenquer, foi necessário estabelecer critérios chave, que serviram de fio condutor do projeto, e estabelecer objetivos e temas na proposta de grupo:

O primeiro consiste na requalificação do tecido urbano, com foco em espaços públicos, e o segundo a requalificação do Rio de Alenquer, que aborda o tema de circulação pedestre e rodoviária.

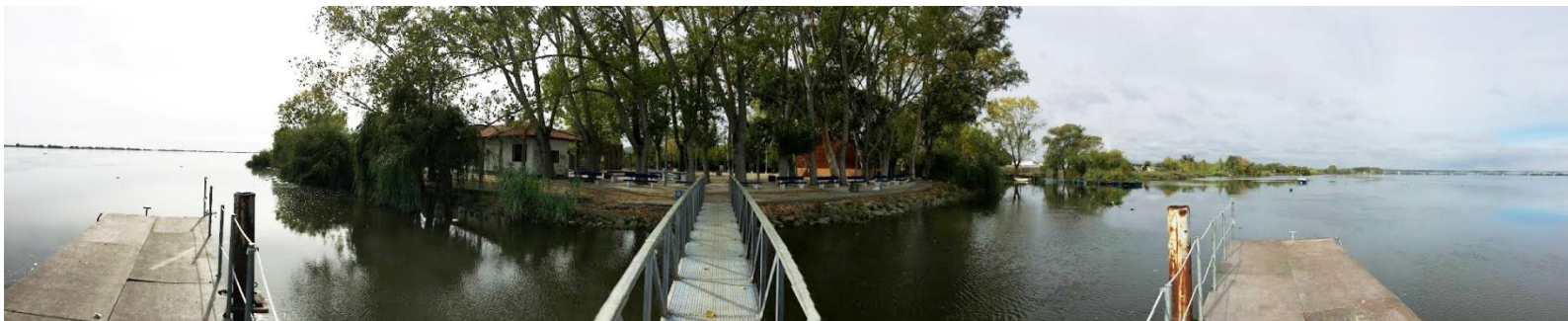
A implicação destes dois temas levou a que as propostas não só se concentrassem ao longo do rio mas também na zona alta da vila, introduzindo um novo tema, a acessibilidade pedestre vertical.

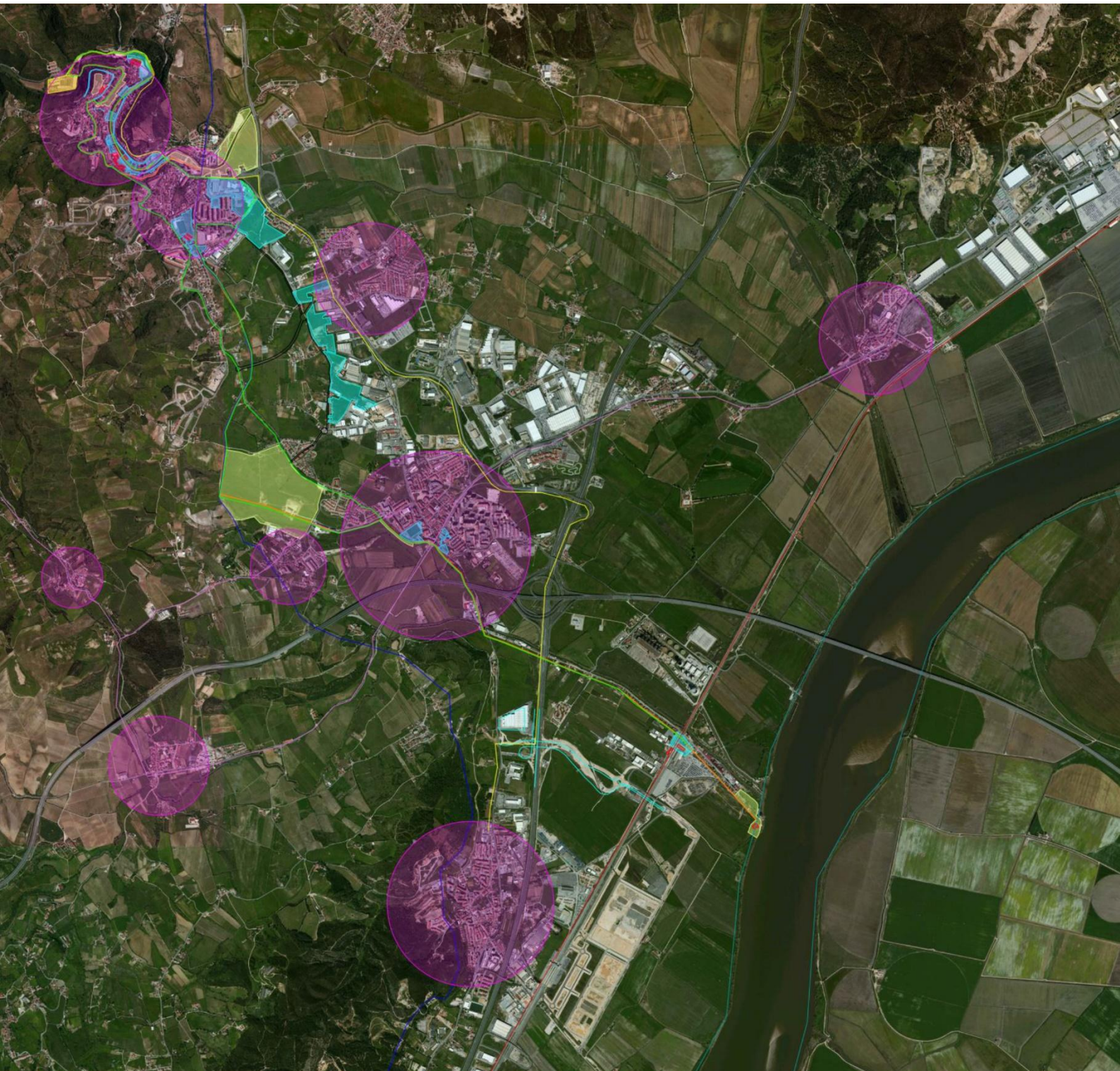
Deste modo a proposta de grupo é pontuada por três intervenções, duas nas antigas fábricas de Alenquer, a Chemina e a fábrica da Moagem, questão em atual desuso. Intervir nestes locais apresenta a oportunidades de grande impacto na cidade, sendo que intervir nas fábricas, implica abordar os temas de espaço público e do rio. A terceira intervenção foca-se num espaço em ruína de uma antiga quinta residencial na vila alta de Alenquer, um edificado que serve como pretexto para abordar e tratar do tema da acessibilidade vertical.

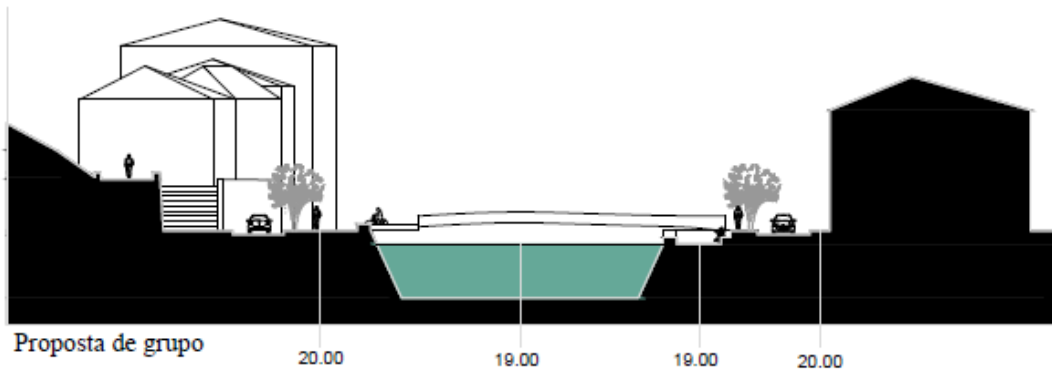
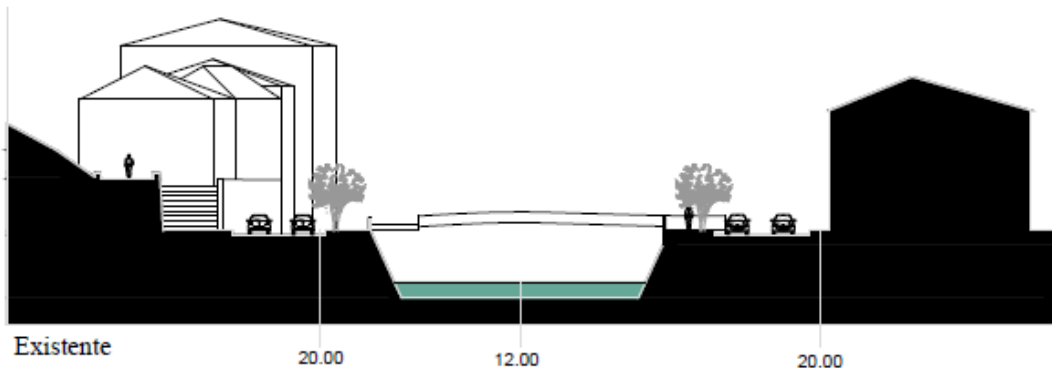
3.2 – O Rio

Nesta fase do trabalho de grupo, houve um foco numa das artérias mais antigas que ligavam a vila de Alenquer ao Carregado (Rua Principal), rua esta, entendida por nós, como secundária pela importância da Nacional1, estando ligada a eixos de circulação viários importantes como a A1, passando também por toda a indústria que se encontra no Carregado. Neste sentido, dado ao carácter mais rural da Rua Principal, esta foi identificada pelo grupo como uma oportunidade de ligação entre Alenquer e o rio Tejo passando pelo Carregado.

Deste modo, no percurso, identificado pelo grupo, foram identificadas zonas com potencial para a criação de espaços públicos com zonas de estar, assim como espaços de lazer, associados a desporto, com a recolocação do polidesportivo do Carregado.







Tendo em conta que no passado o rio de Alenquer tinha uma presença mais assumida, tendo em conta o seu nível de água (cheio), foi considerada do como pressuposto inicial, que o tratamento da zona junto ao rio, tinha em conta possível subida do nível de água do rio, reforçando assim a sua presença no território.

Tendo em conta a presente proposta de requalificação do centro histórico de Alenquer, com o foco nos espaços públicos o grupo de trabalho, propôs um melhoramento do passeio público, com o seu alargamento ao retirar a faixa de estacionamento existente, com a intenção de tornar este passeio num percurso lúdico com melhor relação com rio.

3.2 – As 4 Zonas

Zona 1 | Laura Teixeira

Tendo em conta os objetivos da proposta geral de grupo, apresentada anteriormente, esta proposta propõe a revitalização da Antiga Fábrica da Chemina, através da criação de um Mercado Cultural, potencializado pelo Mercado Municipal existente na margem oposta do rio. Nesse sentido, a reconversão da fábrica num espaço público vem dinamizar toda a zona envolvente através de novos percursos que atravessam o edifício, devolvendo-o à própria cidade.

Zona 2 | Carlos Jesus

Considerando a proposta de grupo de tratamento de espaço público e revitalização do centro histórico de Alenquer, os objetivos desta proposta prendem-se, com o desenvolvimento de um meio mecânico, que ajude no problema de acessibilidade entre a zona junto ao rio e a vila Alta, assim como, a realização de um equipamento para alojamento local, requalificando o espaço de uma antiga quinta residencial (em ruína). Tendo em conta que o alojamento em Alenquer é praticamente inexistente, pretende-se oferecer alguma dinâmica ao núcleo mais antigo da vila, através da introdução de algum comércio e espaço de leitura.

Zona 4 | Marta Marques

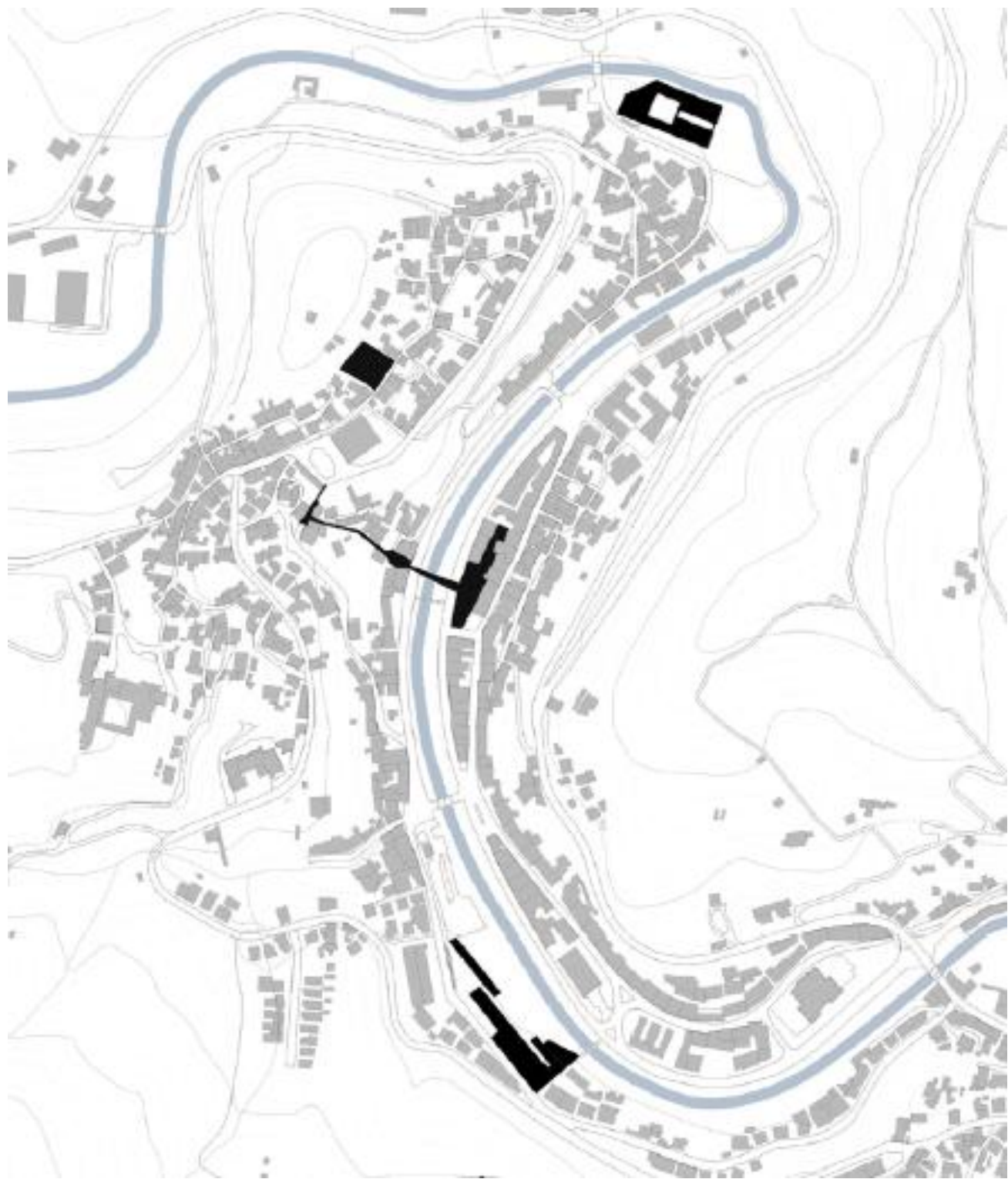
Analisando as características do território e depois de uma análise do grupo, foi necessário identificar os espaços com potencial para desenvolvimento da proposta. Assim sendo a área mais alta de Alenquer onde existem vestígios da antiga muralha, e sendo esta vila uma área com um carácter histórico imenso, foi a zona escolhida para uma intervenção, a criação de um equipamento que desse a conhecer aos habitantes um pouco mais da sua

história. Um centro interpretativo onde fosse possível albergar o espólio do historiador Hipólito Cabaço.

Zona 4 | Hugo Brito

A proposta fábrica real de moagem de Alenquer, procura responder a uma necessidade coletiva a Alenquer, com um equipamento de que conseguisse incorporar várias temáticas de usos.

A resposta foi retirar á fábrica, retirou-se partes da fábrica que permitem abrir espaços, publico uma rua e um pátio, abertos de funcionam como mediadores entre os vários programas, assim a fábrica funciona como um equipamento urbano, e não como um grande edificado para a cidade.



Proposta Individual

04

4.1 – Centro Interpretativo da muralha de Alenquer

A Proposta individual surgiu na sequência da análise feita ainda enquanto grupo de trabalho de projeto, pelos 4 elementos integrantes, onde foram identificadas as zonas e estratégias e com maior potencial de desenvolvimento de Alenquer.

Como anteriormente mencionado a estratégia teve como ponto de prioritário o tratamento de espaços públicos maioritariamente debilitados, abandonados e degradados, existentes junto ao rio e na zona de cota mais alta da vila, onde atualmente ainda se vêem vestígios das antigas muralhas.

Foi intenção do grupo trabalhar na proposta de ligação da cota mais baixa de Alenquer à cota mais alta, que anteriormente existia e se perdeu com a pouca mobilidade existente. A conectividade entre os dois pontos é praticamente inexistente para os habitantes com menos capacidades motoras ou com uma idade mais avançada. A Ligação Rio (ponto mais baixo) – Muralha (ponto mais alto) atualmente não existe, e foi ponto importante para o grupo, e por isso foi proposto pelo grupo um acesso através de uma ligação mecânica e que posteriormente foi desenvolvida individualmente por um elemento do grupo.

Ainda assim Alenquer é uma zona com bastantes vestígios arqueológicos e bastante história, como comprova o espólio existente deixado pelo historiador Hipólito Cabaço, que atualmente permanece na antiga escola primária, á espera de um edifício ou um espaço onde possam ser expostas ao público.

No local trabalhado pela candidata não existe pré existências de edifícios antigos ou parcialmente construídos nem ativa, apenas vestígios da antiga muralha como já antes referenciado, que circunda praticamente toda a zona alta proporcionando assim um percurso através desta com vistas bastante agradáveis sobre a vila e o rio.

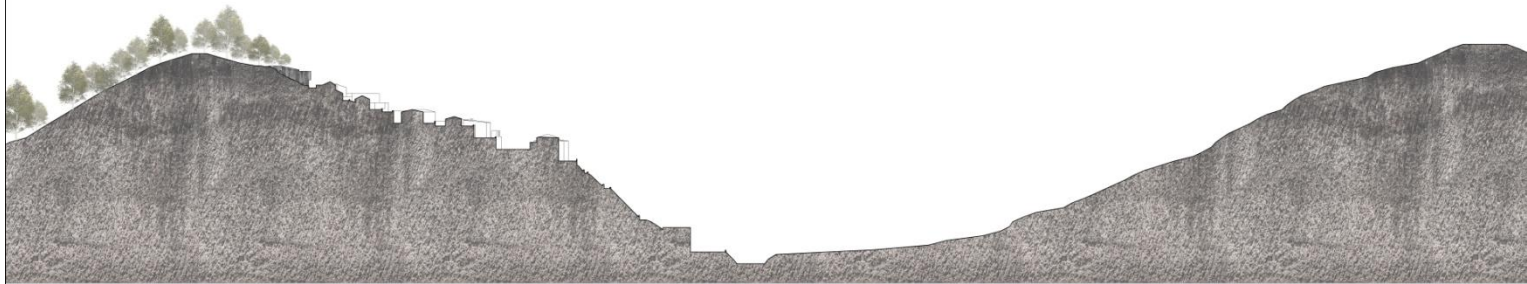
A muralha funciona como um fio condutor no processo de criação do projeto individual, o declive acentuado faz com que a implantação do edifício seja parcialmente subterrâneo. Para chegar a solução final foram trabalhadas várias hipóteses para o local, onde a muralha integrou a parte da muralha existente.

Com acesso bastante condicionado aos veículos automóveis foi necessário em projeto propor a alteração do piso da estrada que dá acesso ao local assim como o tratamento dos seus passeios pedonais. No processo de criação foi tido em conta as características já existentes deixadas pelo uso dos habitantes, assim como os caminhos trilhados pelos mesmos manualmente, para assim fazerem o acesso ao cimo da muralha, com isso não se quebrou o existente e o edifício proposto moldou-se ao terreno e a estes caminhos, que se tornaram assim um fio condutor conjuntamente com a muralha nesta fase. Assim sendo o edifício dividiu-se em dois volumes que foram aproveitados para dividir as funções, exposição e serviços.

No primeiro bloco no piso térreo foi projetado um espaço amplo para exposição temporária , que possa servir para dar mais dinâmica ao edifício com exposições diversas e aleatórias, no piso superior localiza-se o espaço de exposição permanente onde ficam os objetos do espólio que dá o nome ao edifício , o espólio do historiador

Hipólito Cabaço. No mesmo bloco foi projetado uma sala polivalente / auditório. O segundo bloco foi reservado para as funções de serviços, a entrada é feita por uma antecâmara que dá acesso a um átrio com receção , acesso a casas de banho públicas e também a um gabinete com arquivo e balneário. No piso superior deste segundo bloco situa-se uma área de cafetaria, espaço de leitura, e uma ampla varanda com vista sobre toda a vila de Alenquer e o rio.

A entrada natural de luz para o interior das salas fazem-se através de várias janelas projetadas como pequenos rasgos que permitem assim o controlo da luz apenas artificialmente, fazendo assim com que o conceito de muralha e zona subterrânea seja mais acentuado, como se fosse possível ao visitante imaginar que está visitar as peças arqueológicas no subsolo, tal como nas escavações arqueológicas. Para acentuar todo este conceito a parede do edifício em contacto com o terreno, é projetada em pedra natural como uma enorme parede.





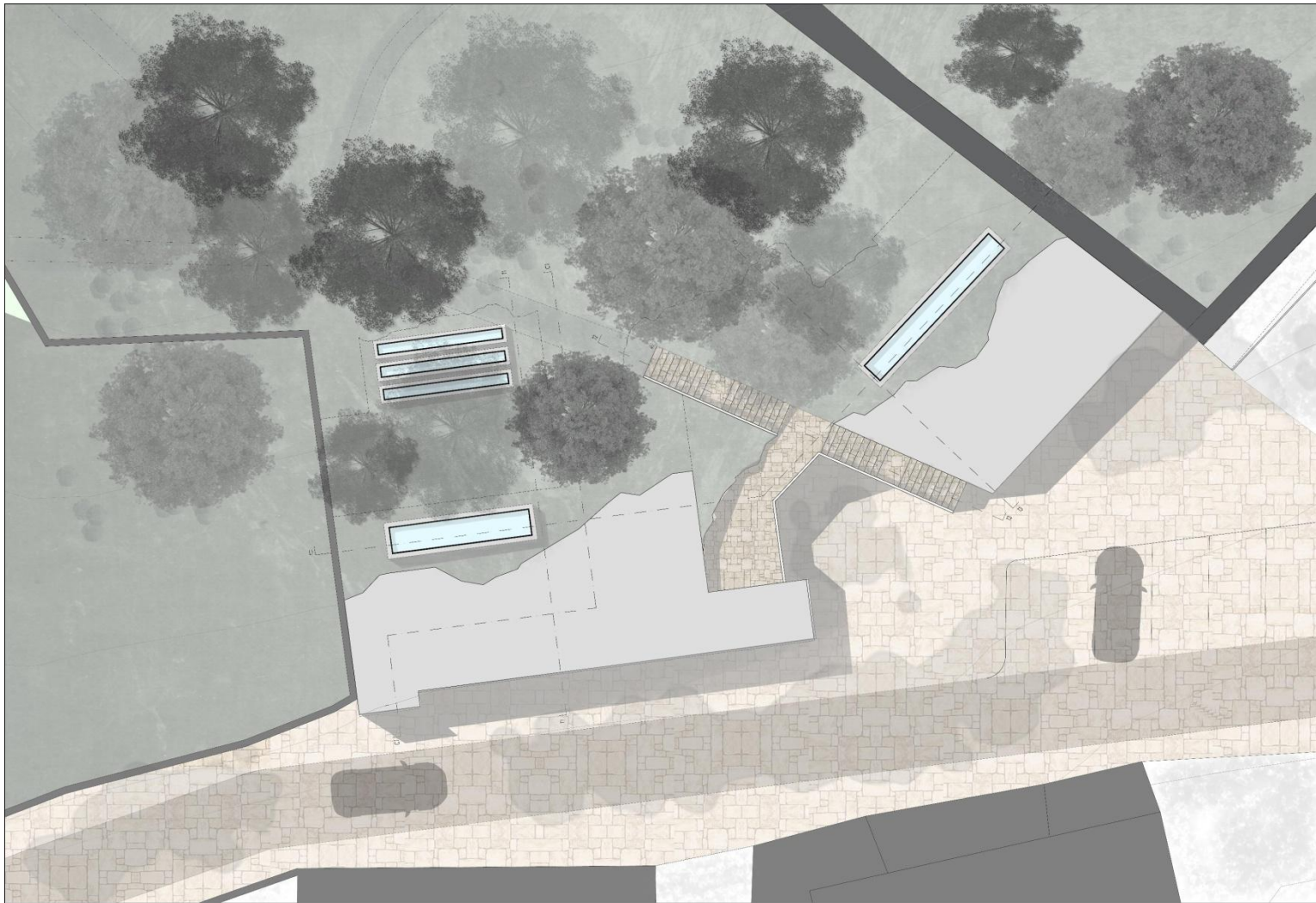
ISCTE - INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | PROJECTO FINAL | 2016/2017

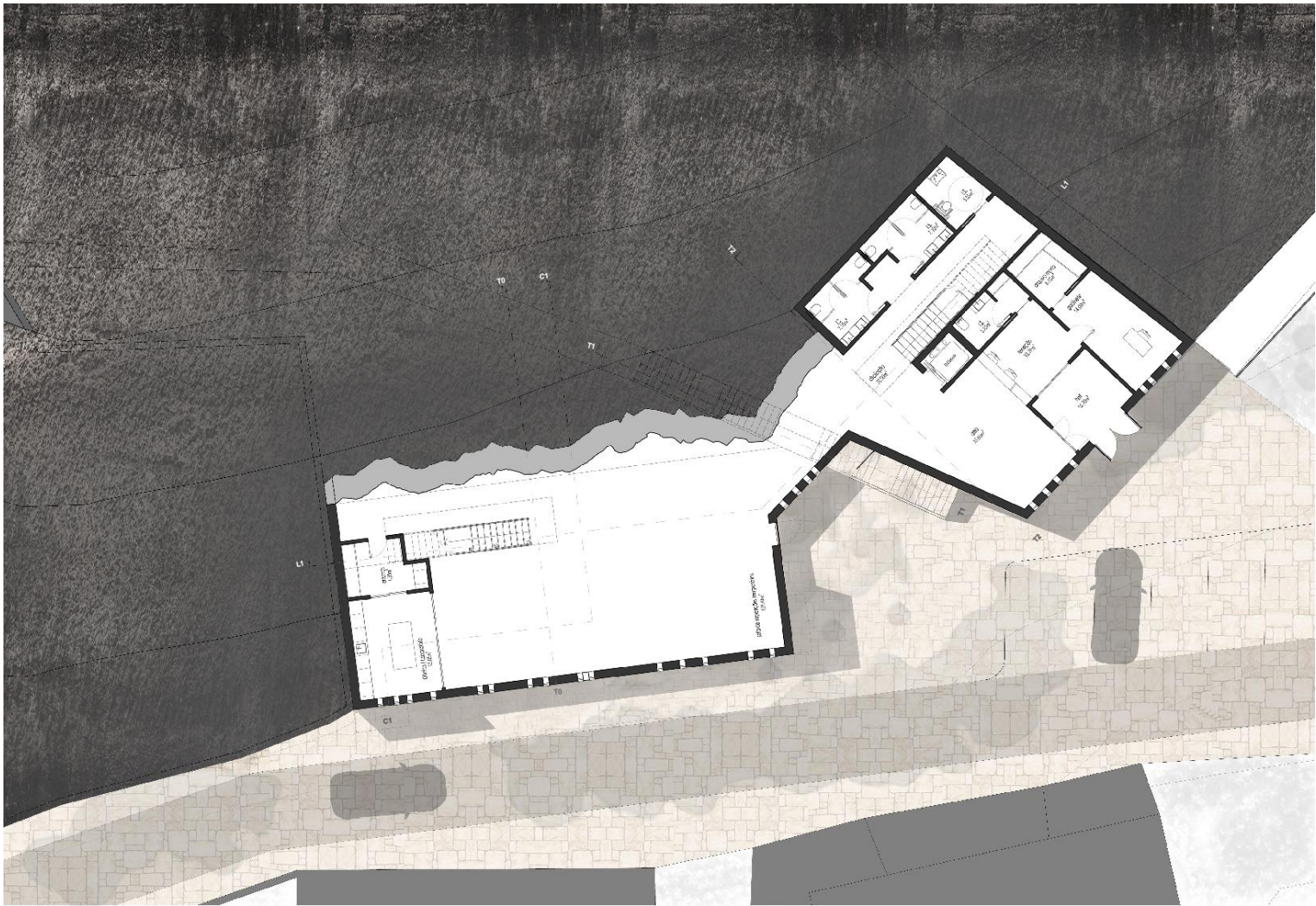
TUTOR : PEDRO MENDES DISCENTE : MARTA MARQUES 206959

CENTRO INTERPRETATIVO DA MURALHA DE ALENQUER
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

Esc 1/500 **02**

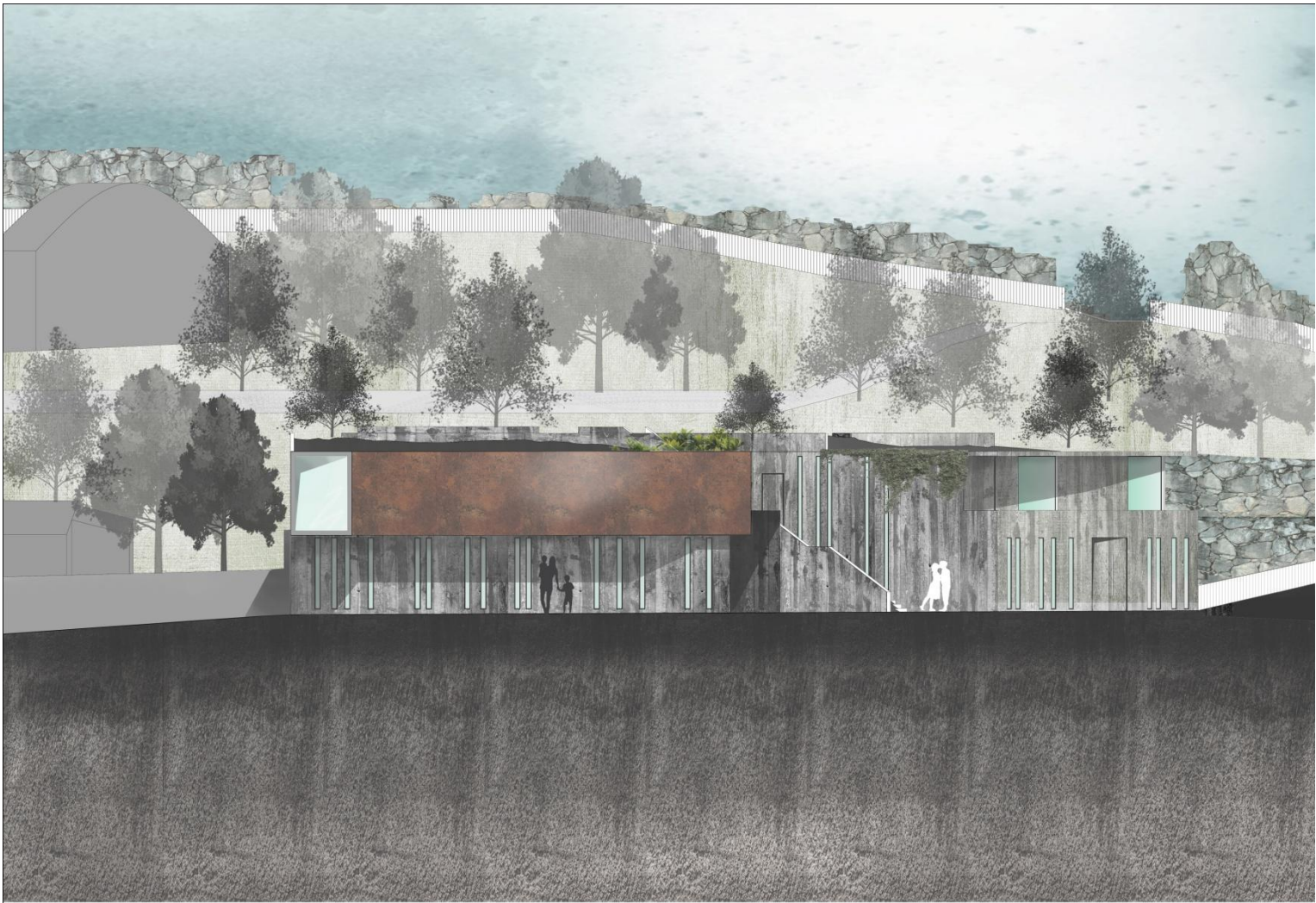
Planta de Implantação 1/500







Planta do Piso 1 1/100



ISCTE - INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | PROJECTO FINAL | 2016/2017

TUTOR : PEDRO MENDES DISCENTE : MARTA MARQUES 206959

CENTRO INTERPRETATIVO DA MURALHA DE ALENQUER
ALÇADO PRINCIPAL - ALÇADO NASCENTE

06
Esc 1/100

Alçado Principal 1/100



ISCTE - INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mestrado Integrado em Arquitectura | Projecto Final | 2016/2017

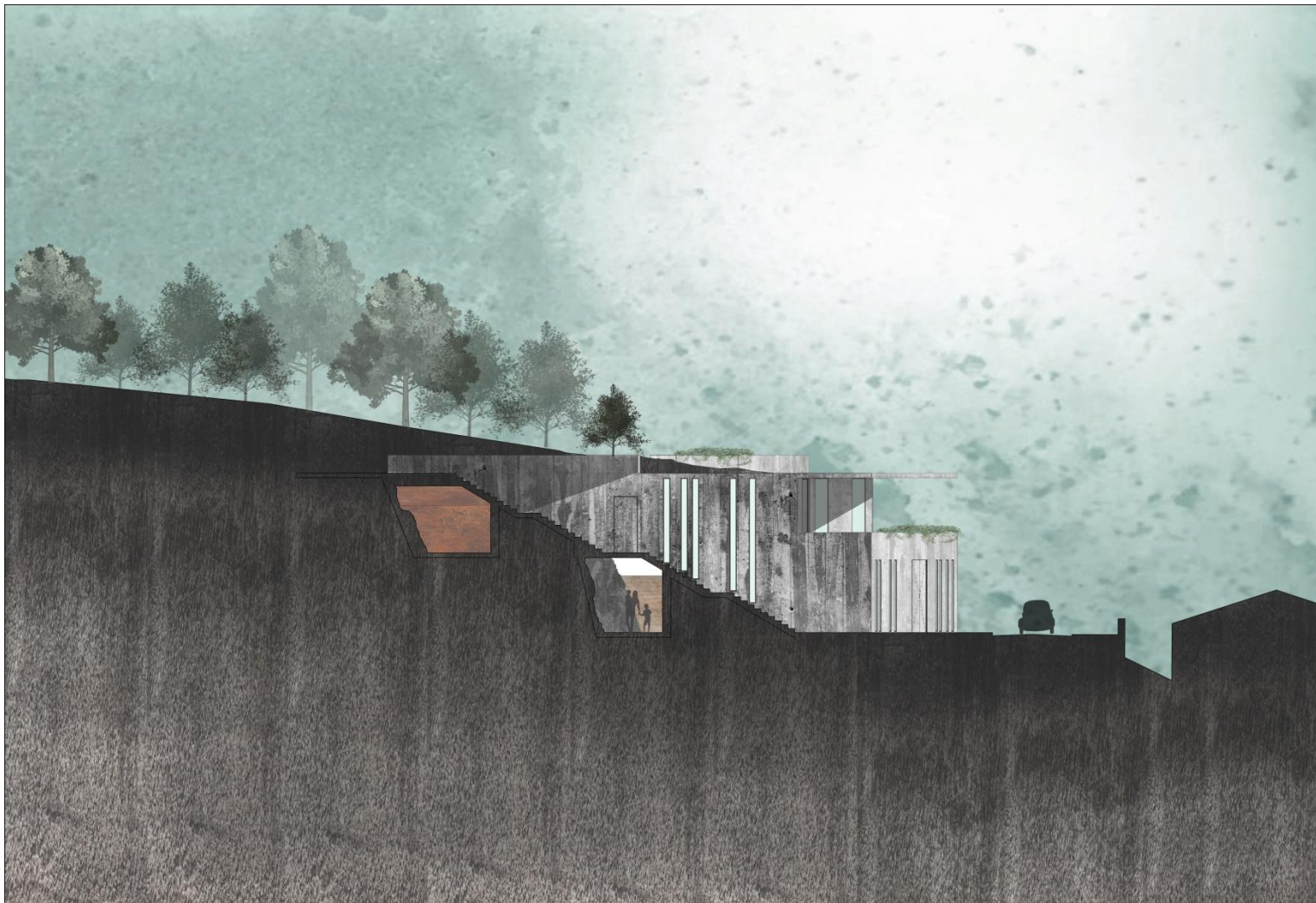
Tutor: Pedro Mendes Discente: Marta Marques 206959

Centro Interpretativo da Muralha de Alenquer

Alçado Lateral - Alçado Sul

c 1/100 **07**

Alçado Sul 1/100



ISCTE - INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | PROJECTO FINAL | 2016/2017

TUTOR : PEDRO MENDES DISCENTE : MARTA MARQUES 206959

CENTRO INTERPRETATIVO DA MURALHA DE ALENQUER
CORTE TRANSVERSAL - T1

Exc 1/100 **08**

Corte Transversal T1 1/100



ISCTE - INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mestrado Integrado em Arquitectura | Projecto Final | 2016/2017

Tutor: Pedro Mendes Discente: Marta Marques 206959

Centro Interpretativo da Muralha de ALENQUER

Corte Transversal 2 - T2

Esc 1/100

09

Corte Transversal T2 1/100



Corte Longitudinal L2 1/100

